Juliana Sylvestre da Silva

A Matéria de Bretanha e a historiografia medieval: da *Historia Regum Britanniae* às primeiras crônicas peninsulares em língua romance.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Soares Carneiro

Instituto de Estudos da Linguagem
Unicamp
2004

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES

Juliana Sylvestre da Silva

A Matéria de Bretanha e a historiografia medieval: da *Historia Regum Britanniae* às primeiras crônicas peninsulares em língua romance.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Teoria e História Literária do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Teoria e História Literária na área de Literatura Portuguesa.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Soares Carneiro

Instituto de Estudos da Linguagem
Unicamp
2004

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES

UNIDADE BC
Nº CHAMADA
T/UNICAMP
S38m
V EX
TOMBO BC/ 61037
PROC. 16-122-04
C D
PREÇO 11,00
DATA 29-11-04
Nº CPD
B.b ID 334529

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA IEL - UNICAMP

Silva, Juliana Sylvestre da
Si38m "A Matéria de Bretanha e a historiografia medieval: da *Historia Regum Britanniae* às primeiras crônicas peninsulares em língua romance". / Juliana Sylvestre da Silva. - - Campinas, SP : [s.n.], 2004.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Soares Carneiro
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Idade média. 2. Idade média - Historiografia. 3. Arthur, Rei - Ficção. 4. Literatura medieval. I. Carneiro, Alexandre Soares. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Resumo

A *Historia Regum Brittaniae* (*História dos reis da Bretanha*), de Geoffrey de Monmouth - escrita por volta de 1136 -, é conhecida como a primeira manifestação escrita da literatura arturiana, também chamada Matéria de Bretanha. A partir desta obra, muitos escritores compuseram seus trabalhos baseados na lendária história medieval do monarca da Bretanha: o rei Artur. Desde então, a história do rei Artur tem sido usada tanto como fato real quanto como ficcional em vários textos e contextos.

Esse estudo, além dessa incorporação do material arturiano - desde o século XII até o XIV - por parte dos *romans* ao longo da literatura medieval, pretende analisar o uso deste material nos primeiros textos históricos peninsulares escritos em língua vernácula: a *General Estoria* (1272-1284), de Afonso X, O Sábio, e o *Livro de Linhagens* (1340-1344), composto por Pedro de Barcelos.

Abstract

The *Historia Regum Britanniae* (*History of the kings of Britain*) - written in 1136 by Geoffrey of Monmouth -, is known as the first written Arthurian material. From this, many writers have composed our works based on that legendary medieval sovereign of Britain: the King Arthur. Since that time, the king Arthur's history has been used as much as real or fiction fact in various texts and contexts.

This present study, besides this Arthurian material incorporation - from the twelfth to the fourteenth century - by the *romans* through the medieval literature, intends to analyse the use of this Arthurian material in the first peninsular historic texts written in vernacular language: the *General Estoria* (1272-1284), by Afonso, The Wise, and the *Livro de Linhagens* (1340-1344), composed by Pedro de Barcelos.

Componentes da banca de defesa

Prof. Dr. Alexandre Soares Carneiro - Orientador.

Profa. Dra. Néri de Barros Almeida.

Profa. Dra. Yara Frateschi Vieira.

Prof. Dr. Antonio Alcir Bernardez Pécora.
(Suplente)

Este exemplar e a redação final da tese defendida por Juliana Sylvestre da Silva e aprovada pela Comissão Julgadora em 27/09/2004.

Para Rob,
companheiro em todos os momentos.

Agradecimentos

Em primeiríssimo lugar, ao meu orientador, Alexandre, por todos os ensinamentos que vem me proporcionando, desde a Iniciação Científica, nestes seis anos de convivência e estudos.

Às agências de fomento - Capes e CNPq - pelos quatro e doze meses, respectivamente, de bolsa de estudos.

Aos professores Alcir Pécora, Maria Guadalupe Pedrero-Sánchez, Néri de Barros e Yara Frateschi - que participaram das bancas de qualificação e defesa -, cujas sugestões foram muito úteis e bem-vidas.

Aos meus pais, em especial minha mãe, a pessoa que mais acreditou em mim em toda a minha vida!

E a todos os amigos que me encorajaram e me auxiliaram nos momentos mais difíceis, não permitindo que eu desistisse jamais.

"Da determinação que tens tomada
Não tornes por detrás, pois é fraqueza
Desistir-se da cousa começada."

Camões, *Os Lusíadas*, I, 40.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO GERAL 15

CAPÍTULO I - A LITERATURA ARTURIANA E OS GÊNEROS HISTORIOGRÁFICOS MEDIEVAIS 23

Introdução 23
A escrita da história na Idade Média: modelos e gêneros 26

CAPÍTULO II - A HISTORIA REGUM BRITANNIAE DE GEOFFREY DE MONMOUTH E A FUNDAÇÃO DA LITERATURA ARTURIANA 43

Geoffrey de Monmouth e a Historia Regum Britanniae 46
O Roman de Brut de Wace e o início da tradição vernacular 60
A matéria arturiana e as obras de Chrétien de Troyes 69
A prosificação da Matéria de Bretanha: Robert de Boron 82
A formação dos ciclos em prosa do século XIII: A Vulgata e a Morte do Rei Artur 89
A Demanda do Santo Graal: a obra e o ciclo da Post-Vulgata 93

CAPÍTULO III - A LITERATURA ARTURIANA E A NASCENTE HISTORIOGRAFIA ROMANCE EM ESPANHA E PORTUGAL 103

A historiografia na Península Ibérica 103
A historiografia peninsular a partir do século XIII 110
A corte de Afonso X e a historiografia em língua romance 112
A contribuição de Pedro de Barcelos à historiografia portuguesa 115
A introdução da Matéria de Bretanha na Península Ibérica 119
A General Estoria, de Afonso X, e a recuperação do elo entre Artur e o mundo antigo 122
A Matéria de Bretanha no Livro de Linhagens 134

CONSIDERAÇÕES FINAIS 151

BIBLIOGRAFIA 161

ÍNDICE REMISSIVO 169

ANEXOS 173

INTRODUÇÃO GERAL

O presente trabalho compreende três séculos - do XII ao XIV. Deste período, dedicar-nos-emos a apreciar parte da produção literária pertencente à chamada Matéria de Bretanha, mais especificamente alguns escritos que desenvolvem o tema do rei Artur e de sua corte.

Neste percurso, iremos aproximar dois conjuntos de textos arturianos que a tradição crítica tendeu a afastar – um grupo com características ficcionais, normalmente objeto de estudo dos historiadores da literatura, e outro grupo, com características historiográficas, cujo estudo interessou mais diretamente aos historiadores. Até que ponto é válida uma distinção clara entre o estatuto ficcional ou historiográfico destes textos é algo que esta dissertação pretende também examinar, mas certamente as fronteiras foram se modificando ao longo do tempo. E, de qualquer forma, os nexos que aproximam estes textos parecem, neste momento, mais relevantes para a compreensão geral do fenômeno arturiano, no que diz respeito à sua presença na Península Ibérica.

Do contato mantido com esta produção, destacou-se um conjunto de textos que, embora largamente estudados enquanto relatos historiográficos, têm sido pouco analisados no que diz respeito aos seus conteúdos arturianos. Destes escritos, que estão entre os primeiros textos em prosa vernacular da Península Ibérica, selecionamos basicamente dois: a *General Estoria* (1272-1284), de Afonso X, e o *Livro de Linhagens* (1340-1344), de Pedro de Barcelos. É a eles que tentaremos aproximar textos arturianos vários, incluindo obras do chamado ciclo da *Post-Vulgata*, cujo representante mais importante é, na Península, a *Demanda do Santo Graal* (séc. XIII). Por outro lado, procuraremos recuperar a história desta inter-relação entre os diversos tipos de narrativas arturianas desde o momento de seu

aparecimento na Inglaterra do século XII, com a *Historia Regum Britanniae* (c. 1136) e sua versão vernacular, o *Roman de Brut* (1155), fontes importantes, por sua vez, da obra novelesca de Chrétien de Troyes (c. 1165-1190) e da tradição que dela deriva.

***

A diferenciação entre o que se quer chamar de história e o que se pretende ficção não deixa de estar presente na Idade Média. Freqüentemente o escritor, através de seus prólogos, procurava dizer quais eram as intenções de sua obra, e mesmo o título, contendo a palavra "história" ou "crônica", num primeiro momento sempre em latim - língua autorizadora da verdade e do saber -, definia o que ele pretendia fazer nas páginas que se seguiriam. Cabia ao leitor operar com o texto a partir deste primeiro direcionamento. À narrativa histórica – amparada na exposição de detalhes que atestariam sua veracidade, como a existência de um manuscrito anterior ou de fontes em latim, ou a menção de obras de autores antigos que "diriam a verdade" - , caberia tentar convencer este leitor de que, de fato, tratava-se de uma rememoração de fatos autênticos, ocorridos há tempos. Estes fatos dignos de serem lembrados eram dos mais diversos tipos e, enquanto parte de obras encomendadas por cortes reais, deveriam expressar glórias que exaltassem seus "patrocinadores" ou que a eles servissem para alcançar uma posição de destaque.

Os primeiros *romans*, escritos em verso e em língua romance (como o próprio nome indica), não eram vistos, no entanto, como "não verdadeiros" durante o século XII. O caso do *Roman de Brut* é paradigmático, e deve ser visto ao lado do fenômeno de tradução, também em versos franceses, das narrativas em latim que deram origem à chamada "matéria antiga", nomeadamente o *Roman de Thèbes,* o *Roman d'Eneas* e o *Roman de*

Troie, escritos entre 1155 e 1170. Mas, a partir do século seguinte, passa-se a questionar a veracidade destes escritos devido à sua forma versificada. O "embelezamento" da palavra através dos versos seria, portanto, nocivo para a verdade, e é neste momento que começam a se desenvolver os romances em prosa. Deste processo, destacamos, como exemplo, os escritos de Robert de Boron, cuja obra, originalmente em verso e da qual muito pouco chegou até nós, foi reescrita em prosa, adequando-se aos novos critérios de veracidade que se exigiam da produção literária arturiana.

Assim, se consideramos trabalho inútil e pouco fecundo tentar estabelecer limites entre a história (real) e a literatura (ficcional) neste momento, por outro lado se mostraria extremamente interessante analisar as possibilidades que os próprios textos apresentam enquanto correspondentes da realidade. Seria, no entanto, trabalho imenso apreender todos os indícios de historicidade (enquanto traços de que o autor efetivamente via nestes relatos, possibilidade de correspondência com fatos reais ocorridos no passado) de cada um dos textos aqui contemplados (Geoffrey de Monmouth, Wace, toda a obra arturiana de Chrétien de Troyes, *A morte do rei Artur*, a *Demanda do Santo Graal*, a *General Estoria* e o *Livro de Linhagens*). Diante das limitações de tempo e dos objetivos a serem atingidos, dizemos que este trabalho dedica-se apenas a levantar questões relativas à historiografia em sua recuperação e incorporação de elementos das narrativas arturianas, especialmente no que diz respeito à Península Ibérica.

Os textos aqui elencados, portanto, possuem entre si uma qualidade comum: todos eles elaboram a chamada Matéria de Bretanha, seja enquanto pano de fundo para aventuras relacionadas ao tema cortês (como Chrétien de Troyes), seja na elaboração de uma sucessão de reis (como na *Historia Regum Britanniae* e na *General Estoria)* ou como cenário para a busca religiosa rumo a uma "cavalaria celestial" (como na *Demanda* portuguesa). Assim,

atendendo a objetivos vários dentro das narrativas, cabe observar a multiplicidade de interpretações que pode haver acerca do tema arturiano na literatura dos séculos XII a XIV, colocando lado a lado tanto os textos que são inseridos normalmente no gênero historiográfico quanto aqueles chamados de ficcionais.

Embora esta distinção se faça de modo tão pouco claro no período, decidimos manter aqui uma organização de capítulos que desse a entender que haveria de fato, em um primeiro momento, uma separação, para, a partir da leitura dos textos, observarmos mais concretamente os elementos da questão.

Desta forma, começamos este trabalho fazendo um breve apanhado teórico acerca daqueles que poderiam ser chamados textos historiográficos canônicos da Idade Média. Neste primeiro capítulo, há uma breve indicação sobre os modelos de escrita historiográfica preponderantes desde a Antigüidade Cristã até o século XIV, com o advento da historiografia em língua romance. Este contato inicial com o gênero historiográfico visa à compreensão de certos procedimentos que seriam marcantes nas obras que estudaremos nos capítulos posteriores.

No capítulo II, procuramos mostrar o desenvolvimento da matéria arturiana ao longo dos séculos, até os primeiros textos vernaculares da Península Ibérica, para os quais novamente caberia a qualificação de historiográficos. Esta última tentativa de aproximar as duas matérias - a da nascente historiografia romance e a ficção arturiana - procura incitar uma leitura que demonstre o tênue limite que separa uma da outra neste contexto. Partindo então da *Historia Regum Britanniae,* e escolhendo textos que fossem os mais representativos de cada um dos períodos por que passa a Matéria de Bretanha - ou seja, a vernacularização da obra de Monmouth com Wace, a difusão com Chrétien de Troyes, a prosificação dos escritos de Robert de Boron e os ciclos de romances da *Vulgata* (*Morte do rei Artur*) e

Post-Vulgata (*Demanda do Santo Graal*)[1] -, buscamos traçar um panorama da literatura arturiana enquanto fonte da historiografia.

O capítulo III abarca justamente a junção entre o material advindo dos romances e as narrativas históricas. Em um primeiro momento, procuramos destacar, novamente, os chamados "cânones" que orientam a produção historiográfica da Península Ibérica, com seus principais autores e obras. Em seguida, passamos à análise das obras escolhidas - *General Estoria* e *Livro de Linhagens* - quanto ao tipo de material incorporado e ao modo como essa incorporação se dá, analisando o tipo de aventura escolhida na inclusão da Matéria de Bretanha no texto, o lugar que esta matéria ocupa na narrativa, as fontes a que é atribuído o trecho destacado, etc. Por questões de tempo, complexidade temática e abrangência do trabalho, não nos foi possível - e nem era essa nossa intenção - oferecer respostas finais à questão abordada. O que pretendíamos era lançar este novo olhar para a produção arturiana, procurando identificar o que há de diferente na apreensão da matéria nos diversos gêneros literários - incluindo-se agora o gênero histórico - abordados, sobretudo quanto à escolha de fatos a serem referidos e recuperados.

[1] Todas estas obras foram analisadas em nosso projeto de Iniciação Científica, intitulado: "A *Historia Regum Britanniae* (1135-1138) de Geoffrey de Monmouth e a caracterização de rei Artur na narrativa medieval", financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), no período de dezembro de 1999 a novembro de 2000 - processo: 99/02344-0.

CAPÍTULO I:

A literatura arturiana e os gêneros historiográficos medievais.

CAPÍTULO I

A literatura arturiana e os gêneros historiográficos medievais

Introdução

Ainda que uma corrente de pesquisadores busque incessantemente a "pré-história" de Artur (a literatura lendária mais ou menos aberta à tradição oral) que se construiu antes de Geoffrey de Monmouth, partimos do princípio de que, embora este personagem seja nomeado em alguns escritos desde o século IX, ele só é transformado em "rei" na literatura historiográfica do século XII[2], particularmente na *Historia Regum Britanniae* e no *Roman de Brut*. É aqui que datamos o surgimento da literatura arturiana.

Nos fins do século XIII, Artur é definitivamente transformado em um personagem histórico comparável a Carlos Magno. Já conhecido como herói dos galeses e modelo do mundo cavalheiresco, o rei da Bretanha está presente em uma produção historiográfica de cunho oficial promovida pelos reis normandos da Inglaterra. O rei tem "atestada" a sua existência através de um possível túmulo, e a transladação do que seriam seus restos mortais e de sua esposa Genebra foi outra "prova" de sua existência, sustentada pelo rei Eduardo I (cujo reinado vai de 1272 a 1307). A composição do *Roman de Brut*, provavelmente encomendada pela corte normanda faria parte, como veremos, desta construção de Artur enquanto antecessor monárquico dos reis ingleses[3].

---

[2] Segundo Rosemary Morris, Artur era, desde a sua origem mitológica, uma espécie de defensor de uma terra sagrada. Com o desenvolvimento da idéia de que o rei nada mais era que o defensor de um país, pode ser este o motivo que tenha levado Artur à posição de "rei" que antes não possuía (*The Character of King Arthur in Medieval Literature*, p. 55).

[3] Ver: Bernard Guenée, *Occidente durante los siglos XIV y XV*, p. 70.

Toda esta literatura em torno do rei Artur possui, no entanto, uma função de construção de uma certa historicidade, pois, embora sua existência não tenha sido atestada por critérios de veracidade hoje aceitáveis, "tanto a criação quanto a recepção desta literatura estão historicamente condicionadas e definidas pelos anseios e exigências do público cortês a que era dirigida."[4] Assim:

> *"Frente a esta historicidade da criação literária importa menos determinar se o personagem de Artur tem ou não um antecedente histórico em suas origens. O fundamental é advertir como a imagem do rei de uma Bretanha lendária se vai agigantando e transformando-se no paradigma mítico do soberano exemplar da Mesa Redonda, espelho magnífico de monarcas corteses."*[5]

Não nos ocuparemos, porém, das razões que elevam Artur ao posto de monarca exemplar na literatura do século XII, mas, ao lado desta historicidade que expressa o personagem, deter-nos-emos no interesse demonstrado por certas monarquias na recuperação e manutenção da glória e da excelência de Artur ao longo dos tempos. Assim, a historiografia, para muitos daqueles monarcas, acaba sendo uma das formas de reviver a lenda arturiana e, a partir dela, enaltecer o passado grandioso de suas nações. Artur, então, da mesma forma que contribui na apresentação de exemplos que buscavam reerguer instituições como a da cavalaria, é constantemente reaproveitado na elaboração de obras empreendidas por soberanos que desejavam equiparar suas cortes àquela do monarca bretão. Tais textos não se furtam a recorrer ao maravilhoso para apresentar suas origens nobres, como acontece na narração da mítica fundação da Bretanha por Brutus, tal como

[4] Carlos García Gual. *Historia del rey Arturo y de los nobles e errantes caballeros de la Tabla Redonda*, p. 17.
[5] García Gual, *Op. Cit.* (tradução minha do espanhol para o português), p. 17.

relatada na *Historia Regum Britanniae*, paralela a tantas outras genealogias míticas empreendidas na Idade Média[6].

A obra de Monmouth, fornecendo as principais características da literatura arturiana, será prontamente incorporada ao que poderíamos chamar, já no século XII, de literatura de ficção, com Chrétien de Troyes, Maria de França e outros. Fundando o que chamamos de Matéria de Bretanha, base de uma série de outros escritos que se valerão de determinados personagens e informações na caracterização de seus enredos, estes autores fazem do passado arturiano o "pano de fundo" para as narrativas de aventuras cavalheirescas. Aos poucos, contudo, a literatura arturiana se defrontará com a necessidade de recuperar um certo plano de veracidade, sobretudo a partir dos ciclos em prosa do século XIII. Deste modo, embora nem sempre possa ser chamado de personagem histórico, o rei Artur exige de seus autores, em alguns momentos, um retorno à realidade, o que fica claro nas mudanças que ocorrem não só nas prosificações do século XIII, mas mesmo na fala dos autores que se esforçam em separar seus relatos daquilo que eles chamam de meras "fábulas". São exemplos claros deste tipo de procedimento a afirmação de Wace, no *Brut,* de que ele, em seu relato, diz a verdade ("*Maistre Wace l'ad translaté/Ki en conte la verité*"), bem como quando aponta que as aventuras de Artur possuem "versões ficcionais", ou seja, que, por serem muito contadas, acabaram tornando-se fábulas ("*Sunt tant racunteés/ Ki a fable sunt aturnées*").

Mudança essencial neste modo de tecer ficções, ainda no século XII, é representado pelo discurso de Chrétien de Troyes nos prólogos de seus principais romances, sobretudo em *Erec*, que seria o primeiro deles, introduzindo, na literatura arturiana, o conceito da *belle*

[6] Os franceses, por exemplo, também possuem uma *Historia Regum Francorum,* composta na segunda metade do século XIII, reivindicando a origem troiana de sua monarquia. Bernard Guenée, *Ocidente durante*

conjointure, ou seja, de uma bela "armação" (ou "estrutura"). Dessa forma, caberia ao autor determinar uma estrutura harmoniosa, a qual fosse capaz de transmitir ao leitor a beleza de uma história, não inédita, mas bem constituída, contraposta ao modo narrativo dos jograis, que nada faziam a não ser "despedaçar" e "corromper" os textos (*"depecier"* e *"corrompre"*). Assim, a obra, agora, se constrói a partir do esforço do escritor em criar uma história exemplar, sem a interferência dos relatos orais. Haveria um enobrecimento da ficção[7], na medida em que a beleza conseguida através da boa articulação entre as partes do texto também contribuiria para alcançar a verdade, ligada à beleza; um mundo fictício que, no entanto, não deixa de influenciar na realidade[8]. Em poucas palavras, o relato não esconde sua subjetividade e o objeto narrado não é necessariamente um acontecimento histórico, mas sim uma ficção que pode conter verdades (de cunho moral, por exemplo). "Uma verdade de que depende o correto sentido que um autor saiba outorgar à história."[9]

A escrita da história na Idade Média: modelos e gêneros

A retórica antiga ofereceu uma definição de *historia* que visava separá-la do *argumentum* e da *fabula*. A *historia* seria encarregada de "dizer a verdade"; o *argumentum*, não de dizer a verdade, mas "algo verossímil"; e, na *fabula* a narrativa não representava a verdade, nem precisava ser verossímil. Segundo Bernard Guenée[10], embora tenham se

---

los siglos XIV y XV, p. 65.

[7] H. R. Jauss, citado por Victoria Cirlot. In: *La novela arturica: orígenes de la ficcion en la cultura europea*, p. 53.

[8] Carlos García Gual, *Primeras Novelas Europeas*, p. 74.

[9] Victoria Cirlot, *Op. Cit.*, p. 54.

[10] Bernard Guenée, *Histoire et Culture Historique dans l'Occident Mediéval*, p. 19.

mantido aquelas três distinções clássicas na Idade Média - em pensadores como Isidoro de Sevilha, Vincent de Beauvais e Jorge de Trebisonda -, a oposição fundamental que se cristalizou, nas palavras de Gautier Map, foi a de que "a história se esforça em dizer a verdade, e a fábula em tecer ficções"[11]; quanto ao conceito de verossimilhança, perdeu-se de vista. A "função moralizante" da história (*magistra vitae*), sustentada desde Cícero, ganha força nesse período e sua intenção passa a ser a de "dar um bom exemplo" aos leitores, além de formar as crianças, ensinando-lhes regras gramaticais, de estilo e máximas de sabedoria.

Pertence ao campo da historicidade aquilo que *deve ser* acreditado, ou *aquilo em que quer acreditar* a comunidade que recebe o texto. Deve-se destacar, portanto, o lugar que ocupa o leitor em relação ao autor no período: deve ser o público o responsável por aceitar o fato como verdadeiro ou não, sendo o dever do autor apenas contá-lo[12]. O "maravilhoso" acaba fazendo parte de uma etapa,

> *"(...) um elemento mantido pelas tradições orais e que se reflete nos textos historiográficos com profusão. (...) A distinção entre o 'verdadeiro' e o 'possível' não se dá em caráter irrevogável, mas sim está mais no próprio sujeito que se aproxima com curiosidade dos relatos históricos. Tudo é verossímil, sem que se pare para pensar em que grau de verossimilhança deve-se colocar cada acontecimento; a dúvida não tem lugar entre os leitores ou ouvintes, qualquer coisa pode ter acontecido, independentemente de que lhes seja contado de uma maneira ou de outra, em múltiplas versões ou através de uma só interpretação."*[13]

Isto não significava, no entanto, que não houve durante a Idade Média uma crítica das fontes. Sobretudo as fontes orais eram objeto de desconfiança entre alguns historiadores. Os relatos dos trovadores e aqueles relacionados à épica ou às lendas - como os milagres,

---

[11] *Apud* Guenée, *Op. Cit.*, p. 19.
[12] C. Orcástegui, E. Serasa. *La Historia en la Edad Media.*, p. 50.
[13] Orcástegui e Serasa, *Op. Cit.*, (tradução minha do espanhol para o português), p. 51.

canções de gesta, feitos do rei Artur e de Carlos Magno -, incluindo também narrativas sobre as Cruzadas, histórias sobre as relíquias ou desastres eram comumente submetidos a certo "juízo crítico", a fim de evitar que informações sem bases históricas firmes fossem difundidas sem a devida reflexão.

Buscamos aqui fazer um apanhado geral cronologicamente ordenado dos vários procedimentos e materiais que fizeram parte dos relatos chamados históricos do período entre o século V e XIV, partindo daqueles que teriam sido os primeiros historiadores medievais - e que se constituíram, de certa forma, como modelos e referências para as épocas posteriores - e chegando aos autores dos séculos XIII e XIV, momento em que se situam as obras contempladas por este trabalho.

Costuma-se atribuir o nascimento da escrita histórica na Idade Média à ascensão do Estado, organizado ao redor de um príncipe, do guerreiro e do escriba. As batalhas, as conquistas, as construções de suas cidades, templos, palácios, enfim, fatos que não se repetiriam teriam no registro escrito a possibilidade de não serem esquecidos, garantindo que seus realizadores não deixassem de figurar na memória do povo. Desse modo, a história passa a exercer nessas sociedades o papel que o mito possuía nas comunidades orais, "garantindo pela palavra a vida das coisas".[14] Tal vocação política da história reside, sobretudo, nessa impossibilidade da repetição do evento histórico e, portanto, na sua singularidade. É fato que haverá outros períodos em que o foco de interesse será outro - como a religião, por exemplo -, mas o percurso traçado pela afirmação da história enquanto

[14] Philippe Ariès, "A atitude diante da história: na Idade Média". In: *O Tempo da História*, p. 91.

discurso legitimador da realeza é, certamente, algo preponderante no período que nos toca (os séculos XIII - XIV).

O aspecto moral da narrativa histórica torna-se evidente com a intervenção do pensamento agostiniano. A popularidade do *De Ciuitate Dei* demonstra sua aceitação junto ao público e, conseqüentemente, a aceitação de seus princípios históricos. A obra de Santo Agostinho é um marco na apreensão do modo como se compreendia a história naquele momento, atrelando-a à esfera do sagrado e vinculando-a aos acontecimentos bíblicos.

Além do conceito da ação da Providência, Agostinho reconhece na história um plano divino, cuja realização demonstra a duração indefinida da época cristã. Tem início, para o Ocidente, a concepção linear do desenvolvimento histórico, já presente na tradição bíblica, mas agora com uma data chave que dividiria a história da humanidade em dois grandes períodos: antes e depois de Cristo.

Agostinho escreve sua *Cidade de Deus* de modo a eximir os cristão da culpabilidade pela derrocada do império romano e, também, para desfazer a idéia de que o fim da hegemonia romana significaria também o final dos tempos. É a desvinculação da história da humanidade da história de Roma, colocando Cristo como o marco sobre o qual todos os importantes eventos se relacionam. A partir dessa visão é que se torna possível a construção de uma história universal. O livro sagrado do judaísmo e do cristianismo - a *Bíblia* - é tomado como modelo de narrativa histórica construída a partir de acontecimentos ordenados cronologicamente. O passado é agora entendido como fonte de manifestações de Deus e as histórias particulares reúnem-se formando apenas uma, de modo a possibilitar uma narrativa contínua, que pudesse fornecer a maior quantidade possível de signos. As primeiras tentativas de produzir histórias universais (já no século III) constituem-se assim

como espécies de cronologias sincronizadas que se dedicavam a "evangelizar a história para trás", uma vez que procuravam, no passado, relações com Cristo.

Baseado na obra de Santo Agostinho, seu discípulo Paulo Orósio compõe sua *Historia Adversus Paganos,* sob a recomendação do próprio Agostinho, em 418. Em seu texto, Orósio preocupa-se em relativizar os acontecimentos relacionados à queda de Roma, integrando-os em seqüências mais vastas, a partir das quais adquirem o seu significado pleno; recorre sistematicamente ao método comparativo, sem, contudo, deixar de ver em Deus o "supremo condutor dos tempos". Assim, Roma não ruiu quando se deixou de adorar os seus deuses, pois, de acordo com Orósio, outros impérios, do mesmo modo que o romano, também conheceram a decadência sem a interferência da religião de Cristo. Sua obra substituirá, a partir do século V, os resumos pagãos de Justino, Floro e Eutrópio, utilizados até então. Mas, para a compreensão do modo de se escrever a história na Idade Média, outros dois autores da antigüidade cristã são ainda mais importantes: Eusébio de Cesaréia e Jerônimo.

As tábuas cronológicas de Eusébio de Cesaréia (c. 265-340) - continuadas e traduzidas por São Jerônimo (c. 347- c. 419) - constituem a primeira tentativa de estabelecer uma cronologia que compatibilizasse a história sagrada e os acontecimentos da história pagã. Será a partir deste esquema que se construirão as várias narrativas históricas da Idade Média. O pai da historiografia cristã seria, portanto, Eusébio, na medida em que é o primeiro a adotar este método, abarcando vários povos ao longo de uma cronologia pré-estabelecida. Sua obra, escrita em grego e da qual se possui apenas alguns fragmentos, apresenta pela primeira vez este sincronismo dos vários acontecimentos ocorridos com as várias nações, como a dos caldeus, assírios, gregos, romanos e hebreus. Suas fontes são simultaneamente os textos pagãos e a *Bíblia,* anotados de modo sincrônico até o ano de

325. Jerônimo, por volta de 381, verte o texto para o latim, continuando-o até o ano de 387. Tal esquema cronológico, embora seja retomado e rejeitado várias vezes ao longo da Idade Média, será modelo para a ordenação dos escritos históricos da Península Ibérica, conforme veremos mais adiante[15].

Embora se possa afirmar que a Idade Média tenha criado modelos historiográficos próprios, a escrita historiográfica não ocupa, de fato, um lugar de destaque na cultura do período e, quando passa a fazer parte dos programas de ensino nas universidades, não é vista como uma ciência independente, mas como uma das partes da Gramática e da Retórica, ou seja, como um instrumento auxiliar no processo de aprendizagem daquelas matérias do *Trivium*. Desse modo, a história acaba tendo o didático papel de ensinar regras de conduta e exemplos a serem imitados. Ela seria, portanto, uma "preparação para a vida que ensina o que se deve imitar e a quem se deve imitar"[16].

A partir deste exame parcial da questão, podemos já estabelecer duas características fundamentais na historiografia medieval: a primeira - a solidariedade entre os povos - funda-se, portanto, com Jerônimo (baseado em Eusébio de Cesaréia), o primeiro historiador a colocar na dimensão cronológica os vários povos, de modo a abarcar a história universal; a segunda, que pode ser retomada tanto na obra de Jerônimo quanto na de Agostinho, diz respeito à "significação" da história, ou seja, à prática da exegese tal como concebida pela Patrística, fundada na interpretação dos signos místicos contidos nos fatos relatados pela historiografia.

[15] A outra contribuição de Eusébio de Cesaréia se dá através de sua *Historia Ecclesiastica*, obra em que se dedicará a expor os pressupostos da nova história cristã. Ao lado do *Chronicon*, será a fonte para os historiadores que se seguirão, como Paulo Orósio, Próspero de Aquitânia e Hidácio.
[16] C. Orcástegui e E. Serasa, *Op. Cit.*, p. 17.

De acordo com esta última premissa, os fatos não são nada em si; quem os constrói, de certa forma, ou os completa, é aquele que os interpreta em conformidade com determinadas leis. Algumas delas serão apresentadas pelo próprio Agostinho em sua *Cidade de Deus* e na *Doutrina Cristã*. Para ele o importante não é narrar os fatos históricos, é preciso dar um sentido a eles, interpretá-los de modo a construir racionalmente os alicerces que sustentam as estruturas de cada uma das duas cidades - a *de Deus* e a *terrestre* -, ambas sob o jugo divino ou da *Providência*. É indício da difusão das idéias de Agostinho sobre a história o título de um tratado de 450 - *De Gubernatione Dei* -, segundo o qual a história teria seu significado atrelado ao governo de Deus. Em resumo, diz Philippe Ariès: "Ao historiador, convém descobrir sob as aparências a lição do acontecimento recolocando-o na economia divina do mundo."[17]

Assim haveria, historicamente, muito antes de Cristo, uma confusão de povos, sem fé ou lei; depois, num passado mais próximo, um povo eleito que viveu sob o jugo da lei (*Velho Testamento*); por fim, se instaurará definitivamente a lei cristã (*Novo Testamento*)[18]. A história torna-se, então, "fundamento da doutrina sagrada"[19].

A interpretação alegórica da *Bíblia*, efetuada pelos primeiros cristãos, opera a partir de uma oposição bastante comum na Idade Média entre o *espírito* e a *letra*. No entanto, embora a história pertença a este segundo tipo, ela não apresenta grandes diferenças em relação à profecia. O princípio cristão de uma concepção linear do tempo - toda a história universal, desde a criação do mundo até seu suposto fim - conduz a uma única diferença

[17] Ariès, *Op. Cit.*, p. 107. Ver também Erich Auerbach, *Figura*.
[18] E. Gilson, *L'esprit de la philosophie mediévale*, p. 366.
[19] Guenée, *Histoire et culture historique.*, p. 30.

entre as coisas passadas e aquelas que estão por vir: a data, conhecida naqueles casos e desconhecida nestes[20].

Apoiados no *Velho Testamento* - cuja narrativa apresenta o nascimento do mundo - e no Evangelho - que prepara o leitor para o vindouro final dos tempos -, lidos como fontes de fatos relativos à humanidade, os historiadores contemporâneos e imediatamente posteriores a Santo Agostinho tornam possível a síntese da história do mundo. É nos acontecimentos bíblicos da criação e da queda que está "a chave da história universal (...) que nos permite prever que a história do futuro terá um sentido como aquela do passado"[21]. De posse das informações contidas nas Sagradas Escrituras, os cristãos tentam dar à totalidade da história uma explicação inteligível, o que significa um certo domínio sobre o mundo e sobre o tempo. A história do mundo passa a se constituir como um "belo poema" que a nós só é compreensível se conhecermos seu início e seu final (apresentados no *Gênesis* e no *Apocalipse*), acessíveis aos cristãos, nesse momento, por meio da "palavra de Deus".

A história, diz Agostinho, floresce na Eternidade, através do próprio Deus. Ela só pode ser, portanto, fruto da ação divina, como o é tudo aquilo relativo ao homem, como suas fraquezas - expressas na *cidade terrestre* -; suas virtudes - presentes naqueles que constróem a *cidade de Deus* -; os amores, que orientam cada uma dessas atitudes - aqueles elevados ao Criador e aqueles voltados ao próprio homem -, numa conjunção de fatores visando um só futuro: a comunhão final com Cristo e seu reino definitivo nos céus. Baseada em um início e em um fim determinados, a história em Santo Agostinho tem uma orientação certa, já estabelecida em uma outra dimensão que escapa ao nosso entendimento, mas que por nós não pode ser negligenciada.

---

[20] Guenée, *Op. Cit.*, p. 21.
[21] E. Gilson, *Introduction a l'étude de Saint Augustin*, p. 241-242.

Será também o bispo de Hipona quem estabelecerá a definitiva periodização que divide a história do mundo em seis idades, periodização esta que orientará as principais obras de história universal na Idade Média. De acordo com Agostinho, a *Primeira Idade* vai da criação do mundo até Noé; a *Segunda*, de Noé a Abraão; a *Terceira*, de Abraão até David; a *Quarta*, de David até o exílio babilônico; a *Quinta*, do exílio até Cristo; e a *Sexta* tem seu início em Cristo e teria seu fim no momento do Juízo Final. Essas "seis idades", cujas durações não eram importantes, uma vez que "a cronologia não era a paixão do teólogo"[22], correspondem, segundo o próprio Agostinho, aos seis dias da criação do mundo. O sétimo dia será o momento em que o mundo terá finalmente chegado ao seu fim, sendo concedido aos bons o descanso eterno no Reino da Glória, triunfando, assim, na Terra, a majestade divina. A analogia entre as idades do mundo e os períodos da vida do homem (infância, adolescência, maturidade, velhice) também conduz a uma outra interpretação acerca do momento em que se vive na Idade Média. Já na *Sexta idade* - pois ela tem início com a vinda de Cristo -, o homem vê-se na sua velhice e, portanto, dotado de sabedoria e assim mais apto a entender as questões fundamentais da humanidade.

Embora a questão cronológica não seja a preocupação principal dos autores medievais, muitos são os momentos em que há uma efetiva tentativa de reorganizar as datas. Entre a invasão dos bárbaros e o renascimento carolíngio, algo em torno de dois ou três séculos, segundo Ariès, a cronologia, por muitos anos cultivada e constituída sob várias tentativas de organização, corria o risco de desaparecer. Este fato só não ocorre graças à necessidade litúrgica de se conservar com exatidão a data da Páscoa, o que possibilitou a permanência

---

[22] Guenée, *Histoire et culture historique,* p. 150.

de algumas técnicas de cômputo astronômico. No ambiente monástico defendia-se a idéia de que a religião correria perigo caso não se mantivesse intocado o dia da comemoração da Páscoa.

Diante da dificuldade no cálculo de tal evento religioso, procurou-se conservar as "tábuas pascais" levantadas previamente durante vários séculos. Nesse processo, os homens da igreja acabaram registrando em calendários fatos que lhes pareceram marcantes. As tábuas pascais passam a exercer papel análogo aos das festas consulares de Roma, contribuindo na demarcação temporal da história até o século VIII.

Nesses primeiros anais monásticos temos, portanto, o retorno do "cuidado cronológico", seu modo analítico, iniciado, sobretudo, com o renascimento carolíngio. Mas, na retomada da dimensão cronológica na escrita da história há uma modificação bastante substancial na disposição dos fatos: a ordenação por reinados é substituída pelo calendário eclesiástico, sendo, nesse momento, mais notável a influência dos clérigos do que dos príncipes.

Assim, nos grandes textos da historiografia carolíngia, os personagens importantes da história são os bispos e os abades (oitenta por cento dos textos dedicam-se a relatar as biografias destes personagens). Tal conceito contrapõe-se àquele de Eusébio de Cesaréia, cuja história, ainda orientada para o sagrado, não dava grande importância a aspectos biográficos desta natureza, mas sim preocupava-se em integrar a história humana ao plano providencial.

Paralelamente a esse modo de escrever a história houve também algumas tentativas de reabilitação da matéria leiga. Os *Anais monárquicos* pretendiam retomar estes temas. Compostos a mando de Carlos Magno (747-814), possuíam dois aspectos essenciais: dinástico e militar. Funda-se, através destes escritos, o conceito de "tradição", ou seja, a

evocação cada vez mais intensa (a partir, sobretudo, do século IX) dos ancestrais, de seu valor e sua bravura, que permitirão caracterizar seus descendentes como equivalentes a eles. Estava fundada a tradição monárquica que, nesse primeiro momento, não teve prosseguimento, mas que retornará séculos mais tarde.

Posteriormente, entre os séculos IX ao XI, as crônicas, panegíricos e outros escritos cujo material poderia ser chamado de historiográfico, não se interessam necessariamente pelos feitos dos reis (a não ser quando relativos aos clérigos), mas nesse período, as grandes linhagens encontram uma nova forma de se fazerem lembrar: as epopéias. Esse gênero passa a ser grande difusor das glórias ancestrais oriundas dessa camada nobre da sociedade. As primeiras menções a essas "canções de gesta" datam de meados do século XI. Nesses textos há registros de eventos e personagens reais, ainda que, por vezes, deslocados cronologicamente[23]. Ao que tudo indica, deveria haver algum tipo de contato entre os jograis e os clérigos, que podem ter tido acesso a documentos históricos que lhes forneciam algumas datas e fatos precisos. O intercâmbio de saberes, a propósito, era de duplo sentido, pois lendas épicas estão presentes em vários documentos produzidos pelos homens da igreja e pelos cronistas régios, caso marcante na historiografia castelhana da época de Afonso X, com as "prosificações cronísticas" de canções de gesta[24]. Quanto ao rei Artur, Marc Bloch assinala que seus feitos eram conhecidos dos monges e tais narrativas chegavam a "arrancar lágrimas" aos mais jovens[25].

---

[23] M. Bloch, *A Sociedade Feudal*, p. 111.

[24] Segundo Carlos Alvar, há, na *Primeira Crônica Geral* de Afonso X, pelo menos treze temas épicos. Neste texto encontram-se prosificações de poemas completos acerca de Fernán Gonzales e sobre o Cid, além do emprego de fragmentos de outros cantares de gesta. Posteriormente o mesmo ocorre com a *Crônica de 1344*, de Pedro de Barcelos, que inclui ainda uma prosificação dos *Infantes de Lara* (Carlos Alvar "Épica". In: Alvar, Carlos, Gómez Moreno, Ángel. *La poesía épica y de clerecía medievales*, p. 34).

[25] Bloch, *Op. Cit.*, p. 113. García Gual, citando Cesáreo de Heisterbach em *Dialogus Miraculorum* (c. 1220), conta a famosa anedota segundo a qual uns monges que adormeciam durante o sermão vespertino, ao ouvirem

Na epopéia oral, há personagens que outrora fizeram parte dos anais carolíngios latinos. Pela sua característica mais popular e por ser cantado em língua vulgar, acaba tornando-se grande difusora dos eventos para o público em geral. Recuperando um passado razoavelmente longínquo (séc. VIII), as canções de gesta dos séculos XIII e XIV, declamadas pelos jograis, dirigiam-se primordialmente a um público formado, em sua maioria, por iletrados, que tinham naqueles relatos seus "livros de histórias"[26].

Caso à parte na historiografia dos séculos X e XI, os normandos têm em Dudon uma importante contribuição quando este escreve seu *De moribus et actis primorum Normanniae Ducum*, entre 960 e 1043. Há ali a preocupação em ligar os normandos a uma linhagem clássica: Enéias e os eneidas. Eles teriam "Antenor" nas suas origens, como os francos tinham Francion, mas aliam estes fatos a traços específicos de sua civilização ancestral, ao seu "passado fabuloso e pagão, o êxodo periódico dos jovens, a poligamia, os sacrifícios humanos, as grandes partidas para o mar".[27] Distante dos projetos das histórias universais baseadas no esquema Eusébio-Jerônimo, Dudon parte de uma origem que é exclusiva dos normandos.

O *Roman de Rou*, de Wace, seria uma reafirmação do novo gênero criado por Dudon e constitui a primeira obra histórica escrita em língua vulgar, com raízes ao mesmo tempo nos relatos orais (herança da epopéia) e na tradição nobiliárquica do registro de grandes feitos. Retomando os preceitos dos *anais carolíngios,* fixando as tradições dinásticas, estes textos vão além. As pretensões dos normandos em se constituírem definitivamente como

---

o abade que interrompera sua predicação com um relato que começava "*Era uma vez um rei chamado Artur...*", despertaram-se ansiosos. García Gual, *Op. Cit.*, p. 68.

[26] Bloch, *Op. Cit.*, p. 110. As canções de gesta na corte de Henrique Plantageneta, destaca Philipe Ariès, caracterizavam-se como autênticos documentos, o que se manterá até o século XV (Ariès, *Op. Cit.*, p. 122).

[27] Ariès, *Op. Cit.*, p. 125.

um povo diferenciado, superior, contará com um importante reforço através da incorporação da glória ancestral do rei Artur, através de Wace, encarregado de traduzir para a língua vulgar a *Historia Regum Britanniae*, de Geoffrey de Monmouth, obra na qual se retomam os antecessores daquele rei bretão na Antigüidade. Beneficiário desta narrativa legitimadora do povo normando, agora senhor da Bretanha, Henrique II não medirá esforços em outras áreas para exaltar o seu passado, de modo a colocar em um patamar ainda mais alto a sua própria conquista desse território.

A partir do século XIII, algumas narrativas retomam a seqüência temporal organizada por Eusébio e Jerônimo. A história universal - ordenada pelo pensamento enciclopédico e mais organizada - reaparece aliada à cronologia e ao mito régio, formando uma "história monárquica popular". Será neste momento que se produzirá a *General Estoria*, obra fundamental no contexto da historiografia universal na Península Ibérica, enquanto que, na França, a casa real e a "religião da sagração" serão os temas centrais das *Grandes Crônicas de França*, que ficaram a cargo dos clérigos de Saint Denis. Retomando biografias latinas dispersas, volta-se a utilizar ali a ordenação cronológica por reinados - conforme Eusébio-Jerônimo -, com a constante preocupação em recuperar ou criar elos importantes de parentesco com Carlos Magno . Ao lado disso, a recuperação de uma origem nobre, não em Carlos Magno, mas nos heróis da antigüidade, revela-se em um trecho das *Crônicas* em termos muito semelhantes ao do prólogo de *Cliges*, de Chrétien de Troyes[28]:

[28] O autor começa esse romance traçando um panorama da cavalaria através dos tempos, cuja glória pertencera antes à Grécia e Roma, e que agora seria de posse da França. E acrescenta: *"Permita Deus que elas fiquem aqui guardadas; que a permanência neste lugar lhes apraza e que jamais saia da França a glória que aqui se deteve! Deus as tinha apenas emprestado àqueles gregos e romanos; deles já não mais se fala, pois sua viva brasa está extinta."* (Chrétien de Troyes, *Romances da Távola Redonda*, "Cliges", p. 77).

"Clero e cavalaria estão sempre tão concertados, que uma nada pode sem a outra; sempre juntos, e ainda, graças a Deus, nunca em desacordo. Em três regiões habitaram, em tempos diversos: na Grécia primeiramente reinaram, pois na cidade de Atenas estava outrora a fonte da filosofia, e na Grécia, a flor da cavalaria. Da Grécia vieram depois para Roma. De Roma vieram à França."[29]

Os conceitos de *translatio imperii* e *translatio studii* subentendidos neste trecho colocam no mesmo plano a cavalaria e o saber. A França demonstra na história a sua superioridade através de seus elos com o mundo antigo e suas características fundamentais. O saber e o poder se transladam e cada povo esforça-se para demonstrar-se seu detentor e merecedor. Rememorar os feitos de uma nação é "aumentar o orgulho de todo um povo, recordando suas origens, sempre gloriosas"[30]. Torna-se procedimento comum entre as "novas" nações, a fim de atestar sua grandeza, buscar elos de parentesco com o mundo antigo, como ocorre na própria *Historia Regum Britanniae* - que toma da *Historia Britonum* a informação da origem troiana dos bretões[31] -, o que se estenderá até os primórdios da historiografia peninsular em língua romance.

A *General Estoria* e o *Livro de Linhagens*, situados entre os séculos XIII e XIV, estariam, portanto, sujeitos a uma visão de história em que o sagrado, a cronologia e a questão dinástica estariam presentes. No texto de Afonso X, toda a ordenação cronológica segue o esquema de Eusébio-Jerônimo, o mesmo ocorrendo com o *Livro de Linhagens* que, inclusive, dedica seus capítulos iniciais à linhagem de Adão. Na *General Estoria,* as partes I, II e III, principalmente, intercalam temas bíblicos a eventos pagãos. A exaltação das

---

[29] *Apud* Ariès, *Op. Cit.*, p. 133.
[30] B. Guenée, *Ocidente durante los siglos XIV y XV*, p. 65.
[31] De acordo com C. A. de Cuenca, Geoffrey de Monmouth teria retirado de Nênio, historiador galês autor da *Historia Britonum*, a idéia da história de Brutus como fundador do reino da Bretanha (*Historia de los reyes de Britania*, 5ª ed., 1994, nota do tradutor, p. 5). Este neto de Enéias teria sido obrigado a deixar seu país por haver cometido o duplo crime de matar seu pai e sua mãe. O herói teria partido, então, para fundar um novo país numa ilha do ocidente, além dos reinos da Gália, conforme a deusa Diana lhe havia revelado em sonho.

origens régias, em ambas as obras, também é notável, demonstrando a presença da preocupação com as questões dinásticas. No caso específico do *Livro de Linhagens*, seu lugar entre os gêneros históricos dos fins da Idade Média é interessante, na medida em que a literatura genealógica tem, na Península Ibérica, um papel muito mais importante do que nos demais países - conforme veremos no capítulo dedicado à historiografia peninsular -, gozando aquela narrativa de uma "pujança literária" que, para José Mattoso, é "notável"[32]. Assim sendo, podemos afirmar que as obras que nos cabe examinar recuperam, em uma medida importante, aspectos notáveis destes modelos que acabamos de apresentar.

[32] José Mattoso. "Os livros de linhagens portugueses e a literatura genealógica européia da Idade Média". In: *A nobreza medieval portuguesa: a família e o poder*, p. 37-100.

CAPÍTULO II:

A Historia Regum Britanniae de Geoffrey de Monmouth e a fundação da literatura arturiana.

CAPÍTULO II

A *Historia Regum Britanniae* de Geoffrey de Monmouth e a fundação da literatura arturiana

> *"(...) Walter, arquidiácono de Oxford, trouxe da Bretanha, um livro que, tratando com toda veracidade sobre a história destes príncipes* [da Bretanha] *e composto em suas honras, ocupei-me de traduzir ao latim."*[33]
>
> (Geoffrey de Monmouth, *HRB*)

A primeira obra de um bretão a tratar da constituição do seu país (até então somente os historiadores romanos e gregos tinham se ocupado da história da ilha) foi o *De Excidio et Conquestu Britanniae*, livro que mescla fragmentos de relatos anteriores, feito pelos gregos e romanos, e um relato da sociedade contemporânea de seu autor, Gildas. Deste homem pouco se sabe: teria nascido no ano da Batalha do Monte Badon, relatada por ele quando tinha 43 anos mais ou menos[34]. Gildas se encarrega da enumeração de cinco reis de Bretanha, a saber: Constantinus, Aurelius Ambrosius, Vortiporius, Cuneglasus e Maglocunus.[35]

---

[33] Todas as traduções da *HRB* foram feitas por mim a partir da edição espanhola citada, com o cotejo da edição latina estabelecida por Edmond Faral.

[34] De acordo com os *Annales Cambriae*, tal batalha ocorreu em 516, mas ainda permanecem algumas divergências.

[35] E. Faral, *Op. Cit.*, tomo I, 1969, p. 45.

O último dos escritores de que se tem notícia a ocupar-se dos fatos relativos à Bretanha foi Nênio[36], que compõe, em algum momento do século IX, a *Historia Britonum*, formada por sete pequenas obras (1. *De Sex Aetatibus Mundi;* 2. *Historia Britonum;* 3. *Vita Patricii;* 4. *Arthuriana;* 5. *Regum Genealogiae cum Computo;* 6. *Civitates Britannicae;* 7. *De Mirabilibus Britanniae*[37]). Ali, Artur, o mais importante personagem da lenda bretã na Idade Média, aparece referido como um "líder de armas"*(dux bellorum)*[38].

Sem nos ocuparmos na apresentação detalhada de todos os escritos da época, vale a pena nos concentrarmos essencialmente em algumas figuras destes períodos, aquelas mais diretamente ligadas à obra de Geoffrey de Monmouth, nosso foco de interesse principal. Uma delas é a de Guilherme de Malmesbury.

Este autor é, segundo Orcástegui, "o melhor historiador inglês do período e uma das figuras mais altas da historiografia medieval européia."[39] Guilherme interessou-se pelo estudo da hagiografia, teologia, direito e pela literatura clássica, e sua importância como historiador estaria no fato de ter sido "o primeiro compilador que, depois de Beda, compôs um verdadeiro *corpus* de obras históricas anteriores, absorvendo as duas tradições historiográficas que coincidiram na Inglaterra a partir do século XI: a anglo-saxã e a anglo-normanda, simbiose que completou com sua própria originalidade."[40] São aspectos

[36] Faral prefere chamar a obra atribuída a Nênio de "anônima". No entanto, estudiosos como J. S. P. Tatlock e Carlos García Gual atribuem a esse autor a narrativa intitulada *Historia Britonum*, cuja influência na *Historia Regum Britanniae* é notória.
[37] Faral, *Op. Cit.* , p. 56.
[38] Carlos García Gual, *Primeras Novelas Europeas,* p. 130.
[39] Orcástegui e Serasa, *Op. Cit.,* p. 176.
[40] Orcástegui e Serasa, *Op. Cit.,* p. 177.

inovadores de Malmesbury, na realização da segunda crônica nacional não eclesiástica[41], o seu uso pioneiro da topografia e da arquitetura como fontes históricas. Suas principais obras são a *Gesta Regum Anglorum*, que conta desde a chegada dos saxões até o ano de 1125, e que é continuada depois pela *Historia Novela*, descrevendo eventos até 1142; e a *Gesta Pontificium*, que narra desde a adesão da Inglaterra ao cristianismo, no século VII, até o ano de 1125.

Outra figura importante é a de Henrique de Huntington que, antes de 1133, compõe, a mando de Alexandre de Blois, bispo de Lincoln, sua *Historia Anglorum*, concluída em 1155. Essa obra - narrando desde César até o ano de 1154 - também deve ter tido um relativo sucesso, o que se comprova pela grande quantidade de manuscritos. Está dividida em sete livros e foi mais tarde completada com um oitavo - *De Summitatibus* - e um nono - *De Miraculis* (baseado na obra de Beda). Suas principais fontes foram Oderico Vital (historiador normando) e Geoffrey de Monnmouth.

Henrique de Huntington e Guilherme de Malmesbury aparecem citados na obra de Monmouth como os possíveis continuadores de sua *Historia*, já que são eles, segundo Geoffrey, que devem ocupar-se dos reis saxões, pois o único a conhecer a história dos bretões é Walter de Oxford, o fictício autor do manuscrito bretão da *Historia Regum Britanniae.*

---

[41] A primeira é a *Crônica* de Ethelweard. Esse historiador, homem culto, produz sua *Crônica* descrevendo o período que vai desde a Criação até o ano de 975, centrando-se nas vicissitudes do povo anglo-saxão e usando como fontes a obra de Beda, alguns anais hoje desconhecidos e a *Crônica Anglo-saxônica.*

Geoffrey de Monmouth e a *Historia Regum Britanniae*

De acordo com Edmond Faral[42], Geoffrey de Monmouth era britânico e comumente referido como *Galfridus Monemutensis*. Documentos assinados por Geoffrey na qualidade de testemunha, duas vezes com o título de *magister,* parecem indicar que seu lugar habitual de residência era Oxford, importante centro literário.

Um texto intitulado *Gwentian Brut*[43] fornece algumas poucas informações sobre a família de Geoffrey: seu pai teria sido capelão de um certo Guillaume, filho de Robert[44], e educado por Uchtryd, bispo de Llandaf, seu tio paterno. Em recompensa por seu talento, teria recebido um cargo na igreja de Saint Teliau, em Llandaf, onde se tornaria mestre de clérigos e jovens nobres. Fosse o *Gwetian Brut* um documento realmente confiável, Geoffrey seria, além de um homem de nobre estirpe, possuidor de ótimas relações com as altas classes. No entanto, tal obra não possui essa confiabilidade, pois a sua tradição manuscrita é muito recente e, embora ela tenha sido atribuída em algum momento a Caradoc (o mesmo a quem Geoffrey nomeia como um dos continuadores da enumeração dos monarcas da Bretanha nas últimas linhas de sua obra[45]), descobre-se um grande número

---

[42] Edmond Faral. *La Legénde Arthurienne: Études et Documents - Première Partie*, tomo II, 1969.

[43] O *Gwentian Brut* é uma crônica galesa cujo nome de deve à grande ocorrência de eventos relativos a Gwent, no sudeste de Wales. A datação, como veremos, não é confiável e o texto muito provavelmente não se estabelece antes do século XVI.

[44] Este Guillaume, segundo Faral *(Op. Cit.*, p. 03*)*, poderia ser reconhecido como Guillaume Cliton, filho de Robert Courteheuse, conde de Flandres em 1127.

[45] *"Reges autem eorum, qui ab illo tempore in Gualiis sucesserunt, Karadoco Lankarbanense, contemporaneo meo, in materia scribendi permitto (...)". HRB,* cap. 208. In: *La Légende Arthurienne*, t. III, p. 303.

de anacronismos que levam a concluir que sua composição poderia ser anterior à primeira metade do século XVI [46].

Contudo, é certa a influência de Gautier, arquidiácono de Oxford entre os anos de 1104 e 1111, na vida e na obra de Geoffrey de Monmouth. Alguns documentos assinados por ambos induzem a pensar que eles tenham passado um longo tempo juntos. Este "personagem", referido por Geoffrey como "fino conhecedor da arte oratória e da história das nações estrangeiras"[47], seria o detentor da suposta versão original da *Historia Regum Britanniae* - um manuscrito bretão que, possivelmente, nunca existiu[48], sendo apenas um artifício para legitimar a sua "criação".

No que tange propriamente à *Historia Regum Britanniae,* Faral menciona quatro versões, com poucas diferenças nas suas dedicatórias, cuja comparação das datas, estabelecidas a partir dos nobres a quem são oferecidas, acaba indicando como a mais antiga aquela oferecida a Robert de Gloucester - filho ilegítimo de Henrique I Beauclerc, rei da Inglaterra morto em 1147. O segundo texto seria dedicado a Robert de Gloucester e a Galerán de Meulan - filho de Robert de Beaumont, Conde de Meulan, morto em 1166; o terceiro texto é oferecido ao rei Etiénne e a Robert de Gloucester, existindo ainda um último texto desprovido de dedicatória[49]. A datação destes que são os textos mais antigos se situaria entre os anos de 1135 e 1138.

O autor da *Historia Regum Britanniae* narra uma lendária história dos bretões, desde suas origens até o século XII. A popularidade da obra de Monmouth foi tamanha que se

[46] Faral, *Op. Cit.*, p. 5 - 6. Tatlock, *The Legendary History*, p. 446-448.
[47] Faral, *Op. Cit.*, p. 8
[48] Ver: Luis Alberto de Cuenca. *"Prólogo"* à tradução espanhola da *Historia Regum Britanniae*, p. 13.
[49] Faral, *Op. Cit.*, p. 26.

chegou a conservar mais manuscritos desta obra - cerca de 200 cópias[50] - do que a de Beda, por exemplo, sendo aceito, até o século XVI como uma obra de autoridade cujo "rigor histórico" era prezado pelos homens que se debruçaram sobre o texto até aquele momento[51].

Ao olharmos para o seu texto, é curioso notar como Geoffrey constantemente refere fatos antigos colocando-os sob o sistema vigente na Inglaterra normanda, o que nos dá mais informações sobre os eventos contemporâneos que sobre o passado que visa narrar. Por exemplo, "ele não menciona o sistema de eleição próprio do passado remoto dos saxões, mas sim o sistema hereditário de seu próprio tempo; cita os feudos concedidos pelo rei Artur, quando na realidade esse foi um costume introduzido pelos anglo-normandos e reflete as aspirações 'imperiais' dos reis normandos como Guilherme o Conquistador ao falar de Artur e de suas investidas contra a Escócia e o continente."[52]

Quanto às suas fontes, elas são as mais variadas. Os primeiros a serem citados por Monmouth já no prólogo são Gildas e Beda, atribuindo a eles pequena participação na

---

[50] Bernard Guenée (*Histoire et culture historique*, p. 250) parte do pressuposto de que o sucesso de uma obra historiográfica se dá pela quantidade de manuscritos que ela possui. O autor executa então uma longa lista contendo obras históricas com seus respectivos números de cópias e a *Historia Regum Britanniae* está entre as cinco obras com a maior quantidade de manuscritos, à frente do Pseudo-Turpin, de Beda, entre outros.

[51] Orcástegui e Serasa, *Op. Cit.*, p. 180. Dentre os contemporâneos de Geoffrey, apenas o anglo saxão William de Newburgh expressou seu protesto contra a historicidade atribuída a este "mundo de ficção" esboçado por Monmouth. Isso se deu no proêmio de sua *Historia rerum Anglicarum* (c. 1168), em que faz uma vigorosa denúncia do embuste histórico de Artur. Diz Newburgh, citado por García Gual: *"Em nossos tempos surgiu um certo escritor que, para emendar as faltas dos bretões, confeccionou suas ficções ridículas sobre eles e com impudica vaidade os coloca muito acima do valor dos macedônios e romanos. Chamou-se este Geoffrey* (Galfridus), *que tinha o apodo de Artur, porque colocou sob o honorável nome de história, através do disfarce sobreposto de sua latinidade, as fabulosas narrações sobre Artur que tomou de ficções antigas dos bretões e as aumentou em sua própria cabeça. E ele mesmo divulgou com audácia ainda maior as profecias falsíssimas de um tal Merlim, as quais também adicionou muito de sua própria safra, ao traduzi-las ao latim, como se fossem autênticas e adornadas pela verdade imutável"* (García Gual, *Op. Cit.*, p. 128). É curioso notar no discurso de Newburgh os procedimentos citados por ele e que teriam sido ardilosamente utilizados por Monmouth para revestir sua obra de "rigor histórico", como o uso da língua latina, ao lado de características que seriam evidentemente relativas aos relatos não históricos, como as "ficções antigas dos bretões", que seriam uma referência aos relatos orais, pouco críveis e vistos como indignos de confiança enquanto construtores da verdade dos fatos.

[52] Orcástegui e Serasa, *Op. Cit.*, p. 181.

escrita de um tema que, acredita Geoffrey, é muito pouco explorado diante de sua grande importância: a história dos reis da Bretanha.

> *"Cum, mecum multa et de multis saepius animo revolvens, in historiam regum Britanniae inciderem, in mirum contuli quod, infra mentionem quam de eis Gildas et Beda luculento tractatu fecerant, nihil de regibus qui ante incarnationem Chisti inhabitaverant, nihil etiam Arthuro ceterisque compluribus qui post Incarnationem successerunt reperissem, cum et gesta eorum digna eternitate laudis constarent, quia multis populis quasi jocunde inscripta et memoriter praedicarentur (HRB.* In: E. Faral, *La Légende Arthurienne*, t. III, p. 71)."[53]

De acordo com Geoffrey, as façanhas de Artur e seus predecessores já eram conhecidas por muitos povos "de memória e por escrito", fato que o leva à sua perplexidade diante da ausência de livros ingleses tratando do tema. Não é possível estabelecer com clareza quais seriam estas obras a que se refere Monmouth; sabemos que havia uma literatura oral acerca de Artur antes da *Historia Regum Britanniae*, mas não se pode afirmar quais os escritos que registraram sua presença antes de 1135 em outros países. Possivelmente Geoffrey estaria preparando o caminho para falar do suposto livro de Walter, arquidiácono de Oxford - empreendido em "língua bretã" - o qual teria se ocupado em traduzir para o latim, a pedido daquele religioso.

É importante, a partir destas informações, a delimitação que Geoffrey fará sobre a escrita de sua obra. O texto de Walter teria sido escrito em uma linguagem extremamente rica e Geoffrey, através do que chama de seu "rústico estilo", traduz o texto para o latim.

A busca do que ele chama de um "estilo menos formal" determina a vontade explícita de Monmouth de fazer com que os fatos sejam mais importantes que as palavras. O autor quer

---

[53] *"Há pouco pensei nos temas que poderiam ser objeto de um livro e, ao decidir-me pela história dos reis da Bretanha, fiquei maravilhado ao não encontrar nada - à parte a menção que deles fazem Gildas e Beda em seus luminosos tratados - acerca dos reis que haviam habitado na Bretanha antes da encarnação de Cristo, nem tampouco acerca de Artur e dos muitos outros que a ele sucederam depois da Encarnação, e isso apesar de que suas façanhas se fizeram dignas de louvor eterno e fossem celebradas, de memória e por escrito, por*

inserir seu texto, a partir do estilo adotado, dentro de um determinado gênero. Haveria já, deste modo, dois agentes legitimadores para a *Historia Regum Britanniae* (além do próprio título). Primeiro: há um manuscrito antigo - portanto uma fonte documental -, em língua bretã, do qual se faz a tradução para o latim (língua do saber, idioma dos documentos importantes e, claro, da historiografia oficial até então); segundo: a preocupação em demonstrar um estilo objetivo, de modo a colocar em evidência que o foco não deve ser o texto em si, mas os fatos por ele narrados. Mais adiante veremos que o fato de haver uma vasta literatura oral acerca dos feitos de Artur obriga os autores que querem colocar por escrito suas aventuras a fazerem-no sempre em nome da manutenção da veracidade dos fatos.

Portanto, enquanto texto que se pretende histórico, a *Historia Regum Britanniae* constitui importante fonte acerca das origens nobres daquela ilha, origens estas depois exaltadas por uma corte - a normanda - que pretende, através da historiografia, a elevação de seu novo território conquistado. Assim, à dedicatória segue-se uma breve descrição geográfica da Bretanha e, no capítulo seguinte, Geoffrey trata de estabelecer o elo definitivo entre a Inglaterra e o mundo antigo.

A origem mítica da Bretanha, cujo fundador teria sido Brutus, neto do troiano Enéias, é o ponto de partida para a enumeração da sucessão monárquica na ilha. Este neto de Enéias teria sido obrigado a deixar seu país por haver matado seu pai e sua mãe. O herói teria partido, então, para fundar um novo país numa ilha do ocidente, além dos reinos da Gália, conforme a deusa Diana lhe havia revelado em sonho[54]. Daí em diante, tal ilha será

---

muitos povos diferentes." Os textos que fazem parte do *corpus* de estudo são transcritos no original, quando este nos foi acessível, e traduzidos em notas de rodapé.

[54] Conforme já dissemos anteriormente, de acordo com C. A. de Cuenca, Geoffrey de Monmouth teria retirado de Nênio, historiador galês autor da *Historia Britonum,* a idéia da história de Brutus como fundador do reino da Bretanha (*Historia de los reyes de Britania,* 5ª ed., 1994, nota do tradutor, p. 5). É importante

marcada por constantes divisões de território e guerras, sendo o confronto com os "bárbaros", sobretudo os saxões, recorrente em toda a narrativa[55].

Embora seja o objetivo de Monmouth fornecer uma origem "heróica" para a ilha, torna-se difícil falar em ancestrais aqui, já que o trono da Bretanha assistiu a uma série de usurpações. Se houve realmente uma sucessão de reinados com base na genealogia recuperada entre um invasor e outro, Monmouth não nos fornece informações suficientes para se chegar a esta conclusão, uma vez que a quantidade deles é muito grande (107 monarcas), e a de invasores, maior ainda, sem contar o domínio romano que, durante um período, tira dos britânicos o controle sobre a ilha. Alguns destes monarcas são apenas citados por Geoffrey. Outros, no entanto, são apresentados com detalhes, sobretudo os que se destacaram como acumuladores de territórios, os que foram vítimas das traições dos saxões, ou que não foram capazes de resistir com bravura aos seus inimigos.

Para citar alguns exemplos desses personagens temos, em ordem de seu aparecimento na obra: o *rei Lear* e suas três filhas, a famosa lenda popularizada séculos depois por William Shakespeare; *Morvido,* o rei tirano que é devorado por um monstro; *Casibelauno,* que consegue resistir às hostes de Júlio César e estabelecer a paz entre os países, colocando a Bretanha como uma das grandes nações do mundo; *Lúcio,* o primeiro monarca cristão da Bretanha, e que teria levado ao fim o paganismo na ilha; *Asclepiodoto,* que derrota novamente os romanos; *Graciano, o Munícipe,* cujo reinado assiste a mais uma invasão dos

---

destacar que essa versão de Brutus como filho de Ascânio e neto de Enéias, ora adotada pela *Historia Regum Britanniae*, está contida somente na terceira versão conhecida da *Historia Britonum* de Nênio; nas duas versões anteriores, Brutus é irmão de Rômulo e Remo, os fundadores míticos de Roma. Para mais informações acerca das versões da *Historia Britonum*, ver E. Faral, *Op. Cit.*, p. 170-183; 19-198.

[55] A revitalização de tal confronto era favorável a Henrique II, que poderia "eclipsar" o esplendor das cortes saxãs que o precederam, sobretudo Eduardo, o Confessor, homem de notável cultura que havia liderado aquela nação antes dos plantagenetas. Os saxões, de acordo com esses escritos, eram vistos, portanto, apenas como meros "pagãos invasores".

bárbaros (inaugurando um período difícil em que a Bretanha é incapaz de resistir sozinha aos ataques inimigos, já que seu monarca anterior, *Maximiano,* havia esgotado os exércitos britânicos na conquista das "Gálias"); e *Constantino,* irmão do rei de Armórica, que vem à Bretanha para socorrê-la do domínio bárbaro. A Constantino se seguirão, de forma um tanto conturbada, seus filhos *Constante, Aurélio Ambrósio* e *Úter Pendragón*, este último genitor do rei *Artur.* A obra termina com o reinado de *Adelstan,* o primeiro caudilho saxão a reinar na Bretanha.

Alguns eventos são recordados por Geoffrey de Monmouth como forma de situar o leitor cronologicamente (mencionando, por exemplo, a vida de Homero, o nascimento de Cristo e os reis que governavam as grandes nações do mundo em cada período), ao lado de uma preocupação em recuperar e marcar outros episódios conhecidos, como a fundação mítica de Roma por Rômulo e Remo; a conquista da Bretanha por Júlio César; a visita dos imperadores Claúdio, Vespasiano e Severo à ilha; a perseguição aos cristãos por Diocleciano. Tais sincronismos Monmouth adota a partir dos escritos de São Jerônimo, cuja obra foi, como vimos, largamente utilizada ao longo do período medieval.

Monmouth também traz para o seu texto outros escritores que teriam se ocupado da história da Bretanha, a fim de fornecer autoridade às suas informações. Por exemplo, no capítulo 39, ao descrever as "leis Molmucianas", Monmouth afirma - erroneamente - que elas teriam sido traduzidas por Gildas para o latim e vertidas pelo rei Alfredo (871-899) para o inglês. No capítulo 19, ao mencionar a fundação da cidade de Tours que se fará por Brutus, atribui tal informação a Homero. Seu texto também é marcado por anacronismos que o fazem em vários momentos atribuir expressões como "graças a Deus" a personagens pagãos, além de nomear personagens romanas como Frollo, Lucius Gallus, Gaius Metellus,

Marius Lepidus, todos eles, segundo Mathey Malley, fictícios[56]. Cabe também observar a quantidade de referências à obra de Virgílio (sobretudo a *Eneida*) como fonte de historicidade ou apenas como modelo para a imitação de nomes de lugares ou pessoas.

A sexta parte[57] da *Historia Regum Britanniae*, intitulada "Os grandes dias da história da Bretanha", é a mais importante quando se pensa no personagem rei Artur, pois trata exatamente dos seus ascendentes diretos e da forma como virá ao mundo o valente rei britânico. Ela começa quando Aurélio Ambrósio, tio de Artur, assume a coroa na Bretanha após a morte de Vortegirn, traidor que interrompe a progressão genealógica da coroa assassinando Constante, primogênito do rei Constantino e irmão de Aurélio Ambrósio, que perde a ilha para seus antigos aliados "bárbaros". Aurélio Ambrósio acaba sendo também assassinado em mais um ato de traição dos saxões, morte esta que Merlim havia previsto na aparição de um cometa, visão que também lhe anuncia o vindouro reinado de Úter e o posterior nascimento de seu filho Artur.

Vencidos os saxões e entregue a coroa a Úter Pendragón, segue-se a cerimônia de coroação do novo rei e, durante o evento, Úter se apaixona por Igerna, a esposa de Gorlois, duque de Cornualha. Gorlois percebe o interesse do rei por sua esposa e abandona a corte de forma abrupta, sem pedir licença ao rei que, acometido de imensa fúria, dá início a uma guerra contra Gorlois. Para defender sua esposa, este a envia para uma fortaleza, onde estaria segura do assédio do rei.

---

[56] L. Mathey Malley. "Mythe troyes et histoire romaine: de Geoffroy de Monmouth au *Brut* de Wace". In: *Entre Fiction et Histoire - Troie et Rome au Moyen Age*. Sourbonne Nouvelle, 1997, p. 113-125.

[57] A divisão da *Historia Regum Britanniae* em sete partes foi feita por Faral na sua edição do texto latino (ver: *Légende Arthurienne*, tomo III) e seguida pelo tradutor Luis Alberto de Cuenca, conforme já foi apontado.

Sem meios para chegar até Igerna e ardente de desejo pela esposa de Gorlois, Úter é aconselhado a pedir ajuda ao mago Merlim, que usa de "artes novas para o seu tempo e inauditas"[58], fazendo com que o rei se transforme em um duplo de Gorlois. Desse modo, Igerna, pensando tratar-se de seu marido, permite que Úter entre na fortaleza e a possua como ele tanto desejava. De forma análoga a Júpiter na clássica história de Anfitrião e Alquimena, Úter Pendragón assume a aparência física do marido de sua pretendida para poder satisfazer sua ânsia de prazer, e é desta forma que será concebido o rei Artur.

Estando o rei Úter com Igerna, chega à fortaleza a notícia de que Gorlois morrera em combate. Finalmente Úter e Igerna se casam, "unidos por mútuo e grande amor e tiveram um filho e uma filha. O menino foi chamado Artur e a menina, Ana"[59].

Ana, a irmã de Artur, se casará com Lot, embora em algumas passagens do livro Geoffrey atribua-lhe outro marido, Budício. Ana e Lot terão dois filhos, Gawain e Mordred, sendo que este último terá papel importante no desfecho deste capítulo, travando com Artur a batalha que deixará o rei ferido mortalmente, após o que ele é levado ao retiro permanente na Ilha de Avalón. Quanto a Gawain, passará para a tradição inicialmente como modelo de bom cavaleiro. Nas versões mais tardias (na *Demanda do Santo Graal*, por exemplo), no entanto, a rivalidade dos dois clãs (o de Lot e o de Artur) será apontada como um dos motivos da desagregação do reino.

Após o enterro de Úter Pendragón, assassinado por envenenamento como todos os seus irmãos, e sepultado no monumento erguido segundo o conselho de Merlim nos tempos de Vortegirn, o "Círculo dos Gigantes" (*Stonehenge)*, o jovem Artur, com apenas quinze anos,

---

[58] *HRB,* cap. 137, p. 141. *"Ut voto tuo potiaris, utendum est tibi novis artibus et tempore tuo inauditis."* (E. Faral, *La Légende Arthurienne*, tomo III, p. 223).
[59] *HRB,* cap. 138, p. 142.

assume a coroa, tornando-se um monarca amado e respeitado pelo seu povo. Novamente os saxões tentam a conquista do país e, empunhando sua espada *Excalibur*[60], seu escudo *Pridwen* e sua lança *Ron*, Artur torna-se o invencível herói que permanecerá vencendo suas batalhas ao longo desta e das demais narrativas da literatura arturiana[61].

Daí em diante o livro traçará o caminho de dominação territorial exercido pela Bretanha de Artur até a submissão das "Gálias". Nesse momento, aparecem outras figuras que se tornaram praticamente obrigatórias nos romances arturianos, como Kai, o senescal e Bedevere, o copeiro, além dos cavaleiros Gawain e Mordred já citados.

Geoffrey descreve a cerimônia de coroação de Artur que, tendo tomado o posto de rei já há algum tempo, agora formaliza a sua condição de monarca. Na verdade, percebemos um tom de leve melancolia na corte britânica, que havia chegado então ao máximo de poder, gozando de tempos de paz. Isto era motivo de tristeza para seus sempre dispostos combatentes que viam neste ócio ocasião propícia para a "desaprendizagem" da arte das armas e da guerra, fazendo com que corajosos guerreiros se tornassem covardes - lugar-comum da literatura cavaleiresca que se repetirá em romances como *Erec e Enide,* de Chrétien de Troyes. Assim, quando a paz é interrompida, Cador, o duque de Cornúbia, resume os sentimento dos britânicos diante da carta ameaçadora de Lúcio Hibério de Roma, que trará de volta os tempos de guerra:

> *"Quippe ubi usus armorum videtur abesse, alearum vero et mulierum inflammationes ceteraque oblectamenta adesse, dubitandum non est ne id quod erat vistutis, quod*

[60] De acordo com Faral, no fato de Excalibur ter sido forjada na Ilha de Avalón podemos encontrar a lembrança de um tema recorrente nas epopéias antigas. Lê-se na *Eneida*, por exemplo (canto VIII), que as espadas de Enéias e Daunus foram forjadas por Vulcano na Ilha de Lispari (Faral, *Op. Cit.*, tomo II , p. 265).

[61] Os nomes das três batalhas que Geoffrey indicou como sendo vitórias de Artur sobre os saxões - Batalha do Duglas, a Batalha do Bosque de Calidon e a Batalha do Monte Badon (ou "Bath") - foram tomadas da *Historia Britonum*. No entanto, a *Historia Britonum* enumera doze batalhas, enquanto Geoffrey reduz seu relato a três. (Faral, *Op. Cit.*, tomo II, p. 259-260).

honoris, quod audaciae, quod famae ignavia commaculet. Fere namque transacti sunt quinque anni ex quo praedictis deliciis dediti, exercitio Martis caruimus. Deus igitur, ut nos liberaret segnitia Romanos in hunc afectum induxit, ut ad pristinum statum nostram probitatem reducerent" (*HRB*, In: E. Faral, *Op. Cit.*, t. III, p. 248).[62]

Com o início dos combates contra os romanos, Artur deixa o reinado nas mãos de Genebra e de seu sobrinho Mordred. E, a partir do momento em que Artur se lança na batalha, reaparecem as situações sobrenaturais: a primeira delas vem representada em um sonho do rei (em que vê combaterem um dragão com um urso), antes de empreender um combate contra o gigante do "Monte Saint Michel"[63].

Nos enfrentamentos anteriores contra os romanos antes que Artur assumisse o comando, os britânicos, lutando mais com a alma do que com a razão, acabavam sendo superados pelos inimigos. Agora surge Artur, empunhando sua espada Excalibur e investindo vitoriosamente contra os romanos. Mais do que o *dux bellorum* da historiografia que precede a obra de Monmouth, ele é um voraz combatente. Suas palavras e sua habilidade para a luta incutem em seus homens um estímulo para a busca da vitória. Artur é o cérebro, o corpo e a alma do exército britânico.

A Bretanha acaba saindo vencedora nesse combate, mas agora outra guerra se revela dentro do próprio país: Mordred toma a rainha Genebra e coroa-se rei:

"Adveniente vero aestate, dum Roman petere affectarem et montes transcendere incipisset, nuntiatum est ei Modredum, nepotem suum, cujus tutelae commiserat Britanniam, ejusdem diademate per tyrannidem et proditionem insignitum esse

---

[62] *"Na verdade, quando não se utilizam as armas e não há nada que fazer senão exaltar as mulheres e jogar dados ou entregar-se a qualquer outro deleite, parece lógico que a coragem, a honra, o arrojo e a glória vejam-se manchados pela apatia. Levamos quase cinco anos entregues à malemolência e ignorando o exercício da guerra. Deus mesmo nos liberta de nossa indolência valendo-se de Lúcio: as pretenções dos romanos despertam em nós o valor que nos fez célebres."* (*HRB*, cap. 158)

[63] Outro modelo clássico do qual se vale Geoffrey de Monmouth no caso do gigante é o do relato de Aquemênidas contando a Enéias sobre quando caiu nas mãos do Ciclope (*Eneida*, II). O detalhe da boca do gigante suja com o sangue de sua vítima está presente em ambos os relatos. (Faral, *Op. Cit.*, tomo I , p. 286).

reginamque Guenneveram, violato jure priorum nuptiarum, lidem nefanda venere copulatam fuisse".(*HRB.* In: Faral, E., *Op. Cit*, t. III, p. 274).[64]

Mordred, para combater os exércitos do rei Artur (que suspende a guerra contra Roma), alia-se aos saxões. A história do rei Vortegirn se repete, e até as terras outrora tomadas por Hengist e Horsa (os caudilhos invasores da época de Vortegirn) agora são prometidas novamente aos saxões. A guerra termina com Artur vencedor[65]. A rainha Genebra foge para a chamada Cidade das Legiões (Caerlion) e passa o resto de seus dias num convento. Por fim se dá o encontro entre os exércitos de Artur e Mordred às margens do rio Camel. Mordred é morto, sem que se mencione o nome de seu assassino. Artur é mortalmente ferido e levado até a ilha de Avalón para cuidar de seus ferimentos. Constantino, primo do rei, será o seu sucessor na trono da Bretanha:

"Sed et inclytus ille rex arturus letaliter vulneratus est, qui, illinc ad sananda vulnera sua in insulam Avalonis evectus, Constantino, cognato suo et filio Cadoris, ducis Cornubiae, diadema Britanniae concessit, anno ab Incarnatione Domini DXLII" (*HRB.* In: Faral, E., *Op. Cit.*, t. III, p. 278).[66]

A parte final da *Historia Regum Britanniae* refere os demais monarcas da Bretanha, começando por Constantino e passando por Aurélio Conan, Vortipor, Malgón, Caretic, Cadvano, Cadvalón, Cadvaladro, ao que sucede um período de onze anos em que a ilha

---

[64] *"Chegou o verão e, quando [Artur] se preparava para marchar sobre Roma e havia começado a atravessar as montanhas, anunciaram-lhe que Mordred, seu sobrinho, a cujo cargo havia deixado a Bretanha, o havia traído, usurpando seu trono, e que a rainha Genebra, rompendo o vínculo de suas primeiras núpcias, achava-se unida a Mordred em abominável adultério"* (*HRB*, cap. 176).

[65] Na verdade, os povos submetidos por Artur no relato de Geoffrey, sempre estiveram, ao longo da história, perseguindo os britânicos que, a todo momento, se encontravam acometidos por invasões de seu território. "Por uma operação plenamente consciente, ele se aplicou a fornecer aos Bretões uma revanche sobre todas as nações que, de acordo com todos os historiadores, os teriam vencido" (Faral, *Op. Cit.*, tomo II, p. 267).

[66] *"E o próprio Artur, aquele famoso rei, foi ferido mortalmente e levado dali a ilha de Avalón a fim de curar suas feridas, cedeu a coroa a seu primo Constantino, filho de Cador, duque da Cornualha, no ano de 542 da Encarnação do Senhor."* (*HRB*, cap. 178).

teria permanecido desabitada, após ser atingida não só pelas guerras civis dentro da Bretanha, mas também pela fome e pela peste. Os saxões sobreviventes na ilha se unem aos germânicos e tem início o "reino Anglo". Adelstan é o primeiro caudilho saxão a reinar na Bretanha e os britânicos são agora chamados "galeses":

> *"Barbarie etiam irrepente, jam non vocabantur Britones, sed Guallenses, vocabulum sive a Guallone, duce eorum, sives a Gualaes regina, sive a barbarie trahentes"(Idem*, p. 303).[67]

O fim do reinado dos "verdadeiros britânicos" também marca o fim do relato de Geoffrey. Agora ele entrega o ofício de escrever sobre os demais monarcas a Guilherme de Malmesbury e Henrique de Huntington, que, como já dissemos, só podem ocupar-se dos reis dos saxões, pois o único que conhece a "verdadeira" história dos reis da Bretanha é Walter de Oxford, cuja tradução do fictício manuscrito bretão aqui se encerra, de acordo com as palavras de Geoffrey de Monmouth.

É interessante notar como neste último capítulo sobressaem os aspectos míticos, mágicos e sobrenaturais que envolvem o mais famosos dos reis britânicos: a aparição de Merlim com suas profecias, a concepção de Artur, a construção de Stonehenge (que servirá como túmulo aos grandes homens da Bretanha), a espada Excalibur (que será ainda mais envolta nos mistérios da magia nos romances posteriores da Matéria de Bretanha), o combate ao gigante do Monte Saint Michel, e, por fim, a retirada de Artur, ferido mortalmente, para a ilha de Avalón. Este momento do livro de Monmouth pode,

---

[67] *"E tanto prosperou entre eles a barbárie que já não se chamam bretãos, mas sim galeses, vocábulo derivado de seu líder Galão ou de sua rainha Galaés ou quem sabe de sua própria barbárie"(HRB,* cap. 207).

certamente, ser considerado como fonte principal para a estrutura básica dos romances artúricos.

É importante também perceber o esforço de Geoffrey em aliar a história celta à história clássica - colocando personagens como Merlim e Brutus no mesmo nível de historicidade e utilizando a história bíblica como modelo estrutural. Dessa forma, a historiografia, para Geoffrey, se faz a partir da interseção entre o oral e o escrito; entre a Igreja, o latim clássico e o celta[68]. E sobretudo, trata-se da "ambigüidade" entre o que podemos chamar de história e de fábula durante o século XII, momento em que este texto de Geoffrey fora produzido. Nas palavras de Francine Mora Lebrun:

> *"O interesse do texto de Geoffrey - obra em princípio histórica, mas na realidade pródiga em invenções lendárias - é o de nos convidar a nos interrogarmos sobre as ambigüidades que se estabelecem, nessa primeira metade do século XII, entre a* história *e a* fábula. *"*[69]

Na medida em que há uma confluência entre esses dois gêneros, a distinção entre eles - se é que pode ser feita -, é trabalho complexo, já que "os primeiros *romans* desenvolvem-se sempre, desde o *Brut* de Wace até a *Crônica dos duques da Normandia* de Benoît, na mobilidade ou na esteira da historiografia latina"[70].

A *Historia Regum Britanniae* servirá de inspiração ao monge Wace que produz, em 1155, o *Roman de Brut*, tradução francesa da *Historia* de Monmouth que dará início a um

[68] Jan Ziolkowski. The nature of prophecy in Geoffrey of Monmouth's *Vita Merlini*. In: J. L. Kuges (ed.) *Poetry and Prophecy: the begginings of a literary tradition*, p. 162.
[69] Francine Mora Lebrun. *L'Éneide médievale et la naissance du roman*, p. 57.
[70] Mora Lebrun, *Op. Cit.*, p. 57.

conjunto de narrativas dedicadas à Matéria de Bretanha, ou seja, às narrativas que tratavam das "aventuras" do rei Artur e de seus cavaleiros[71].

O Roman de Brut de Wace e o início da tradição vernacular

"Ki vult oïr e vult saveir
De rei en rei e d'eir en eir
Ki cil furent e dunt il vindrent
Ki Engleterre primes tindrent,
Quels reis i ad en ordre eü,
E qui anceis e ki puis fu,
Maistre Wace l'ad translaté
Ki en conte la veritè"

(Wace, *Roman de Brut*, Vs.: 1-8.)

Tudo que se sabe a respeito deste monge, considerado o "historiador oficial em língua vulgar da corte anglo-normanda"[72], foi dito por ele próprio no seu *Roman de Rou,* texto que teria sido encomendado pelos plantagenetas para contar a história da linhagem normanda de Henrique II. O autor se nomeia e fala dos locais de seus estudos (Caen e, depois, a "Île de France"); menciona em seguida os três reis Henriques que ele conhecera: o rei Henrique I (1135), Henrique II (1154) e seu filho, também Henrique, que se coroará monarca em 1170. Fala finalmente de sua relação com a corte, na qual vivia desde a sua juventude, e de sua experiência como *clerc lisant*[73].

---

[71] No caso do *roman* haveria a necessidade, no momento de seu nascimento, de se apoiar na historiografia, buscando nela uma autoridade que o validasse até que ele não tivesse se imposto como "criação literária garantida somente pela subjetividade do escritor. (...) A autoridade do texto latino e a segurança da história servem sobretudo para fornecer abrigo para que aqueles autores possam elaborar, com uma audácia fecunda, a exploração de novos espaços do imaginário", o que ocorrerá efetivamente a partir de obra de Chrétien de Troyes (Mora Lebrun, *Op. Cit.*, p. 57-59).

[72] R. R. Bezzola. *Les Origines et la Formation de la Littèrature Courtoise en Occident (500-1200).* Genéve/Paris: Slatkine/Champion, 1984, p. 150.

[73] Segundo Tatlock, em *The Legendary History of Britain,* há muitas interpretações para a expressão *"clerc lisant"*. Não é uma designação técnica, mas acredita-se que esteja relacionada a um tipo de clérigo que se dedicava à arte de escrever livros.

Wace teria nascido na Ilha de Jersey, por volta de 1100 ou 1110[74]. Seu primeiro texto conhecido é uma hagiografia, *La Vie de Sainte Margarite*, escrita, como o *Roman de Brut,* em octassílabos pareados, "o verso por excelência da literatura cortês"[75]. Wace ainda escreve outras obras religiosas: a *Conception Nostre Dame* e a *Vie de Sainte Nicolas.* Fora deste âmbito, seu primeiro texto será o *Roman de Brut,* ou *Geste des Bretuns* (1155). Não se sabe com certeza se esta teria sido uma obra encomendada pela corte normanda, mas Layamond, o tradutor inglês do *Brut*, diz que a obra tinha sido oferecida a Leonor de Aquitânia, fato que não pode ser provado (não se conservou tal dedicatória), mas que deve ser levado em consideração se observarmos que, cinco anos mais tarde, o mesmo Wace será convocado por Henrique II, esposo de Leonor, para escrever a *Histoire des Ducs de Normandie*, da qual surgirá, posteriormente, a *Geste des Normans* ou *Roman de Rou.*

Embora não haja nenhuma prova concreta de que tenha sido o *Roman de Brut* uma obra "encomendada" pela corte de Henrique II, há outras evidências neste sentido. A *Historia Regum Britanniae*, obra da qual o *Brut* é uma versão "romanceada", isto é, traduzida em língua vulgar, havia obtido boa aceitação diante do público do período, o que é atestado pela grande quantidade de manuscritos; no entanto, estamos em um ambiente - o aristocrático - em que poucas pessoas compreendiam o latim correntemente. Como diz Victoria Cirlot,

---

[74] Indicações que Wace fornece no *Roman de Rou* acerca de alguns eventos históricos permitem estabelecer estas datas. Ali ele cita o episódio do cometa do ano de 1066, dizendo que conhecera as pessoas que o viram. Mais adiante, falando de Guilherme, o Conquistador (1028-1087), Wace diz que, menino, seu pai lhe contou da travessia da Mancha pelo duque normando com 696 navios, também em 1066 (Batalha de Hastings).

[75] Bezzola, *Op. Cit.*, p. 152. Autores como Chrétien de Troyes e Maria de França executaram suas obras sob a métrica dos octassílabos pareados. Há poucas exceções neste período e a elas corresponderiam obras cuja métrica utilizada era a dos decassílabos assonantes, por exemplo (Emmanuèle Baumgartner, *Le récit médiéval*, p. 4).

"Junto à literatura latina de procedência eclesiástica começaram a ser escritas obras dirigidas a um público laico, cujos gostos e afeições se iam transformando lentamente e que aspirava já à permanência e duração de uma cultura própria."[76]

Wace construiu o *Roman de Brut* na forma de 15300 octassílabos pareados, mantendo fidelidade ao original e, às vezes, acrescentando alguns detalhes ao texto latino de Monmouth, dentro do espírito da *amplificatio*. Isto lhe garante um lugar de destaque na literatura cortês que está se estabelecendo, uma vez que a "amplificação" e a "descrição" (dos jogos, viagens ao mar, tempestades, paisagens) são destacados nas artes poéticas em voga no século XII[77].

No que diz respeito aos fatos relativos ao rei Artur narrados por Monmouth e traduzidos por Wace, podemos perceber algumas diferenças. Por exemplo, ao falar de Igerna, Wace não destaca somente sua beleza, mas também sua cortesia e sua bondade. Essa perspectiva sobre a mulher será um dos aspectos do chamado "amor cortês", uma das modas culturais mais importantes de seu tempo. Essa obra, provavelmente dedicada a Leonor de Aquitânia, esposa de Henrique II, fornece também para a literatura posterior os procedimentos literários, os episódios da tradição arturiana (a traição de Mordred, os combates entre Artur e os gigantes, seu nascimento miraculoso, etc.) e elementos da vida desta corte, com suas descrições de eventos, acontecimentos, lugares. Wace "lançava uma moda, que os contemporâneos não hesitaram em aceitar"[78]. Alguns de seus trechos mostram modificações que revelam essas novas tendências. Por exemplo, no episódio em que o autor descreve os sentimentos de Úter por Igerna. O pai de Artur não pensa em outra coisa senão

[76] Victoria Cirlot, *La novela artúrica: los orígines de la ficción en la Cultura Europea,* p. 09, (tradução minha).
[77] Bezzola, *Op. Cit.*, p. 166. Ver: Edmond Faral, *Les Arts Poetiques du XII^e et XIII^e siècle,* Paris, 1923.
[78] Bezzola, *Op. Cit.*, p. 169.

tê-la em seus braços. Geoffrey de Monmouth, nesse episódio, enfatiza o desejo carnal que Úter sente por Igerna:

> *"(...) vocauit Ulfin de Ridcaradoc, familiarem sibi commilitonum, indicavitquein haec verba quod affectaverat: 'Uror amore Igernae, nec periculum corporis mei evadere existimo, nisi ea potitus fuero. Tu igitur, adhibe consilium quo voluntatem meam expleam; aut aliter internis anxietatibus interibo.'"(HRB,* In: *La Légende Arthurienne*, t. III, p. 222)[79].

Em Wace:

> *"Ulfin, dist il, conseille mei,*
> *Mis conseilz est trestut en tei.*
> *L'amur Ygerne m'ad suspris,*
> *Tut m'ad vencu, tut m'ad conquis,*
> *Ne puis aler, ne puis venir,*
> *Ne puis veillier, ne puis dormir,*
> *Ne puis lever, ne puis culchier,*
> *Ne puis beivre, ne puis mangier,*
> *Que d'Ygerne ne me suvienge;*
> *Mais jo ne sai cum jo la tienge.*
> *Morz sui se tu ne me conseilles."*[80]

A ênfase de Wace não é no fato de que Úter morrerá se não possuir Igerna, mas sim que ele é um homem que sofre os vários efeitos do amor - temática importante na literatura do período, cujo modelo certamente é Ovídio - e busca uma solução através do conselho de um amigo.

E a solução encontrada é pedir ajuda a Merlim. Tal como na *HRB*, este resolve o problema de Úter transformando-o num "duplo" de Gorlois, de modo que o rei possa entrar

---

[79] *"(...) chamou Úter a Ulfin de Ridcaradoc, companheiro de armas e amigo íntimo, e confiou-lhe seus sentimentos: 'Consumo-me de amor por Igerna e estou certo de que a minha vida corre um sério perigo caso não consiga possuí-la. Dize-me como posso satisfazer minha vontade, pois senão morrerei vítima de meu próprio desejo."(HRB*, cap. 137).

[80] *"Ulfin, disse ele, aconselha-me, tu, que conheces todos os meus segredos. O amor por Igerna sufoca-me, venceu-me completamente, conquistou-me completamente. Não posso ir, nem vir; não posso acordar, nem dormir; Não posso levantar-me, nem me deitar; não posso beber, nem comer sem de Igerna me lembrar. Mas*

na fortaleza onde o duque escondeu sua mulher. No momento em que Úter possui Igerna, ele está gerando aquele que será o mais nobre de todos os reis da Bretanha até então:

"Li reis od Ygerne se jut
E Ygerne la nuit cunçut
Le bon rei, le fort, le seür,
Que vus oëz numer Artur."[81]

Uma vez morto o rei, assume a coroa seu filho, Artur, com apenas quinze anos de idade. A exaltação à sua bondade é tal qual aparece em Monmouth, mas, em Wace, enfatiza-se também sua "cortesia":

"Juvencels esteit de quinze anz,
De sun eage fors e granz.
Les trecches Artur vus dirrai,
Neient ne vus en mentirai;
Chevaliers fu mult vertuus
Mult fu preisanz, mult glorius;
Cuntre orguillus fu orguillus
E cuntre humles dulz e pitus;
Forz e hardiz e conqueranz,
Large dunere e despendanz;
E se busuinnus le requist,
S'aidier li pout, ne l'escundist.
Mult ama preis, mult ama gloire,
Mult volt ses faiz mettre en memoire,
Servir se fist curteisement
Si ce cuntint mult noblement.
Tant cum il vesqui e regna
Tuz altres princes surmunta
De curteisie e de noblesce
E de vertu e de largesse."[82]

---

não sei como a possuir e morrerei se não me aconselhares.", Roman de Brut. vv. 8657-8669, p. 218. AS traduções para o português do *Roman de Brut* foram feitas por mim a partir do original francês.

[81] *"O rei a Igerna uniu-se e ela naquela noite concebeu o bom rei, o forte, o determinado, a quem vós ouvireis chamar Artur". Roman de Brut,* vv. 8733-8736, p. 220.

[82] *"Jovem era, tinha quinze anos, mas para sua idade era forte e grande. As características de Artur vos direi e em nada vos mentirei: ele foi um cavaleiro muito virtuoso, muito prezado, muito glorificado. Diante dos orgulhosos foi orgulhoso e, diante dos humildes, doce e piedoso. Forte, corajoso e invencível, generoso e de grande liberalidade; quando um necessitado lhe requesta, se pode ajudar, não se furta. Ama muito o renome e a glória e quer muito que seus feitos fiquem na memória. A servir a todos se pôs cortesmente e dele falam*

Ao relatar o casamento de Artur e Genebra percebemos o uso da *amplificatio* por Wace, ou seja, ao contrário da brevidade de Monmouth, ele acrescenta à descrição de Genebra outros aspectos tais como sua cortesia, sua nobreza, comentando os sentimentos de Artur por ela, e enfatizando o fato de que eles não tiveram filhos, além de atribuir a ela e ao duque Cador de Cornualha um parentesco (a rainha seria sobrinha do duque). Assim, em Monmouth, temos:

> *"Denique, cum totius patriae statum in pristinam dignitatem reduxisset, duxit uxorem Guennueram ex nobili genere Romanorum editam, quae, in thalamo Cadoris ducis educata, totius insulae mulieres pulchritudine superabat."* (*HRB*, In: Faral, *Op. Cit.*, t. III, p. 237)[83]

Wace, por sua vez, destaca outras características de Genebra:

> *"Quant Artur out sa terre assise*
> *E par tuit out bone justise,*
> *E tuit sun regne out restore*
> *En l'ancïene digneté,*
> *Genuevre prist, sin fist reïne,*
> *Une cuinte e noble meschine;*
> *Bele esteit e curteise e gent,*
> *E as nobles Romains parente;*
> *Cador la nurri richement*
> *En Cornoaile lungement,*
> *Cume sa cuisine prochainne;*
> *E sa mere resteit romaine.*
> *Mult fu de grant afaitement*
> *E de noble cuntienement,*
> *Mult fu large e buene parliere,*
> *Artur l'ama mult e tint chiere;*
> *Mais entre'els dous n'orent nul eir*

---

muito nobremente. E enquanto ele viveu e reinou, a todos os altos príncipes suplantou em cortesia, em nobreza, em virtude e em largueza." Roman de Brut. vv. 9013-9032, p. 226.

[83] *"Finalmente, quando devolveu a todo o país as honras perdidas, tomou por esposa Genebra, uma jovem de nobre estirpe romana que, educada na corte do duque Cador, superava em beleza a todas as mulheres da ilha".*

Ne ne porent emfant aveir" [84]

Segue-se no reino um longo período de paz, o que incomoda os combatentes britânicos, sempre ansiosos pela luta. Será no relato de Wace que, pela primeira vez, o local onde se reúne esse conjunto de guerreiros receberá o nome de *Távola Redonda*, com a igualdade entre os pares, por ela simbolizada, aparecendo como característica fundamental desta sociedade cavaleiresca. Além disso, é importante a indicação de que ela fazia parte de muitas "fábulas" difundidas entre os bretões.

"Pur les nobles baruns qu'il out,
Dunt chescuns mieldre estre quidout,
Chescuns se teneit al meilleur,
Ne nuls n'en saveit le peiur,
Fist Artur la Runde Table
Dunt Bretun dient mainte fable" [85]

E logo em seguida, Wace assinala que a história do rei Artur está se tornando "fábula":

"En cele grant pais ke jo di,
Ne sai si vus l'avez oï,
Furent les merveilles pruvées
E les aventures truvées
Ki d'Artur sunt tant recuntées
Ke a fable sunt aturnées". [86]

---

[84] *"Quando Artur estabeleceu seu reino e em toda a parte houve justiça, e em todo o reino restaurada a sua antiga dignidade, ele tomou Genebra, uma graciosa e nobre jovem, como sua rainha. Ela era bela, cortês e bem nascida, de linhagem romana, e há muito tempo Cador a havia levado para a Cornualha, onde ricamente a educou como sua sobrinha (sua mãe era de Roma). Era perfeita em suas maneiras, seu comportamento era nobre e era muito liberal e de gentil conversação. Artur a ama muito e ela lhe é muito querida, mas dos dois não houve nenhum herdeiro, pois não poderiam ter filhos." Roman de Brut,* vv. 9641-9658, p. 243.

[85] *"Por causa de seus nobres barões - cada um dos quais se sentia superior ao outro -, para que nenhum se achasse melhor, nem ninguém pudesse dizer quem é pior, fez Artur a Távola Redonda, sobre a qual os bretões contam muitas fábulas." Roman de Brut.* vv. 9747-9752, p. 244.

[86] *"Naquele grande tempo de paz do qual falo - não sei se vós haveis ouvido contar - foram as maravilhas provadas, as aventuras travadas que de Artur são tão contadas que em fábula foram tornadas." Roman de Brut.* vv. 9787-9792, p. 246.

Fica claro que as "aventuras" do rei Artur já são conhecidas pelos *conteurs* e *chanteurs*, mas Wace insiste na veracidade dos fatos. Como destaca Victoria Cirlot[87], o autor tinha conhecimento de uma criação oral que ocorria paralela à escrita, mas acreditava que somente o relato escrito se inscrevia no plano da veracidade e, por conseguinte, da historicidade. No entanto, é plausível imaginar que Wace tenha recolhido alguns destes elementos presentes na tradição oral e os tenha incorporado à sua narrativa. Como no relato de Geoffrey de Monmouth, a recuperação de uma origem mítica e, sobretudo, heróica para a Bretanha, estabelecendo como seu fundador um descendente direto do troiano Enéias, também está presente em Wace. De acordo com a noção de *translatio imperii*, como vimos, esta soberania seria uma espécie de "herança" recebida de outras civilizações que outrora tiveram seus momentos de glória. Assim, dizer que Brutus, neto de Enéias, é o fundador da Bretanha, é como dizer que houve a transmissão da excelência de uma civilização da Antigüidade para a britânica; como se, por algum motivo, a outra nação, que antes possuía este poder, não fosse mais digna dele. É a hora de Artur provar, de uma vez por todas, para qual nação o poder foi definitivamente "transferido", e vencer os exércitos romanos seria o ponto culminante desta demonstração. Porém, há outro inimigo a ser combatido. Mordred, sobrinho de Artur, que ficara encarregado do reino enquanto este lutava contra as tropas de Lúcio Hibério, toma para si o reinado e também a rainha Genebra[88].

---

[87] *La Novela Arturica: los orígines de la ficción en la Cultura Europea.* p. 31-32.

[88] A paixão de um cavaleiro pela mulher de seu soberano será recorrente nos demais relatos da Matéria de Bretanha e, curiosamente, o mais famoso deles se dará também com a rainha Genebra, no *Lancelot,* de Chrétien de Troyes. No primeiro grande ciclo de romances em prosa, a *Vulgata*, já no século XIII, as narrativas se ocuparão da junção dos temas do Santo Graal e dos amores de Lancelote e Genebra e Tristão e Isolda. Tristão, assim como faz Mordred na *Historia Regum Britanniae* e no *Roman de Brut*, também se apaixona pela mulher do rei, que também é seu tio materno.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES

Até o relato final da batalha entre Artur e Mordred Wace mantém-se fiel a Monmouth , exceto no maior detalhamento de algumas passagens. Na cena final de seu *Brut*, no entanto, há um certo distanciamento diante da veracidade do desaparecimento lendário de Artur:

"Arthur, si la geste ne ment,
Fud al cors nafred mortelment;
En Avalon se fist porter
Pur ses plaies mediciner.
Encore i est, Bretuns l'atendent,
Si cum il dient e entendent;
De la vendra, encor puet vivre."[89]

Depois o autor, nomeando-se, tira de si a responsabilidade pela dúvida acerca da morte de Artur, atribuindo ao sábio Merlim a afirmação da possível sobrevivência do rei.

"Maistre Wace, ki fit cest livre,
Ne volt plus dire de sa fin
Qu'en dist li prophetes Merlin;
Merlin dist d'Arthur, si ot dreit,
Que sa mort dutuse serreit.
Li prophetes dist verité;
Tut tens en ad l'um puis duté,
E dutera, ço crei, tut dis,
Se il est morz u il est vis.
Porter se fist en Avalun,
Pur veir, puis l'Incanatiun
Cinc cenz e quarante douz anz."[90]

Os fatos mencionados, conforme o autor afirma, são retirados da *gesta* (e, *se ela não mente,* aconteceram conforme ela narra), e a nomeação de uma fonte serve como um modo de eximir o texto de possíveis enganos. O apoio a um relato anterior é uma estratégia deste

[89] *"Artur - se a gesta não mente - foi no coração ferido mortalmente. Para Avalón se dirigiu para de suas feridas ser curado. Ali ainda está, os Bretões o esperam e, segundo eles dizem e acreditam, de lá ele voltará, pois ainda vive." Roman de Brut,* vv. 13275-13281, p. 333 - 334.

[90] *"Mestre Wace, que fez este livro, não quer mais falar de seu fim, pois sobre isso diz o profeta Merlim. Ele diz de Artur, se ouvi corretamente, que sua morte será duvidosa e que o profeta diz a verdade. Desde então,*

autor que deseja mostrar que existem fontes que atestariam os seus escritos. Monmouth apoia-se no texto de Walter de Oxford, e Wace nas *gestas* e, assim, o autor lança sempre a um momento anterior a responsabilidade pela veracidade de seus textos. Mas talvez o mais importante seja perceber que os relatos não se opõem como "mais verdadeiros", mas sim se contrapõem aos relatos orais, às "fábulas contadas" pelos jograis. Para Wace, estes sim são relatos sem credibilidade, que deturpam a lenda e a colocam como "fato inventado". Assim, o que percebemos, novamente, não é uma dissociação entre história e ficção, mas sim a credibilidade que se ser atribuída ao relato oral em contraposição ao relato escrito.

O *Roman de Brut,* da mesma forma que a *Historia Regum Britanniae,* estenderá o seu relato até o declínio final do poderio britânico, narrando, da mesma forma, os eventos que sucedem Artur e sua corte.

A matéria arturiana e as obras de Chrétien de Troyes

Como no caso de Wace, as poucas informações existentes sobre Chrétien de Troyes são aquelas fornecidas por suas obras. No entanto, por estes dados nada ao certo se pode dizer sobre a sua biografia, além do estabelecimento de suas relações com algumas importantes cortes de sua época. A este respeito, é interessante ressaltar as inovações literárias surgidas no ambiente cortês da Inglaterra e do Norte da França na segunda metade do século XII, período em que o autor possivelmente viveu. Como vimos, a corte de Henrique II

---

todos duvidam e todos se perguntam se ele está morto ou vivo. Artur foi para Avalón, depois da Encarnação no ano de quinhentos e quarenta e dois." Roman de Brut. vv. 13282-13293, p. 334.

Plantageneta se destacava pelo refinamento, pelo apreço às artes e às inovações literárias, o que contribui para o advento do gênero *roman*. Passo importante neste sentido é o *Roman de Brut*, de Wace, provavelmente encomendado pela corte como forma de popularizar o mito arturiano (já conhecido através dos relatos orais), vertendo um texto latino em versos românicos.

Ao que se sabe, Chrétien não pertencera à corte dos Plantageneta, embora alguns estudiosos ainda busquem evidências de que o autor tenha, ao menos, visitado a Ilha da Bretanha, de onde teria retirado os motivos que usou para compor suas obras. No entanto, em um de seus prefácios - o de *Lancelot ou o Cavaleiro da Charrete* - ele diz a quem direciona os seus serviços:

> *"Puis que ma dame de Chanpaigne*
> *Vialt que romans a feire anpraigne,*
> *Je l'anprendrai molt volantiers,*
> *Come cil qui est suens antiers*
> *De quanqu'il puet el monde feire,*
> *Sanz rien de losange avant treire;"*[91]

Marie de Champagne, a "dame" a quem Chrétien oferece o seu *Lancelote,* era filha mais velha de Leonor de Aquitânia com seu primeiro esposo, o rei Luís VII de França (c. 1120 - 1180). Marie casou-se em 1164 com Henrique I, conde de Champagne, aos 19 anos (ele com 37). Durante a ausência do marido, em viagem ao Oriente, ela fica como regente em seu país, mas sobre este período não há informações detalhadas, somente aquelas que são fornecidas por André Capelão no seu *De Amore,* tratado no qual retrata, várias vezes, a presença de Marie nos supostos julgamentos de "questões de amor".

[91] Chrétien de Troyes, "Lancelot ou le Chevalier de la Charrette". In: *Œvres Complètes,* p. 507.

Nos romances de Chrétien de Troyes, a temática do amor, do casamento e da cavalaria aparecem juntos. Ao que consta, ele teria aprendido muito com os autores da tríade clássica[92] e dos *lais*, no que diz respeito ao seu estilo e modo de composição. Quanto à temática de suas obras, Chrétien nada faz além de reaproveitar os velhos motivos da literatura antiga e céltica, dentro de um "gosto novo", ou seja, dentro do ideário cortês. O nascente gênero literário do *roman* como forma ficcional tem início tomando elementos dos gêneros mais importantes de seu tempo: da *épica* vêm as descrições das batalhas, cartas, embaixadas, assembléias e outras características relacionadas a conceitos de valor, tais como a nobreza de coração, o amor à terra e aos antepassados, a valentia no combate, o poder da palavra empenhada e da promessa. Da *poesia lírica* dos trovadores vieram o gosto pelos pequenos detalhes, o simbolismo do advento da primavera, a transmissão de um novo conceito de amor (*fin'amors)*, o gosto pela conversação, os jogos tranqüilos na corte que se contrapunham aos sangrentos dias de combate. Dos *historiadores,* os novelistas tomam o conceito de veracidade; o amor aparece aí cronologicamente desenvolvido para evitar a contradição na datação dos fatos dentro do relato.

Essa preocupação em manter, nos *romans*, uma correspondência com a "vida real" não visava, no entanto, igualá-los aos relatos historiográficos. Não há, de fato, esta oposição entre os romances e as histórias, embora Chrétien tivesse essa "noção de ficcionalidade"[93]. O que há é uma constante tentativa de, através da harmonia das partes constitutivas do relato, alcançar a verossimilhança, perdida nos relatos orais dos quais descendia a matéria

[92] Os textos que formam a *tríade clássica* são o *Roman de Thèbes,* o *Roman d'Eneas* e o *Roman de Troie,* escritos entre 1155 e 1170, em versos octassílabos pareados, a partir de textos latinos. Porém, embora o conjunto dessas narrativas tenha como base os heróis da antigüidade, seus feitos aparecem descritos conforme a sociedade cavalheiresca e cortesã idealizadas pelo século XII. Juntamente com o *Roman d'Alexandre* (cuja primeira composição foi idealizada por volta de 1130), estes textos, que remontavam às epopéias helenísticas e latinas, integram a chamada *matéria antiga*, sendo assim chamados *romans antics.*

[93] Ver novamente Victoria Cirlot, *Op. Cit.,* p. 52-54.

trabalhada nestes romances. Quando analisamos, então, a matéria nos escritos de Chrétien de Troyes, não estamos perdendo de vista o trabalho de construção da verossimilhança, mas ela aqui age de modo diferente. Enquanto nos textos historiográficos ela se constituía a partir da menção a fontes antigas, textos aos quais o historiador se encarrega de traduzir, etc., nos relatos de Chrétien é o bom trabalho de harmonização das partes do enredo - enredo este que pode conter elementos advindos de relatos orais (considerados pouco críveis neste momento) - que garante esta verossimilhança, porque a verdade também pode estar contida na ficção.

Ao que tudo indica, Chrétien trabalhou também com temas ovidianos, como os que aparecem retratados no prefácio de *Cliges*[94]: uma tradução dos *Remedia Amoris* (*Comandemanz Ovide)* e da *Ars Amatoria* (*Art d'Amors*), e "uma remodelação" de alguns mitos clássicos que aparecem nas *Metamorfoses,* tais como o de Tântalo e Penélope (que seria o que ele chama, no prefácio, de *Le mors de l'espaule*, referindo-se ao momento em que Demétrio dá uma mordida no ombro de Penélope; a outra obra estaria relacionada ao episódio da metamorfose de Tereo, Procne e Filomela, como *La muance de la Hupe et de l'Aronde et del Rossignol*). Destas obras de tema ovidiano, apenas se possui o *Philomela* do *Ovide Moralisé.* No que diz respeito aos textos sobre a Matéria de Bretanha, os estudiosos são unânimes em afirmar a lamentável perda que constitui o não conhecimento da obra sobre Tristão e Isolda (*roi Marc et d'Iseult la Blonde*), dada a forma particular com que Chrétien via este mito, o que se pode perceber em alguns momentos de suas outras obras.

---

[94] *"Cil qui fist d'*Erec et d'Enide,*/Et les* Comandemanz Ovide/*Et l'*Art d'Amors *na romanz fist,/Del* roi Mark et d'Iseut, la blonde/*Et* de la Hupe et de L'Aronde/*Et* del Rossignol la muance/*Un novel conte recomence". Apud* Carlos García Gual, *Primeras Novelas Europeas*, p. 177.

Não é possível estabelecer com certeza se o prefácio de *Cliges* apresenta as obras de Chrétien na ordem de sua produção. Se assim for, *Erec et Enide* seria a primeira obra do autor. Carlos García Gual acredita que os primeiros escritos de Chrétien foram mesmo aqueles de temática centrada em Ovídio e que, posteriormente, ele tenha passado a se dedicar à Matéria de Bretanha[95]. Das suas obras conhecidas podemos estabelecer, segundo García Gual, as seguintes datações: *Erec* deve ter sido composto entre 1165 e 1170; *Cliges* entre 1170 e 1176; *Ivain* e *Lancelote*, provavelmente compostos ao mesmo tempo[96], entre 1177 e 1181; *Perceval*, obra oferecida a Filipe de Flandres, entre 1181 e 1190.

A crítica romântica, diz Carlos Alvar[97], julgou a obra de Chrétien com um tal rigor que a tornou menor e esquecida, tendo sido publicada somente em 1856, por iniciativa de Becker. Hoje ela é merecidamente enobrecida e enaltecida e a seu autor reconhecida a importância que representou para o século XII, equivalente àquela que Dante representará para o século seguinte.

Considerada oficialmente a primeira obra do ciclo arturiano e bretão, *Erec e Enide* dedica-se mais às questões do amor e da cavalaria. Centrados nestes aspectos, os romances de Chrétien de Troyes passam a fornecer a Artur um espaço cada vez mais reduzido nos acontecimentos. Se sua corte ainda possui a magnificência de sempre, sua figura vai tornando-se mais "apagada", deslocada e, por vezes, quase esquecida dentro do contexto em que figuram os acontecimentos.

---

[95] C. Garcia Gual, *Op. Cit.*, p. 178.

[96] Gawain, durante os acontecimentos de *Ivain,* desaparece da narrativa e, ao retornar, justifica que a causa de sua ausência fora a sua aventura em busca da rainha que tinha sido seqüestrada por Meleagant, motivo central do enredo de *Lancelot.* Isto sugere um encadeamento das narrativas, conduzindo-as para uma possível composição conjunta.

[97] Carlos Alvar, "Prefácio" de *Erec y Enid* (tradução em castelhano por Victoria Cirlot), p. 21.

Em linhas gerais o enredo de *Erec e Enide* pode ser resumido da seguinte forma: durante o episódio da caça ao cervo branco, Erec, quando se encontra junto à rainha, vê a dama de companhia desta sofrer afronta de um anão, cujo senhor o defenderá e fugirá floresta adentro. Indo atrás dele, Erec alberga-se na casa de um pobre senhor, cuja filha possui a maior formosura possível em uma mulher. A paixão nasce, Erec derrota o cavaleiro e pede a mão da bela moça em casamento. É o início de seus problemas: ele é acusado de amar demais sua esposa e, com isso, deixar de lado os seus deveres de cavaleiro. Este seria o conflito central do conto: a incompatibilidade ou não entre o exercício da cavalaria, da cortesia e do amor dentro da instituição do matrimônio.

O segundo romance de Chrétien, *Cliges,* é chamado por R. R. Bezzola[98] de um "anti-Tristão", dada a maneira como o autor condena o famoso romance entre Isolda e o sobrinho de seu marido. Nesta obra, Chrétien expressa a sua crença no amor conjugal e, embora o espírito cavalheiresco fosse pautado nas regras do amor cortês, Chrétien contenta o seu leitor, apresentando-lhe de forma sutil o trabalho com os dois conceitos que acabam por compatibilizar-se no final.

É curioso o início deste romance de Chrétien. Ele começa traçando um panorama da cavalaria através dos tempos, cuja glória pertencera antes à Grécia e Roma, e que agora seria de posse da França, onde

> *"permita Deus que elas fiquem guardadas; que a permanência neste lugar lhes apraza e que jamais saia da França a glória que aqui se deteve! Deus as tinha apenas emprestado àqueles gregos e romanos; deles já não mais se fala, pois sua viva brasa está extinta."*[99]

[98] Bezzola, *Op. Cit.*, p. 387.

[99] Chrétien de Troyes, "Cliges". In: *Romances da Távola Redonda,* p. 77. Este é o mesmo discurso contido nas *Grandes Crônicas de França*, conforme pudemos conferir no capítulo sobre a história. Aqui mais uma vez vemos como alguns dos preceitos que ordenam a história podem interferir na construção dos enredos ditos ficcionais.

Implícito a este discurso de Chrétien encontramos outra vez o conceito de *translatio imperii*, pois agora a "flor da cavalaria" se encontrava em França e não mais com os outrora magníficos gregos e romanos. É exatamente o mesmo discurso contido, por exemplo, nas *Grandes Crônicas de França,* no século seguinte.

Em *Cliges,* Chrétien faz um romance de duas gerações, primeiro contando os fatos relativos ao pai, Alexandre e, posteriormente, a história daquele que será o protagonista, Cliges.

Alexandre é um jovem filho de um imperador que reinara na Grécia e em Constantinopla e que desejava ser sagrado cavaleiro pelo rei Artur. Alexandre apaixona-se por Soredamor, dama de companhia da rainha. Eles se casam e a partir daí uma nova história tem início.

Treze meses após o casamento de Soredamor e Alexandre nasce o filho do casal, Cliges. O pai de Alexandre morre e, por uma falsa informação, em seu país todos pensam que também Alexandre, seu filho mais velho, se encontra morto. Então a coroa passa ao irmão mais novo de seu pai, Alis. Descoberta a mentira, os irmãos decidem fazer um trato amigável: Alis continua com a coroa, mas compromete-se a não se casar, para que, após a sua morte, suba ao trono seu sobrinho Cliges. O tio de Cliges, no entanto, tão logo morre seu irmão, esquece-se do juramento que antes fizera e segue à Alemanha para pedir ao imperador a mão de sua filha, Fenice, em casamento. A moça, no entanto, apaixona-se por Cliges e, após algum tempo separados, Cliges e Fenice se reencontram e a jovem resolve que a melhor solução para que fiquem juntos é que ela finja-se de morta (daí o subtítulo do conto: *a que fingiu de morta*). Um cavaleiro do rei Alis descobre os dois amantes em um recanto onde se abrigaram escondidos do mundo, mas antes que o combate comece, chega a

notícia de que Alis está morto, e que agora a coroa de Constantinopla é mesmo de Cliges. Finalmente são derrubadas as fronteiras entre a amiga e a esposa, provando que o verdadeiro amor é aquele que nasce (ou permanece) no leito conjugal.

Nestes dois primeiros romances, Chrétien havia se dedicado a narrar o amor conjugal, usando dos mais diversos meios para defender a instituição do casamento; porém, em seu terceiro romance, *Lancelote, o cavaleiro da charrete*[100], o amor implicará, antes de mais nada, na obediência do amante à amada e, sobretudo, estará fora do casamento, estabelecido entre o melhor de todos os cavaleiros, Lancelote, e a mais nobre de todas as rainhas, Genebra.

Segundo Bezzola[101], a posição que *Lancelot* ocupa cronologicamente entre as obras de Chrétien, depois de *Cliges* (1171) e antes de *Ivain*, leva a crer que a obra teve seu início por volta de 1174, ano em que aparece, na obra de André Capelão, a famosa carta de Marie de Champagne que afirmava a incompatibilidade entre o amor e o casamento. A menção a Marie como fornecedora da "matéria" e do "sentido" do romance, apontados por Chrétien de Troyes em seu prólogo à obra é, assim, perfeitamente coerente.

O início do relato, como sempre, descreve uma reunião na corte de Artur. Em um dado momento, diante de todos, surge um cavaleiro que diz haver roubado parte das terras do rei, alguns de seus vassalos, e que não os devolverá. Diante de tal afronta, o rei Artur mostra-se impotente:

"Li rois respont qu'il li estuet

[100] O termo "charrete", utilizado pela tradução em português da obra de Chrétien de Troyes aqui citada, não corresponde com exatidão o tipo de artefato representado pelo termo francês. Para o português, o mais adequado seria dizer "carreta".
[101] R. R. Bezzola, *Op. Cit.*, p. 394.

Sofrir, s'amander ne le puet,
Mes molt l'a poise duremant."[102]

Em seguida, o cavaleiro dá ao rei a oportunidade de reaver o que é seu através de um bom combatente. Neste mesmo instante, Kai anuncia que abandonará a corte. Artur pede a Genebra que o convença a ficar. A rainha insiste para que Kai permaneça na corte, e acaba por aceitar sair da corte com ele para ir ao encontro daquele primeiro cavaleiro, que os esperava na floresta. Todos ficam indignados e entristecidos, mas, como havia sido prometido que seria dado a Kai qualquer coisa que ele pedisse, assim foi feito. Antevendo o perigo que a rainha corria, Gawain toma a iniciativa de segui-la e ao senescal e, após ele, todos saem em busca de saber o paradeiro de Genebra, inclusive Lancelote. Este cavaleiro, após perder a sua segunda montaria, cedida por Gawain, encontra-se com um anão a quem pergunta se ele havia visto passar por ali a rainha. Como, segundo a crença medieval, era próprio dos anões - acreditava-se naquele período que eles traziam mau agouro -, o anão não responde o que Lancelote quer saber, mas sim oferece, maldosamente, a charrete[103] que conduz para que o cavaleiro suba e possa continuar seguindo em busca da rainha. O cavaleiro hesita em subir na charrete, pensando na vergonha que lhe há de advir por conta de tal gesto, mas acaba aceitando a oferta.

O seqüestro da rainha Genebra em Chrétien seria, segundo Bezzola[104], uma reelaboração do episódio da *Historia Regum Britanniae*, posteriormente recontado por Wace, em que o protagonista do rapto não é Melegant, mas Mordred, o sobrinho de Artur. O episódio, no

---

[102] "O rei responde que terá de sofrer tal desventura, já que não a pode remediar. Grande, porém, será seu pesar". Chrétien de Troyes. "Lancelot ou le Chevalier da la Charrette". In: *Œvres Complètes*, p. 508.
[103] "As charretes serviam então para o que servem hoje os pelourinhos(...) Quem fosse preso no ato, era posto na charrete e levado por todas as ruas e depois declarado fora-da-lei, não mais podendo ser ouvido em justiça, não mais sendo honrado e festejado. Porque naquele tempo as charretes eram tão cruéis, alguém disse: 'Quando vires charrete e a encontrares, persigna-te e lembra de Deus, para que não te advenha mal!" ("Lancelot", *Romances da Távola Redonda,* p. 129).
[104] Bezzola, *Op. Cit.*, p. 392.

entanto, apresenta um enfoque bem diferente daquele dado por Chrétien. O Artur de Monmouth, embora mais ativo do que o personagem delineado por Chrétien, não aparece salvando sua esposa, uma vez que morre nas mãos de Mordred. Contudo, ao saber da afronta de seu sobrinho, ele mesmo busca resolver o problema, diferentemente do que ocorre em *Lancelot*, onde são seus cavaleiros que tomam a iniciativa de resgatar a rainha.

O Cavaleiro da charrete segue o caminho para a ponte da espada e chega ao país do rei Bandemaguz, pai de Meleagant. Após vários combates, finalmente Lancelote é dado como vencedor contra Meleagant, devolvendo a rainha a Artur. Em comemoração à volta da rainha é realizado um torneio do qual Lancelote acaba conseguindo participar, lutando bem ou mal conforme a rainha lhe ordena, e saindo-se, mesmo com essas oscilações, como o melhor de todos os combatentes. Depois disso, como havia prometido àqueles que o ajudaram a deixar sua prisão para participar do torneio, Lancelote volta ao seu cativeiro e Chrétien abandona seu texto. Na continuação escrita por Geoffroy, a vitória final é de Lancelote, que corta a cabeça de Meleagant durante o último combate entre os dois.

O penúltimo romance arturiano de Chrétien, *Ivain, o Cavaleiro do leão*, parte, como *Erec,* de uma tradição popular muito forte, estando sua temática ligada aos relatos galeses, tais como aqueles representados pelo *Mabinogion*[105]. O relato é visto como uma das obras

---

[105] *Mabinogion* foi o nome dado ao conjunto de narrativas de origem galesa, em prosa, por sua primeira tradutora, Charlotte Guest. Estes relatos se encontram divididos em dois livros: o branco e o vermelho. No primeiro livro, o branco, aparece o conceito de *Mabinogion*, sobre o qual também há controvérsias; o segundo livro é o vermelho e deve ter sido composto cerca de cem anos depois. Estes relatos galeses apresentam diversas semelhanças com os romances de Chrétien de Troyes, fato que vem levando pesquisadores a se questionarem se foi Chrétien quem sofreu a influência destes contos ou se os contos tiveram como fonte o próprio Chrétien, dada a imprecisão na datação dos relatos. A hipótese mais aceita é a de que estes contos galeses, escritos por diversos autores, e os *romans* de Chrétien de Troyes tenham tido uma fonte comum da qual não temos notícias (Victoria Cirlot, "Prefácio" ao *Mabinogion*. Madrid: Siruela, 1988).

primas dos romances corteses de Chrétien de Troyes, sendo o último romance do autor permeado pelos preceitos da cortesia.

Novamente, a história se inicia tendo como cenário a corte de Artur no dia de Pentecostes. Fugindo ao que lhe era habitual, Artur deixa a assembléia e fica em seu quarto a descansar e, enquanto o rei está ausente, seus cavaleiros permanecem junto à porta de seus aposentos. Calogrenante começa então a contar a história de uma aventura pela qual havia passado: em um certo lugar da floresta de Broceliande, era possível, com o auxílio de uma bacia, uma pedra e uma fonte, provocar uma tempestade que resultaria na aparição de um cavaleiro, o guardião da fonte, com quem o visitante havia de combater. Ao ouvir tal história, Ivain fica interessado e decide, sob o sarcasmo de incredulidade de Kai, ir atrás da aventura da qual o cavaleiro não havia conseguido dar cabo. Nesse momento, Artur sai de seus aposentos e, ao saber da história de Calogrenante pelas palavras de Genebra, também decide ver a fonte, deixando todos os seus cavaleiros felizes diante da possibilidade de participar de uma nova aventura.

Ivain, adiantando-se aos demais, decide partir sozinho para o bosque em busca da aventura. Vence o combate com o cavaleiro da fonte e, ao conhecer a viúva do homem morto, apaixona-se e acaba por se casar com ela. Gawain insiste para que Ivain volte à corte de Artur e o cavaleiro acaba por pedir autorização à sua esposa para partir. Laudine aceita que ele vá, com a condição de que volte para seu reino no prazo de um ano, ou ela o odiaria tanto quanto o amava naquele momento. Ivain parte, mas Gawain o retém junto de si por mais de um ano e Laudine cumpre sua promessa.

Diante do ódio da esposa, Ivain entra em tal desespero que foge para uma floresta, onde passa a viver como um louco, andando nu e alimentando-se de restos que lhe eram oferecidos por um eremita. Uma donzela ministra a Ivain uma poção que lhe restitui a

lucidez e ele decide sair em busca do perdão de sua esposa. No meio do caminho, encontra um leão que se via em perigo diante de uma serpente e, salvando-o, Ivain ganha a amizade do animal, que passa a segui-lo e a auxiliá-lo nos combates, como mostra de seu agradecimento. Pelas boas atuações, durante alguns combates, do agora chamado Cavaleiro do Leão - e graças às artimanhas de sua criada -, a mulher de Ivain o perdoa e o aceita de volta.

Em *Perceval ou o Conto do Graal,* mais uma vez as informações do prólogo se fazem importantes para a determinação da datação e das condições em que mais este romance de Chrétien de Troyes foi composto. Agora o autor está a serviço do conde de Flandres, a quem dedica sua obra[106].

Diferentemente das demais narrativas, Chrétien não inicia sua narrativa na corte de Artur. O tempo e o cenário modificam-se e o leitor é levado até uma manhã de uma "Gasta Floresta solitária", na qual o filho de uma senhora viúva acabara de se levantar. Este rapaz nunca vira antes um cavaleiro, devido aos esforços de sua mãe em mantê-lo afastado da vida das armas, para evitar que mais um membro da família morresse em combates. Apesar dos cuidados, um dia, ao ir caçar com seus dardos, o rapaz encontra alguns cavaleiros, com os quais fica maravilhado. Perceval decide ir ao castelo do rei Artur para também tornar-se cavaleiro e, vendo que será inevitável a sua partida, a mãe lhe oferece uma série de conselhos de como agir para ser um bom e cortês combatente.

---

[106] *"Chrétien faz aqui semeadura de um romance a que dá começo; e o semeia em tão bom lugar que sem proveito não pode ficar. Pois trabalha para o mais nobre que já existiu no império de Roma: o conde Filipe de Flandres, que vale mais do que Alexandre, de quem cantam louvores por toda a parte.(...)E Chrétien não se empenhará em vão, ele que, por ordem do conde, ocupa-se em rimar a melhor história jamais escrita em corte real. É o CONTO DO GRAAL, cujo livro o conde lhe patrocinou."* (*Perceval,* p. 25).

Logo ao chegar ao castelo do rei, Perceval encontra-se com um cavaleiro que levava consigo uma taça de ouro e ambiciona sua bela armadura. Eles combatem e Perceval vence, conseguindo assim tomar suas vestes e armas. Artur, ao receber de volta a taça roubada por aquele cavaleiro, percebe que Perceval o havia vencido e sente grande pesar por não ter um cavaleiro como este em sua corte. Tem início uma busca por Perceval que se resolve quando Gawain consegue trazê-lo de volta. Antes, porém, o jovem candidato a cavaleiro encontra-se com o Graal no castelo do rei Pescador, mas nada pergunta sobre o significado daquela visão, uma vez que o ensinaram a não questionar demais sobre as coisas. Na corte do rei Artur, uma donzela muito feia, falando dos males que ocorreram pelo silêncio de Perceval diante do Graal, lança a todos um desafio para uma nova aventura no Castelo Orgulhoso. Daqui em diante, o relato de Chrétien aparecerá sempre dividido em duas partes: de um lado as aventuras de Gawain, e de outro as aventuras de Perceval. Este, após vagar por cinco anos, encontra-se com donzelas que lhe devolvem a noção do tempo. O rapaz encontra seu tio que lhe explica que a razão de sua dor - causada porque não foram feitas as perguntas no momento certo - era a dor que fizera sua mãe sofrer; se ela não tivesse rogado por ele, maior ainda seria o mal sofrido pelo cavaleiro. Perceval reza em agradecimento e o relato volta a falar de Gawain.

O sobrinho de Artur passa por mais aventuras, vencendo todas e acabando por tornar-se senhor de um castelo, o qual descobre, mais tarde, ser habitado pela mãe de Artur, Igerna, pela mãe e pela irmã de Gawain. Enquanto este está diante destas descobertas, o rei Artur está triste em seu reino, sentindo a falta de seu sobrinho e, assim, termina o relato de Chrétien de Troyes, segundo acredita-se, devido à sua morte.

O tema do Graal será retomado pelos ciclos de romances da *Vulgata* e *Post-Vulgata*, participando na cristianização do tema arturiano, característica marcante nos relatos destes ciclos. No vaso sagrado teria sido depositado o sangue de Cristo e um novo cavaleiro aparecerá nestas narrativas: Galaaz, o cavaleiro perfeito, representante da verdadeira cavalaria - a celeste -, aquela que estaria, em primeiro lugar, a serviço de Deus e não da vaidade dos homens. Será ele, e não mais Perceval, o único capaz de estar novamente diante do Graal.

A prosificação da Matéria de Bretanha: Robert de Boron

Segundo Erich Köhler, no início do século XIII começa a difundir-se a idéia de que a verdade seria prejudicada pela exigência da rima, uma vez que esta obrigava o autor a preocupar-se demasiadamente com a beleza da palavra. A forma em verso passa então a interferir na recepção de determinadas obras que, acreditava-se, se tornavam menos verídicas quando escritas assim.

> *" (...) a mentira, como noção ética, está internamente relacionada com a exigência da rima. (...) [ela] obrigava os escritores a cuidar da palavra, forçando à mentira e 'corrompendo a claridade da alma'"* [107]

A forma prosificada fica assim associada à veracidade dos escritos artúricos - por alguns chamados *romans de vanité*[108] -, ao lado de outros procedimentos, como a afirmação da existência de possíveis fontes escritas para aqueles relatos. O modo de composição cíclica,

---

[107] Ver: Victoria Cirlot, *Op. Cit.*, p. 99.

[108] Segundo Jean Bodel, "Os contos da Bretanha são vãos e agradáveis" (*"Li conte de Bretaigne s'il sont vain et plaisant", Canção dos saxões*); a este respeito uma obra encomendada por Blanca de Navarra no século XIII também diz: "Deixe de lado *Cliges* e *Perceval*, que rompem os corações e os trate como inferiores. Deixe de lado os romances vãos" (*Laissiez Cliges et Perceval/Qui les cuers perce et trait a val/Et les romanz de vanité" - Vie des Peres*). Ver: Victoria Cirlot, p. 103-104.

já adotado por Chrétien de Troyes, como vimos, foi outra estratégia adotada como garantia de veracidade. Ocorre, inclusive, a prosificação de várias obras, originalmente escritas em verso, como o *Merlim*, de Robert de Boron, da qual trataremos a seguir.

De Robert de Boron quase nada se sabe a respeito. Acredita-se que tenha nascido na cidade de Boron, a leste de Montbéliard[109]. Redigiu seus livros no final do século XII, dedicando-os a Gautier de Montbéliard[110], entre 1191 e 1212. Seu estilo literário não era dos mais requintados, mas sua capacidade de formular uma grande história do Graal através de sua trilogia que chegou até nós seria uma demonstração de seu talento[111].

A obra de Boron obedeceria, provavelmente, ao propósito de explicar as origens do Graal em sua primeira narrativa, o *José de Arimatéia* (da qual se possui a versão completa com 3514 octassílabos); o *Merlim* (do qual se possui um fragmento de 502 versos) serviria como uma espécie de ponte entre os dois tempos tratados pelo autor: dos primeiros cristãos que tiveram contato com o Santo Vaso até os tempos do rei Artur; por último, o *Perceval* contaria a história do personagem título, que venceria as aventuras do Graal. Deste último relato somente possuimos versões em prosa, mas acredita-se que tenha havido um manuscrito em verso como o de *José de Arimatéia* e o fragmento do *Merlim,* cujos textos apresentam versões prosificadas. No entanto, a autoria destas prosificações é discutível, sendo que, segundo Megale, pelo menos a segunda versão em prosa do *Merlim* não pode ser atribuída a Boron, o que lhe garante a denominação de *Pseudo-Boron*[112].

---

[109] Jean-Marie Fritz. "Robert de Boron". In: *Dictionnaire des Lettres Françaises: Le Moyen Age*, p. 1281.
[110] Carlos Garcia Gual, "Merlim, profeta y mago: sobre los orígenes de un personaje novelesco", p. 30 (In: Geoffrey de Monmouth, *Vida de Merlim*. Madrid: Siruela, 4ª ed., 1994).
[111] Carlos Garcia Gual, *Primeras Novelas Europeas,* p. 228.
[112] Heitor Megale, "Apresentação" ao *Merlim* de Robert de Boron, p. 16.

No que diz respeito à lenda arturiana, a importância deste *Merlim* está no fato de ele fornecer um novo cenário para o nascimento e ascensão do rei Artur. Diferindo em muitos aspectos de seus antecessores, dos quais tira a maior parte de sua matéria, Boron insere Artur em um contexto religioso muito mais evidente e faz de Merlim quase um cristianizador[113]. A adoção deste procedimento também buscava, de certa forma, atender à exigência de veracidade destes romances. Assim, para reinserir o Graal no contexto arturiano, foi necessário construir um cenário religioso, de modo a não recair no fantástico, e sim permanecer no plano divino, mais verossímil do ponto de vista cristão.

É no reinado de Vortegirn que Merlim aparece pela primeira vez em Wace e em Monmouth. Em Boron, embora o adivinho tenha sua história contada antes, é neste momento também que tem início sua incursão no mundo propriamente arturiano. Vortegirn, buscando saber o motivo pelo qual uma torre que constrói não se mantém de pé, busca a resposta com seus clérigos, que lhes revelam, de forma enigmática, que este problema se resolveria com o sangue de um menino sem pai. Os enviados do rei encontram este menino - Merlim -, porém este demonstra tamanha sabedoria que eles são incapazes de matá-lo. Decidem assim levá-lo vivo para que ele dissesse ao rei as verdadeiras razões pelas quais sua torre não se sustentava. Resolvido o mistério, Merlim assume um lugar de maior destaque no reinado de Úter, após a queda de Vortegirn, que o mago já havia previsto.

A Úter, Merlim confia o que diz ser um grande segredo da cristandade, fazendo-lhe revelações sobre a mesa da Santa Ceia de Cristo, chamando-a de *primeira mesa*. Segundo o

[113] Deve-se também perceber novas manifestações da noção de *translatio*, agora como uma *translatio religionis*, na medida em que se cristianiza o mito do Graal com base em escritos apócrifos como o *Evangelium Nicodemi*, e como uma *translatio imperii*, pois o Graal migra de Jerusalém para a Inglaterra. Ver: *Dictionnaire des Lettres Françaises: Le Moyen Age*, "Robert de Boron", p. 1281.

mago, após a morte de Cristo, o filho de Deus teria pedido a José de Arimatéia que lhe fizesse uma *segunda mesa* para nela pousar o Santo Vaso, que separaria os bons dos maus. Nesta *segunda mesa* haveria sempre um lugar vazio representando o assento ocupado por Judas. Agora, no tempo de Úter, seria necessário, segundo o conselho de Merlim, erguer a *terceira* mesa "em nome da Trindade, cujas três pessoas estarão representadas nestas três mesas"[114]. Esta seria a chamada "Távola Redonda", idéia emprestada do *Roman de Brut*, de Wace, mas que em Boron ganha acentos religiosos bem mais claros. Esta *terceira mesa* permaneceu, como nos tempos da *segunda mesa*, com um assento vazio, que deveria ser ocupado mais adiante por um rei que se tornaria célebre: o rei Artur. Mais adiante, no ciclo da *Post-Vulgata*, ela abrigará o cavaleiro escolhido para alcançar o Graal: Galaaz.

O episódio que se segue é o da paixão de Úter pela mulher do duque de Tintagel, Igerna. Em Boron, ao contrário das suas "fontes", Wace e Monmouth, Igerna não é apenas uma bela mulher, mas, sobretudo, uma esposa extremamente virtuosa, que finge não compreender as intenções de Úter. Este, cada vez mais apaixonado, como ocorre na *HRB* e no *Brut*, pede ajuda a seu amigo Urfin. Igerna finalmente conta ao seu marido sobre as investidas do rei[115], dando início à guerra entre os dois homens.

Quando novamente o rei conversa com Urfin - e aqui o texto de Boron segue de perto o de Monmouth[116] - o amigo o aconselha a procurar a ajuda do sábio Merlim e este aceita colaborar com Úter, contanto que ele lhe dê qualquer coisa que o mago deseje. Úter assume a aparência do duque e assim consegue realizar o seu desejo de possuir Igerna,

---

[114] Boron, *Op. Cit.*, p. 123.

[115] Em Monmouth e em Wace, o Duque percebe por si próprio as intenções de amor do rei para com Igerna. Contando ao seu esposo a verdade, Igerna estaria demonstrando, mais uma vez, a sua virtude de esposa .

[116] Em Boron: *"Sabes que morro de amor por Igerne. E vejo que vou morrer, porque não bebo, não como, nem durmo e não tenho o descanso de que preciso, por isso sei que vou morrer e não vejo como possa ter remédio* (p. 141). Em Monmouth: *"Consumo-me de amor por Igerna, e estou seguro de que minha vida corre*

engendrando nela um filho que será o célebre Artur. Gorlois morre e Úter se casa com Igerna.

Nesse momento os relatos se distanciarão, pois, enquanto os outros autores não se preocupam com as implicações decorrentes do fato de Artur ter sido concebido fora dos laços do matrimônio (o que faria dele um bastardo), Boron não só se preocupa com este problema como faz disso um motivo para o enriquecimento da sua narrativa. Afinal, esta é uma questão muito delicada e resolvê-la demanda um esforço não só jurídico, como moral.

O rei se casa com Igerna e, ao perceber que está grávida, pergunta-lhe quem é o pai daquela criança, fingindo não sabê-lo - ele havia prometido a Merlim nunca contar a Igerna que havia se deitado com ela sob a aparência de Gorlois. Ela, cheia de vergonha, responde-lhe que não sabe. O rei pede que a rainha não conte a ninguém sobre o filho que espera e, assim que o menino nasce, ele é prontamente entregue a Merlim, a pedido do próprio mago. Este o entrega a Antor, que batiza a criança com o nome que Merlim lhe ordena: Artur.

Morto Úter, os barões decidem pedir a opinião de Merlim quanto ao seu sucessor. Este pede-lhes que confiem nele, pois, como se aproximava o dia de Natal, o Senhor lhes daria um sinal indicando quem deveria ser o novo rei. Repentinamente aparece, diante da igreja do reino, um bloco de pedra no meio do qual havia uma bigorna de ferro atravessada por uma espada. Uma inscrição dizia que aquele que fosse capaz de retirá-la haveria de ser o rei da Bretanha.

Primeiro tentaram mover a espada da pedra os homens mais poderosos do lugar. Nenhum obteve sucesso. Cansados diante de tantos fracassos, acabam optando por distraírem-se em um torneio. Quéia (ou Kai), irmão de criação de Artur, resolve participar

---

um sério perigo se não consigo possuí-la. Diz-me tu como posso satisfazer a minha vontade, pois de outro modo, morrerei vítima de meu próprio desejo."(HRB, p. 140).

do torneio e pede a Artur que lhe busque uma espada no lugar onde estavam hospedados. Este, não conseguindo encontrar a arma do irmão, avista a espada na pedra e, na falta de outra, retira-a, sem nenhuma dificuldade, levando-a escondida embaixo de sua roupa. O irmão, ao saber que se trata da espada da pedra, também a esconde e a leva ao seu pai, dizendo que fora ele quem a conseguira tirar. A mentira dura pouco, pois o rapaz logo conta a verdade. Antor, ao saber que Artur levara a cabo tal aventura, revela que não era seu verdadeiro pai, embora não soubesse quem tinha sido o homem que o gerara.

Após várias demonstrações de que era ele mesmo o escolhido por Deus (Artur retira e recoloca a espada na pedra várias vezes), e mesmo diante da resistência dos barões (afinal, não conhecem sua verdadeira linhagem), Artur é coroado no dia de Pentecostes. Comparado ao Cristo, o Artur de Boron vem para um mundo ignorante e hostil, e da mesma forma que o filho de Deus, não tem reconhecida a sua importância quando chega diante de todos. Aqui tem-se o mais famoso de todos os episódios relacionados ao rei Artur e que sobreviveu até os nossos dias: o episódio da espada na pedra. Para Morris, a pedra provavelmente seria a representação de Cristo ou sua igreja, seguindo o texto "*Tu es Petrus...*". Isto quer dizer que o poder do novo rei será traçado por Deus e sancionado pela santa igreja. A espada simboliza a justiça, cuja manutenção é dever primordial do monarca. A inscrição na espada, *"Cil qui osteroit cele espee, il seroit rois de la terre par l'election Jhesucrist"*, representa o poder que receberá o escolhido para receber a coroa. Boron enfatiza não aquilo que lembra aspectos da sua vida contemporânea, antes faz o possível para tornar os eventos únicos e diferenciados. Quando situa o momento da coroação de Artur no dia de Pentecostes ele está, segundo Morris, pensando claramente no primeiro

Pentecostes, ou seja, quando o Espírito Santo esteve presente sobre o seu escolhido (Atos dos Apóstolos 2: 1-12)[117].

O texto de Boron oferece uma grande colaboração à Matéria de Bretanha ao fornecer, como já foi dito, as origens do Graal, mas também um novo e interessante contexto para a instituição de Artur como rei , não somente como o herdeiro natural, mas como o escolhido de Deus. Assim, ao mesmo tempo em que Boron faz uso dos outros textos que tratam do nascimento e ascensão de Artur, reinventa a história ao modo cristão, com grande sagacidade.

Essa cristianização do mito arturiano diz respeito também à suposta veracidade dos eventos maravilhosos narrados. Como não é possível destituir a lenda de seus aspectos míticos, Boron tenta colocá-los no plano da doutrina, interpretando-os a partir da tradição bíblica e para-bíblica. Assim, a magia da *Terceira Mesa* - a *Távola Redonda* - só é possível porque ela está ligada à mesa da Santa Ceia; o evento da espada na pedra só é verossímil porque é dado aos homens pela ação divina - a pedra aparece próximo do dia do Natal e na frente de uma igreja. É interessante notar inclusive a proximidade que há entre estes escritos e aqueles atribuídos à historiografia do século XIII. Escrita pelos homens da igreja, esta historiografia não deixava de levar em conta dois aspectos principais: a religião e a dinastia. A dupla legitimação de Artur - por Deus e pela linhagem - assinalaria a importância destes dois elementos na constituição do monarca.

[117] Rosemary Morris, *Op. Cit.*, p. 42.

A formação dos ciclos em prosa do século XIII: A *Vulgata* e a *Morte do Rei Artur*

A partir do início do século XIII surge o primeiro grande ciclo de romances em prosa, o chamado ciclo da *Vulgata* (ou "Pseudo-Gautier Map"[118]), representado pelas seguintes obras: *L'estoire du Saint Graal, Le estoire de Merlin, Le livre de Lancelot del Lac* (estas compostas entre 1214 e 1227), *La Quest du Saint Graal* (1220-1221) e *La Mort le Roi Artur*. Todos estes textos são caracterizados pela junção do tema do Graal e dos amores de Lancelote e de Tristão e Isolda, pela forte tendência à interpretação religiosa e pela composição cíclica e entrelaçada. A partir deste momento (embora ainda existam algumas importantes obras em verso como o *Roman de la Rose*), a prosa se estabelecerá como forma definitiva do *roman*.

Quanto à *Morte do rei Artur*, enquanto romance arturiano, é interessante notar, já no primeiro contato, o seu título. Se pensarmos que toda a literatura arturiana até então centrara-se na figura do monarca bretão, um texto com um título que proclama a sua morte, mais do que uma nova obra, representa o fim de um ciclo. É realmente isto a que ela se pretende: ser o fecho de uma trajetória de grandes feitos, o último deles a aventura do Graal.

A narrativa se concentra em dois fatos essenciais: o caso amoroso entre a rainha Genebra e Lancelote e a usurpação do reino por Mordred, estando este último elemento praticamente submetido àquele primeiro, que orienta a maior parte da narrativa. A todo momento dá-se a entender que o mundo arturiano está chegando ao seu fim.

[118] Este ciclo é chamado de "pseudo Gautier-Map" porque, ainda que haja nos relatos a menção a este autor como o responsável por estas obras, as prováveis datas em que estes romances foram feitos não são compatíveis com o período em que aquele escritor da corte de Henrique II teria vivido.

A história da morte de Artur, de acordo com Geoffrey de Monmouth, como já vimos, é a seguinte: o reino desfrutava de um longo período de paz quando, subitamente, chega uma carta do Imperador que lhe cobra o imposto devido à Roma. Irados pela cobrança, mas felizes pela possibilidade de lutar, os guerreiros partem para o combate, ficando Mordred, sobrinho de Artur nesta narrativa, na regência do reino. O resultado já conhecemos: Mordred toma de seu tio a coroa e a rainha. Após vencer os romanos, Artur volta ao reino para vingar a traição do sobrinho, sendo ferido mortalmente durante a luta. Na *Morte* o desfecho não é diferente, mas os contextos dos romances estão longe de serem os mesmos.

Como narrativa do ciclo da *Vulgata,* é natural que haja uma vinculação maior aos feitos e paixões de Lancelote, aliados ao tema do Graal (que aqui mal aparece, embora referido algumas vezes pelo autor, através da menção às *Aventuras do Santo Graal*, que seria a obra anterior no ciclo). Logo, era de se esperar que este cavaleiro ocupasse um espaço razoável dentro da narrativa. No entanto, dada a motivação religiosa destas obras, o amor entre Lancelote e Genebra não é apresentado como exemplo a ser seguido, como acontece em Chrétien de Troyes por exemplo, mas como uma vergonha que atingiu o rei e que deve ser vingada.

Os sobrinhos de Artur tentam adverti-lo da traição que recai sobre seu reino, mas o rei não acredita na infidelidade de Genebra, muito menos na de Lancelote, e só mudaria de idéia caso houvesse prova evidente disto. Esperando conseguir o flagrante que o rei lhe pedira, Agravain vai até a câmara da rainha, onde acredita encontrar Lancelote. Este investe contra todos os que estão à sua frente, fugindo sem que ninguém o alcançasse. Diante da impossibilidade de ir contra Lancelote, Artur direciona seu ódio à Genebra, dando-lhe sentença de morte. Todos choram pelo triste destino da rainha e alguns chegam a afirmar

que melhor seria se Artur nunca soubesse a verdade. Para salvar a rainha da fogueira, Lancelote captura-a, deixando-a em segurança em um castelo de sua propriedade. Tem início, então, a guerra com Artur.

A possibilidade do fim das hostilidades se abre com a intervenção da igreja. Como não houve flagrante de adultério, é como se não houvesse delito, e o papa obriga Artur a viver em paz com sua rainha. Genebra, informada da novidade, sente-se muito feliz, não só por ela, mas também por Lancelote, que poderá ser perdoado por Artur. A boa vontade do cavaleiro em devolver a rainha, argumentando que só a teria capturado para salvá-la da morte, faz com que Artur novamente duvide da existência do adultério. Mas, enquanto se desenvolvem estes acontecimentos, outra traição ainda maior delineia-se. Para combater com Lancelote, Artur havia entregue a coroa, suas riquezas e sua mulher aos cuidados de Mordred, aqui retratado como seu filho. Neste momento voltamos ao tema estabelecido por Monmouth, ou seja, o relato redireciona a atenção do leitor para aquele que será, verdadeiramente, o responsável pela morte de Artur. A novidade é que, na *Historia Regum Britanniae*, a ausência de Artur se devia exclusivamente à guerra com Roma e, na *Morte*, a ausência do rei se dá antecipadamente pelo conflito com o filho do rei Bam.

Chega a carta do imperador de Roma, cobrando o imposto devido pela Bretanha. Finalmente, o relato retoma o fio tal como nos apresenta Geoffrey de Monmouth: após derrotar Roma, Artur é avisado da traição de seu sobrinho e vai combatê-lo. O encontro acontece na planície de Salaber (Salisbury). Tem início uma nova guerra, a última do império arturiano. Na batalha final, Artur e Mordred golpeiam-se, mas é o rei quem ataca primeiro. Ferido mortalmente, só resta a Artur despedir-se de sua espada *Excalibur*. O rei pede a Gilfrete que a lance em um lago ali próximo. O cavaleiro inicialmente recusa-se a cumprir as ordens de seu senhor por pena de ver perdida tão nobre espada, mas ao final

lança a espada ao lago e vê surgir um braço que a agarra e a brande três vezes, antes de afundar de uma vez no lago. Em seguida, Artur é buscado pela irmã Morgana, mas, ao contrário do que diz Monmouth - que afirma que ele fora levado para a ilha de Avalón a fim de curar suas feridas -, o mesmo Gilfrete encontra, no terceiro dia após estes acontecimentos, o túmulo onde estaria enterrado o rei. E assim termina a participação de Artur na narrativa, que ainda segue um pouco adiante, falando do confronto entre Lancelote e os filhos de Mordred (do qual Lancelote sai vencedor) e dos últimos dias dos cavaleiros da linhagem de Bam (Lancelote, Heitor e Boorz).

A grande diferença entre este texto e aqueles até agora elencados é que, além das costumeiras inovações em relação à *Historia Regum Britanniae,* mesmo com um título de um fatalismo indiscutível, *A Morte do Rei Artur* consegue fazer este personagem ganhar vida quando comparado à figura decorativa de Chrétien de Troyes, ou ao poderoso herói de Monmouth. Não importa se ele realmente duvida da traição de seu melhor cavaleiro, ou se não quer acreditar para evitar uma guerra que significaria o fim de seu reinado, o fato é que Artur age dentro de uma lógica própria, externando seus sentimentos, sejam eles de um medo que não deve, em hipótese alguma, ser revelado diante de seus súditos, seja cegado pela confiança naqueles que sempre o acompanharam. Um monarca que apresenta falhas e que é, portanto, humano, um Artur muito diferente daquele dos primeiros textos historiográficos e que se distancia ainda mais do contexto ficcional de Chrétien de Troyes, embora, como ocorreu naqueles textos, haja aqui a mesma preocupação em contar a história de um rei que se sobressaía aos demais de seu tempo.

A *Demanda do Santo Graal*: a obra e o ciclo da *Post-Vulgata*

O ciclo da *Post-Vulgata* (1230-1240), também chamado de "Pseudo-Robert de Boron" - composto pelo *Merlin,* pela *Estoire de Joseph d'Arimathie* e pela *Queste del Saint Graal* (incluindo *La Mort d'Arthur*) -, seria, segundo Ivo Castro, uma remodelação do ciclo da *Vulgata,* mais centrado nos temas do Graal e de Artur do que no romance de Lancelote e Genebra[119]. É à tradição da *Post-Vulgata* que pertence a versão portuguesa da *Demanda do Santo Graal,* cuja tradução deve datar de meados do século XIII[120]. Dela temos apenas uma cópia do século XV, texto que aparece também em castelhano, mas que tem atestada sua anterioridade em relação ao texto daquela língua, segundo Rodrigues Lapa[121].

A matriz da versão original francesa, a *Queste du Saint Graal,* toma como modelo o *Perceval* de Chrétien de Troyes. A principal diferença que se manterá na tradução portuguesa está na forma como é abordado o tema da cavalaria. Na *Queste* temos algo parecido com uma subordinação da cavalaria "terrestre" à "celeste", ou seja, mais do que um guerreiro de armas, o cavaleiro deve ser um guerreiro de Deus. O herói de Chrétien perde força para um novo herói: Galaaz, o cavaleiro perfeito porque é homem puro, não só casto, mas completamente isento da marca do pecado carnal. Os grandes guerreiros como Lancelote, Tristão e Gawain são vistos como não merecedores da graça de alcançarem o "Santo Vaso". Se eles são ditos "bons cavaleiros" é justamente por seu apego aos aspectos

---

[119] Ivo Castro. "Quando foi copiado o livro de José de Arimatéia?" In *Boletim de Filologia* (1976-1979), fasc. 1-4, Lisboa, 1979, p. 273-283, e "Matéria de Bretanha". In: *Dicionário de Literatura Medieval Galega e Portuguesa,* p. 449. Ver também, do mesmo autor, o "Prefácio" à *Demanda do Santo Graal.* Lisboa: IN-CM, 1988.

[120] Heitor Megale, "Introdução" à *Demanda do Santo Graal: manuscrito do século XIII.* S.P.: T.A.Queiroz/ EDUSP, 2ª reimpressão, 1992, p. 9.

[121] Traços lingüísticos e literários aproximariam mais a tradução portuguesa de um original francês, ao qual não temos acesso. Além disso, "portuguesismos", segundo Lapa, presentes na edição castelhana indicariam o

"mundanos" da cavalaria e da cortesia, o que os afasta da verdadeira perfeição encarnada por Galaaz.

Em *A Morte do rei Artur*, texto da *Vulgata*, o monarca tem uma participação um pouco mais ativa na narrativa em comparação com os escritos de Chrétien. Ele luta para manter seu reino e sua honra diante da descoberta do envolvimento entre Genebra e Lancelote. No entanto, no último momento, parece novamente duvidar de tal traição e a contenda perde lugar para a guerra com Roma e o conflito final com Mordred. A partir deste aparente "reavivamento" do personagem, aproximando-o um pouco daquele Artur guerreiro da *Historia Regum Britanniae*, entramos na *Demanda do Santo Graal* imaginando que tal imagem heróica de Artur teria permanecido ao menos em parte. Porém, pelo que já afirmamos, podemos concluir que Artur se recolhe para deixar o "palco" do romance livre para o jovem Galaaz, que aparecerá como o grande herói das façanhas do reino de Logres.

Ainda que a *Demanda* possua no seu final uma espécie de resumo da *Morte de Artur*, existem diferenças cruciais entre as duas versões, ocasionadas não somente pelo resumo do texto original, mas sobretudo pelas novas idéias que orientam este ciclo de romances.

A prova de que é a intervenção divina que orienta o relato dá-se quando o autor expõe um episódio idêntico ao da Excalibur. Este novo episódio da espada na pedra, ainda que aparentemente sem relação direta com Artur, é mais uma das maneiras de externar o novo lugar que este personagem ocupa na narrativa. A espada, mais uma vez, aparece como forma de estabelecer a excelência de um personagem e, neste momento, não é Artur quem tem a necessidade de se afirmar, mas sim Galaaz. Vencendo a aventura, Galaaz se iguala a

---

parentesco desta com o manuscrito português e não com o original francês. Ver: M. Rodrigues Lapa. *Lições de Literatura Portuguesa: época medieval*, p. 235.

Artur, o que, de certa forma, já é um desequilíbrio considerável no mundo arturiano. Aquele cavaleiro, ao chegar até o Santo Graal, o que não é possível para Artur, transcende o poder do monarca, indicando a superação deste mundo . Mais adiante, Galaaz ganhará uma nova arma, a "espada da estranha cinta", pelas mãos da irmã de Perceval, deixando de vez a antiga espada "da pedra de Merlim", que fica com Perceval. Assim, os principais motivos da literatura arturiana vão sendo substituídos e os objetos relacionados a Artur e sua grandeza vão perdendo sua força[122].

Na busca do Graal somam-se uma série de aventuras, como a perseguição da "Besta Ladradora" (sem dúvida a mais interessante de todas as aventuras e a única não vencida por Galaaz), o encontro com o "Cervo Branco" (reminiscência de um episódio do *Ivain*), a "Fonte da Virgem", entre outras. As visões e sonhos são constantes, com destaque para o "sonho dantesco" em que mergulha Lancelote, no qual seu pai, em algum lugar que parecia ser o paraíso, reprova-lhe o romance com a rainha [123]. Em outro sonho, Lancelote encontra Ivã, o Bastardo e a rainha da Irlanda, Isolda, junto com Tristão, todos cercados pelo fogo infernal, do qual Lancelote sente o poder ao ser tocado pelo dedo de Isolda, acordando com uma imensa queimadura na coxa. Os significados desses sonhos e das visões são prontamente decodificados para o leitor e para os cavaleiros[124]. Essa interpretação direcionada aproxima muito a leitura do romance a um exercício exegético. Assim, conforme ocorre no texto sagrado, os signos ocultos pelas palavras devem ser decifrados

---

[122] Outro exemplo da forma como Galaaz vai, aos poucos, tomando as rédeas do mundo arturiano dá-se quando, num determinado momento da narrativa, aparece uma abadia que se chamara até então "Abadia Úter Pandragão" e que, a partir da visita de Galaaz, passa a se chamar "A Maravilha de Galaaz".

[123] Ver: *Demanda,* p. 170-171. Lancelote é conduzido ao inferno pelas mãos de Genebra, que também habitava os reinos inferiores, juntamente com Morgana, a irmã de Artur.

[124] A preocupação religiosa da obra é notável e, como diz Mário Martins, todos os símbolos aqui contidos carregam significados religiosos evidentes. Ver: Mário Martins, "A Demanda do Santo Graal". In: *Estudos de Literatura Medieval,* p. 40-41.

com base na doutrina. Tal procedimento estende-se, como vimos em alguns momentos, ao terreno da historiografia, em que a interpretação torna-se mais importante do que os eventos históricos propriamente ditos.

A partir do capítulo LXXXI tem início uma espécie de "resumo" de *A Morte do rei Artur*, contida na *Demanda*. É interessante, neste momento em que os relatos coincidem, observar o clima que reina nesta segunda e o que sentimos naquela primeira. Na *Morte*, entramos em um reino de Logres que já parece cansado, ou, como nos diz Yara Frateschi, em uma atmosfera de "fim dos tempos", apocalíptica[125]. Artur está velho (92 anos), todos estão velhos, belos ainda, mas sem a mesma disposição para lutar. Já na *Demanda* isto não aparece de forma tão marcada. Parece que o fim de tal corte, aqui, não representa grande perda. Como a cavalaria mundana praticada até então já pertence a um plano inferior e transitório, o fim do reino de Artur não deve ser lamentado.

Segue-se a cena em que Artur se despede da Excalibur. Gilfrete, após tentar ficar com a espada, finalmente obedece ao pedido do rei e a joga no lago. Ordens cumpridas, Artur pede que ele vá embora e, assim que ele sai, aparece a barca que o levará ferido para junto de sua irmã Morgana. Neste momento os dois relatos apresentam uma diferença crucial. Enquanto no texto da *Morte do rei Artur* fica claro que Artur está morto, uma vez que seu corpo encontra-se na sepultura, na *Demanda do Santo Graal* acontece exatamente o contrário: é afirmado que Artur vive e que sua lápide nada mais abriga do que seu elmo. Antes que seja questionado sobre o paradeiro do rei, o relato nos aconselha a não tentar procurá-lo porque ele não poderá ser encontrado.

[125] Yara Frateschi Viera, "Prefácio" à *Morte do rei Artur*, p. 1-7.

"(...) não é conveniente que alguém saiba a verdade de meu fim, porque assim como aqui porventura fui rei, passarei deste reino porventura, porque ninguém poderá se gabar, doravante, de com certeza saber o que será de mim."[126]

Sem dúvida, a manutenção da esperança na sobrevivência de Artur após sua batalha com Mordred é a grande novidade deste relato e sua maior contribuição para a matéria arturiana. É curioso pensar que, em um contexto em que o rei decresce tanto, é chamado de pecador, diminuído em relação a Carlos Magno e seus cavaleiros rebaixados diante de um novo escolhido - Galaaz -, este último seja mortal, enquanto Artur goze da imortalidade. No entanto, é preciso atentar para o fato de que, neste novo contexto das aventuras do reino de Logres, algo maior se busca do que as "coisas terrenas" e, como a verdadeira glória é a divina, morrer não é um mal, mas sim um presente para quem bem serviu a Deus.

Seguem-se os mesmos acontecimentos relatados na *Morte*: conflito de Lancelote com os filhos de Mordred, morte de Genebra após tomar hábito de monja e vitória final de Lancelote, seguida de sua morte numa ermida. A *Demanda* ainda traz um capítulo a mais que não existe na *Morte,* em que se relata a vingança do rei Mars, que destrói o que sobrou do reino de Logres: a cidade de Camelot, a Távola Redonda e seus assentos, começando pelo de Galaaz, encontrando sua própria morte pelas mãos de Paulas, cavaleiro da linhagem de Bam. Não há mais nada a exaltar das glórias da corte de Artur. Tudo está definitivamente acabado.

A Demanda do Santo Graal é a última obra representativa do ciclo da *Post-Vulgata*. Sem dúvida é uma obra importantíssima para a literatura arturiana, mas não se pode negar que a ascensão de Galaaz e o declínio de Gawain, antes herói tão valoroso, nos conduza ao

[126] *Demanda do Santo Graal: romance do século XIII*, p. 504.

mesmo clima de "fim dos tempos" que a *Morte* da *Vulgata* traz, e que a *Demanda* parece querer desfazer em parte quando afirma que Artur não morreu. Paradoxalmente, a lenda de Artur irá, apesar de tudo, sobreviver, mas a de Galaaz não. Sua presença não se dará mais de forma efetiva em nenhuma outra narrativa arturiana. Já os demais motivos da literatura arturiana serão retomados das mais diversas formas, com aqueles mesmos toques de magia que se tentou apagar no relato da *Demanda do Santo Graal.* Artur sobreviveu, mas não só na narrativa, também ao seu tempo e à própria *Demanda*, para chegar, intocado, até às portas do século XXI.

* * *

O percurso literário de Artur, brevemente descrito nestas obras, conheceu vários momentos desde a sua primeira aparição na *Historia Regum Britanniae.* O rei bretão permanece valente e bravo. Ele é exemplo de realeza rebaixado apenas quando a religião ou o amor cortês se sobrepõem. É fato notório que a matéria arturiana, após ser trabalhada em tantas obras e de tão variadas formas, não se constitui mais da mesma forma como o era na tradição oral céltica ou nos primórdios da historiografia bretã. Por isso é tão importante conhecer seu percurso através dos textos, analisando suas diferenças, adições, supressões, de modo a entender melhor o que foi absorvido pela historiografia ibérica, textos dos quais nos ocuparemos a seguir.

A história de Artur vai sendo recontada de diversas formas e modificada. Não há aqueles a que podemos chamar de "mais verdadeiros" ou "mais históricos", categorias inválidas dentro deste contexto. Cada autor se permite reescrever o mito, pautando-se em seus

próprios conceitos de verdade e de construção do verossímil. Eles afirmam que estão escrevendo fatos reais e que podem "prová-lo" a partir de fontes: textos latinos, manuscritos autênticos que ninguém, além de seus próprios autores, jamais pôde ter em mãos. Definir um texto como histórico ou ficcional para estes homens não é o problema, mas esforçar-se para ser verossímil, sim. E, embora este conceito seja aparentemente amplo demais pelas variações que abarca ao longo dos textos, devemos fazer como diz Bernard Guenée: "*para bem compreender uma obra medieval, é necessário saber em que tipo de obra o próprio autor entendia situar-se*"[127]. Se temos diante de nós um texto que se diz historiográfico, não podemos aplicar nossas leis de verossimilhança ou documentação; basta-nos saber que o autor se pressupõe um historiador e, mais do que isso, que ele não se colocava de modo diferente diante do romancista - termo por eles desconhecido -, pois todos acreditavam que abarcavam a verdade enquanto escreviam, e isso era o que lhes bastava.

[127] Bernard Guenée. "Histoire et Chronique: nouvelles réflexions sur les genres historique au Moyen Age." In: *La Chronique et la histoire au Moyen Age*, p. 3.

CAPÍTULO III:

A Literatura Arturiana e a nascente historiografia romance em Espanha e Portugal

CAPÍTULO III

A Literatura Arturiana e a nascente historiografia romance em Espanha e Portugal

A historiografia na Península Ibérica

Seriam três os historiadores responsáveis pelo início de uma historiografia propriamente hispânica: Hidácio, Bíclaro e Isidoro de Sevilha.

Hidácio teria vivido entre 390 e 470 e, continuando a obra de São Jerônimo, parte do ano de 378 e vai até o de 469, combinando, em seu *Chronicon*, a história geral, a história eclesiástica e a história propriamente hispânica. Este autor introduz uma inovação na cronologia ao impor o uso da "Era hispânica", baseada na data em que Augusto impôs tributo a todos os povos do Império, ao invés de tomar como ponto de partida o primeiro ano dos imperadores ou dos cônsules, sistema usado habitualmente pelos historiadores. Mais do que uma marcação cronológica, a adoção deste sistema revela uma mudança de perspectiva em que o marco inicial dos eventos históricos passa a ser ligada à história do povo hispânico. Já no *Chronicon*, de João de Bíclaro (c. 540 - c. 621), a narração dos fatos tem início no ano de 567, indo até 590. A particularidade de sua obra está em considerar como centro de interesse o reino dos visigodos espanhóis, igualando-o ao império dos romanos em Constantinopla, e relatando a história dos demais povos apenas em suas relações com o império visigodo.

Porém, a figura mais importante no cenário da historiografia hispânica é certamente Isidoro de Sevilha. Homem de grande erudição, conheceu os autores clássicos e chegou a estudar grego, o que lhe permitiu a consulta direta de algumas obras antigas. Suas principais obras são a *História dos Godos, Vândalos e Suevos*; o *Chronicon* ou *Chronica Mundi*; e as *Etimologias*.

Para a historiografia espanhola, a obra mais importante é sua *Historia Gothorum, Wandalorum et Suevorum* (c. 624). Iniciando no ano de 176 e indo até 628, essa obra

> *"constitui um verdadeiro tratado no qual aparece claramente o sentimento de um povo particular, o visigodo, herdeiro de Roma e liberado da tutela imperial. É a história de um povo identificado com a Hispania, presidida por uma concepção concreta e particularista que substitui definitivamente a concepção abstrata e universalista do império, própria da tradição romana. Nesta obra a 'Gothia' suplanta a 'Romania' como objeto principal e quase único de tema historiográfico. Centra-se especialmente nos acontecimentos dos godos e anexa depois, como apêndice, as histórias dos vândalos e dos suevos. (...) Isidoro de Sevilha inaugura um tipo de historiografia com plena independência do império, independência devida à consideração de que os destinos da Península estavam indissoluvelmente ligados aos dos godos, que haviam instaurado uma monarquia poderosa e alcançado a unidade religiosa e territorial. (...) é um elogio constante ao povo godo e um canto à primeira monarquia espanhola."*[128]

Suas demais obras também têm importância dentro do contexto hispânico. A *Chronica Mundi* é uma história universal nos moldes de Eusébio-Jerônimo, relatando eventos ocorridos até o ano de 615 (treze anos a menos do que na *Historia Gothorum*), convertendo-se também em uma crônica nacional ao tratar de fatos essencialmente hispânicos mais próximos cronologicamente. Suas *Etimologias*, escritas a pedido de São Bráulio, bispo de Zaragoza, são um "repertório do conjunto do saber antigo, pagão e cristão, conhecido no século VII e que transcende por seu caráter doutrinal e de compilação de conhecimentos."[129] Por último, temos seu *De viris illustribus*, biografias de escritores

[128] Orcástegui e Serasa, *Op. Cit.*, p. 79.
[129] Orcástegui e Serasa, *Op. Cit.*, p. 80.

hispânicos até o ano de 620. Houve uma grande difusão de seus escritos por vários países da Europa, primeiro da Espanha à França e, através dos monges irlandeses, ao resto da cristandade.[130]

No período que antecede o milênio, a historiografia ganha a contribuição valiosa dos muçulmanos, cujo material histórico virá preencher "boa parte do vazio historiográfico produzido no mundo cristão ao sul do Pireneus"[131]. A *Historia Wambae*, composta por Julião de Toledo, será a última historiografia executada sem a influência hispano-muçulmana, que se dará muito fortemente na *Crônica Bizantino-Arábica* (741) e na *Crônica Moçárabe* (754).

Nos domínios cristãos, é no reino de Astúrias que, a partir de Afonso II, surge uma nova atividade historiográfica no momento da resistência à invasão islâmica. Com a escrita da relação dos primeiros monarcas das Astúrias tem-se o primeiro material para os *Anais* que surgirão posteriormente e que se bifurcarão em dois ciclos distintos: o *Compostelano* (de Compostela) e o *Conimbricense* (de Coimbra). Do primeiro fariam parte obras como o *Chronicon* e o *Chronicon Iriense*; do segundo (*Anales Portugalenses Veteres*), o *Chronicon Alcobacense*, o *Cronicon Conimbricense* e o *Cronicon Lamecense*, continuados até o século XII.

Em Castela, no século X, favorecidos pelas primeiras iniciativas ao longo do reinado de Afonso III (886-910), surgem os *Anales Castellanos* primeiros e segundos. Os "primeiros" relatam desde a chegada do Islã na Península até o reinado de Ramiro II (939); os

[130] Orcástegui e Serasa, *Op. Cit.*, p. 80.
[131] Orcástegui e Serasa, *Op. Cit.*, p. 124.

"segundos" resumem os anteriores e completam o relato a partir de 989, indo até o século XII.

O *ciclo de Afonso III* reúne todas aquelas obras historiográficas, tendo como ponto comum o manifesto empenho em consolidar a monarquia asturiana, a partir de Afonso II, insistindo na idéia da linhagem goda dos primeiros caudilhos. Esta preocupação com a sucessão dinástica é recorrente na historiografia do ocidente, o que se torna patente na abundância de referências genealógicas (e matrimoniais) que acabam fazendo destes relatos uma junção de biografias.

As crônicas que compõem o ciclo de Afonso III têm como eixo principal o processo político, descrevendo a sucessão das dinastias e colocando os fatos bélicos, as notícias eclesiásticas e eventos particulares relativos à vida dos reis como matéria invariável destes relatos. O heroísmo dos nobres é exaltado, assim como a igreja e sua intervenção que, em alguns momentos, chega a ser o ponto central da narrativa. Resumidamente,

> *"as crônicas asturianas falam das fundações eclesiásticas de Afonso II, das obras pias de Ramiro I ou da magnanimidade de Afonso III para com a igreja de Astúrias. Mas não deixam de assinalar, por sua vez, a participação ativa destes soberanos nos feitos de armas como uma das atribuições mais visíveis e absorventes da condição régia; condição que supõe a chefatura de um exército."*[132]

A *Crônica Profética* narra a profecia do fim do poder muçulmano na Espanha; já os eventos narrados pela *Crônica de Afonso III* (884) vão de Wamba (672) a Ordoño I (866), e sua composição, marcada por um latim pouco cuidado e arcaico, remete muitas vezes à tradição oral, "com predileção pelas fábulas e milagres que refletem um fundo popular mais que uma preocupação em imitar as obras clássica."[133] A *Crônica de Sebastião* - assim

[132] Orcástegui e Serasa, *Op. Cit.*, p. 128.
[133] Orcástegui e Serasa, *Op. Cit.*, p. 131.

chamada porque há em seu início uma carta endereçada a um bispo com este nome - seria uma versão mais cuidada da *Crônica de Afonso III*; a *Crônica Pseudo-Isidoriana* (c. 1000) descreve uma história da Espanha desde a Antigüidade até a invasão muçulmana (711), tendo como uma de suas fontes a *Crônica do Mouro Rasis*, além das obras de São Jerônimo, Orósio, Isidoro de Sevilha, Juan de Bíclaro e a *Crônica Moçárabe de 754*. A *Crônica Pseudo-Isidoriana* é a primeira a apresentar a lenda de Witiza e da filha do conde D. Julião, com referência posterior a D. Rodrigo como último rei godo.

Os séculos XI e XII são tidos como os "séculos de ouro" da historiografia medieval, contando com nomes como Raul Glaber, Sigeberto de Gembloux, Guilherme de Malmesbury e Oton de Freising. Porém, a atividade historiográfica peninsular não chega a ser notável. O primeiro escrito historiográfico do período é a *Crônica de Sampiro*, composta no ambiente astur-leonês e cujo autor foi notário real de Vermudo II, mordomo de Afonso V de Leão e bispo de Astorga entre 1035 e 1041.[134] Trata-se de uma ampliação da *Crônica de Afonso III*, executada em um latim claro e simples, que servirá como base para a maior parte das compilações do século XII.

Durante o século XII, as crônicas espanholas começam a afastar-se do tipo de esquema que as caracterizava desde as primeiras crônicas da Reconquista. Agora não só os reis fazem parte dos relatos históricos, mas outros personagens da realidade hispânica, a fim de ampliar o horizonte dos leitores, à maneira das crôncas muçulmanas. Outras obras que merecem consideração neste período são a *Historia Silense*, a *Crônica de D. Pelayo* e a *Najerense*.

A *Historia Silense* é a primeira obra importante escrita nos domínios castelhano-leoneses. Seu autor deve ter sido um monge de Santo Domingo, que a compôs

provavelmente na segunda década do século XII. Suas fontes principais são, além dos escritos de Isidoro de Sevilha, a *Historia de Wamba*, a *Crônica de Afonso III,* a *Crônica de Sampiro*, além da *Nomina Regia* e da incorporação de tradições locais, histórias árabes e gestas poéticas para a descrição das campanhas de Afonso III e Ordoño II. A *Historia Silense* também influenciará de maneira direta a *Najerense* e, já no século XIII, a obra de Lucas de Tui, o Tudense, que incorporarão literalmente vários trechos daquele texto.

Na *Crônica de D. Pelayo* a inovação fica por conta do uso do nome "Espanha": agora tal termo refere-se mais especificamente, na maioria de suas menções, à parte cristã, dominada pelos reis conquistadores. Esta crônica, muito menos rica em dados e de menor valor histórico[135], abarca o período que vai de Vermudo (982) até a morte de Afonso IV (1109).

Já a *Crônica Najerense* é a obra que alcança a maior envergadura no período. Trata-se de uma história universal (desde a origem do mundo até a morte de Afonso IV em 1109), que depois tem continuidade como um relato nacional, narrando a época visigoda e o reino castelhano-leonês, dando maior ênfase ao lado castelhano - o que a diferencia das crônicas anteriores -, e incorporando temas lendários procedentes de fontes épicas, tais como a lenda de Fernão Gonzales ou a dos filhos de Sancho, o Maior que daria origem à divisão dos reinos.[136]

Também deste período, a *Chronica Adelfonsi Imperatoris* conta a história de um só reinado, o de Afonso VII rei de Leão e Castela entre 1126 e 1157. Muito provavelmente composta por "um toledano que escrevia em Leão ou de um leonês que escrevia em Toledo"[137], foi concluída em meados do século XII. Ao contrário da *Najerense*, aqui o

---

[134] Orcástegui e Serasa, *Op. Cit.*, p. 197.
[135] Orcástegui e Serasa, *Op. Cit.*, p. 199-201.
[136] Orcástegui e Serasa, *Op. Cit.*, p. 203. Ver também Carlos Alvar, "Épica". In: Alvar, Carlos, Gómez Moreno, Ángel. *La poesía épica y de clerecía medievales*, p. 32-67.
[137] Orcástegui e Serasa, *Op. Cit.*, p. 203.

sentimento "castelhanista" dá lugar a um sentimento "leonês" mais acentuado. No primeiro livro trata das questões surgidas com reis cristãos, detalhando as campanhas militares que se seguirão contra os muçulmanos; no segundo livro ocupa-se da luta propriamente dita contra os muçulmanos. Esta divisão é uma novidade na historiografia espanhola, permitindo ao autor tratar do papel exercido pelo rei nestes eventos a fim de implantar a sua autoridade. "A inclusão de relatos poéticos permite (...) fazer o texto agradável e atrativo, perdendo a rigidez de outras obras anteriores submetidas aos cânones estreitos e rigorosos da mera justaposição de eventos ocorridos."[138]

Além das obras acima citadas, são realizados também alguns *Anais* latinos. Alguns, como as *Crônicas Anônimas de Sahagún* e os *Anales Compostelanos* são interessantes não só para a história castelhana, mas também para a história de Navarra e Aragão. Em Portugal, onde se segue adicionando notícias aos cronicões *Conimbricense* e *Lamecense*, começa-se a redigir o *Chronicon Lusitanum* que alcança 1184, um ano antes da morte do primeiro rei de Portugal, do qual faz uma verdadeira apologia.

Pode-se dizer, em suma, que a historiografia espanhola deste período tem pouca importância quando comparada com aquela que aparece em toda a Europa. Será somente no século XIII que veremos um avanço real na escrita destes tipos de textos na Península, relembrando os áureos tempos de Isidoro de Sevilha. A pouca contribuição que oferece será a execução de algumas biografias de personagens que não faziam parte da realeza, como o Cid Campeador; é na escolha dos temas, portanto, que se mostra algum tipo de inovação.

[138] Orcástegui e Serasa, *Op. Cit.*, p. 204.

A historiografia peninsular a partir do século XIII

A partir do século XIII a historiografia ibérica voltará a ter o brilho e relevo que alcançara no século VII, equiparando-se ao resto da Europa, que já nos dois séculos anteriores mantinha uma atividade historiográfica bastante produtiva. Estas obras historiográficas peninsulares, no entanto, não chegam a estender sua influência aos demais países do continente, nem tomam como exemplo autores não peninsulares.

Os vários reinos que constituem a Península acabam executando produções historiográficas próprias e sem relações entre si. No domínio castelhano-leonês permanecerá o estilo da crônica universal, que serve de proêmio à crônica nacional, uma espécie de "historiografia mista", tal como se pratica na Inglaterra, por exemplo. O maior exemplo deste tipo de escrito é a obra de Lucas de Tui, o Tudense, e seu *Chronicon Mundi*. Esta obra tem como início uma síntese dos escritos isidorianos, descrevendo depois os últimos séculos visigodos, a resistência ao Islã, chegando até a Reconquista de Córdoba em 1236. Trata-se de uma história oficial leonesa, encomendada por Dona Berenguela, mãe de Fernando III.

No domínio castelhano, aparecerá uma série de obras, tanto em língua romance quanto em latim, colocando este reino como eixo da história peninsular, uma vez que suas narrativas descrevem os demais reinos ibéricos, sempre relacionando-os ao castelhano. É exemplo deste tipo de escrito a obra de Rodrigo Ximenez de Rada, o Toledano, *Rerum in*

Hispania gestarum Chronicon ou *De Rebus Hispaniae*, "que recolhe herança historiográfica leonesa, submetida a uma cuidadosa e intencionada castelhanização."[139]

Ximenez de Rada foi arcebispo de Toledo e bispo de Osma, além de um político influente. Nos primeiros anos do século XIII serviu como intermediador entre os reis de Leão, Castela e Navarra e foi conselheiro de Afonso VIII de Castela. Diferentemente da obra de Lucas de Tui, sua *De Rebus Hispaniae* é uma história nacional, sem grandes referências à história universal, exceto em alguns capítulos em que há menções a povos que tiveram algum tipo de relação com seu reino. O autor apresenta as genealogias dos reis navarros, aragoneses e portugueses, com ênfase na monarquia astur-leonesa-castelhana. Sua maior inovação está no fato de o autor não ter copiado textos precedentes, mas sim os submetido a uma reinterpretação pessoal, "inserindo as fontes utilizadas em um conjunto estruturado, entre os quais figuram textos árabes - como por exemplo *Rasis* - e até mesmo fontes poéticas, francesas e espanholas."[140]

Há que se destacar, porém, a imensa contribuição para a historiografia que surge com a composição de outra obra: a *Primeira Crônica Geral* de Afonso X. A obra está dividida em duas partes, a primeira indo até a conquista muçulmana e a segunda de Pelayo a Fernando III. Desta segunda parte fizeram-se duas versões: a oficial e a vulgar. Nela são os reinos leonês e castelhano o eixo da história hispânica e a história universal não é mencionada.

A partir da *Primeira Crônica*, muitos outros textos se encarregarão de ampliá-la e refundi-la até o século XVI: a *Crônica de 1344*, as *Três Crônicas* dos reinados de Afonso X, Sancho IV e Fernando IV (1252-1312), a *Crônica de Afonso XI* (1312-1340) e

[139] Orcástegui e Serasa, *Op. Cit.*, p. 227.
[140] Orcástegui e Serasa, *Op. Cit.*, p. 228.

abreviações como a *Crônica dos vinte reis*, a *Crônica dos reis de Castela* e a *Terceira Crônica Geral*.

A corte de Afonso X e a historiografia em língua romance

Afonso X (1252-1284), também chamado "O Sábio", destacou-se pelo acolhimento, em sua corte, de um grande número de eruditos de diversas origens. Foi autor também de várias traduções para o castelhano de diversas obras árabes, como *Calila e Dimna*, *Sendebar* ou *Libro de los enganos et de los usayamientos de las mujeres*. Seu interesse pela astronomia o fez redigir as *Tablas astronómicas*, compiladas a partir de Al-Zanqali de Córdoba e os *Libros del saber de astronomía*. Além disso, Afonso supervisionou a tradução de diversos outros tratados - também do árabe - de astronomia e xadrez, como o *El libro de Ajedrez, dados e tablas*, no qual fala dos benefícios que traziam ao corpo os jogos e o esporte.

Encarregou-se, no início de seu reinado, de levar adiante a tarefa de seu pai, Fernando III, de consolidação dos códigos legais, os *fueros*. Completou, assim, o *Setenario*, seleção de leis retiradas dos *fueros* e trabalhou no *Fuero real*, baseado no *Fuero juzgo* visigótico. Dirigiu o *Espéculo de las leyes*, mas sua obra-prima nesta área são as *Siete Partidas* que serviram como base para a lei hispânica, existindo vestígios deste escrito em textos legais da América espanhola e até dos Estados Unidos[141]. É notável também sua obra poética, em que se destacam as *Cantigas de Santa Maria*, compostas em galego-português, além de obras satíricas.

[141] Sheila Ackerlind. *King Dinis of Portugal and the Alfonsine Heritage*, p. 15.

O "Rei-Sábio", além de ser o empreendedor de obras tão diversas em seu conteúdo, também pode ser considerado o criador da prosa castelhana ao optar por esta língua na redação de seus compêndios históricos - a *Primeira Crônica de Espanha* e a *General Estoria*-, em uma época em que o latim era visto como a única língua com autoridade e dignidade para se redigir documentos, relatos históricos e livros doutrinais[142].

A *Primeira Crônica Geral de Espanha* deve ter sido concluída por volta de 1270, sendo citada diversas vezes na *General Estoria*. Nesta *Primeira Crônica Geral de Espanha* não são nomeados os tradutores e colaboradores do autor, o que também ocorre na *General Estoria*, com exceção da menção de Martin Perez de Maqueda, citado na parte IV desta obra. Somente há a menção da autoria do texto, no prólogo, atribuindo-a a Afonso X, sendo que esta obra conhece uma continuação após a morte do rei[143].

Quanto à *General Estoria*, esta é a mais antiga história universal escrita em língua românica. Um projeto gigantesco que pretendia traçar uma história completa do mundo (como se explicita no prefácio escrito pelo próprio Afonso X), na qual o rei trabalhou desde 1272 até sua morte, em 1284. Foram utilizadas como fontes a *Bíblia*, os poetas latinos, compêndios medievais em latim dos poemas de Homero, autores franceses, árabes e alguns da latinidade cristã como Paulo Orósio[144]. Ela incorpora também a *Historia Regum Britanniae* de Geoffrey de Monmouth, da qual aproveita a genealogia dos reis da Bretanha, além do episódio da fundação mítica da ilha por Brutus. De acordo com Menéndez-Pidal,

[142] J. L. Alborg, *Historia de la Literatura Española*, p. 154. Sobre isso ainda diz Ramón Menéndez-Pidal: "Alfonso el sabio (...) quiere que la ciencia llegue a todas las gentes de su reino" ("Apêndice" à *Primera Crónica General de España*, vol. II, p. 851).
[143] Menéndez-Pidal, *Op. Cit.*, p. 857.
[144] R. Lorenzo, "Geral Estória". In: *Dicionário da Literatura Medieval Galego-Portuguesa*, p. 292.

estas fontes não foram somente traduzidas pela equipe alfonsina, mas incorporadas pelas suas obras com "originalidade"[145].

Já segundo Solalinde, a crença no maravilhoso e a fé religiosa seriam os itens que constituiriam a "esquemática interpretação da história universal segundo o rei a concebia"[146], conforme o costume nos escritos historiográficos de seu tempo. A escrita de um texto como esse, portanto, serviria para manter a ordem harmônica do universo criado por Deus, o qual deve ser louvado sempre por sua obra perfeita. No entanto, podemos ver que Afonso X não só se insere perfeitamente no modo de pensar dos historiadores de seu tempo, mas vai além, pois sua obra constitui-se a partir de uma tentativa visível de mostrar-se mais "compreensiva" com relação aos outros povos e civilizações que não os do século XIII. Haveria, assim, na obra afonsina, sobretudo na *General Estoria*, da qual aqui nos ocuparemos, não só uma grande contribuição na veiculação da tradução de obras pouco acessíveis como os compêndios árabes ou mesmo latinos - que já não podiam ser compreendidos pela maior parte das pessoas naquele momento -, mas também o início de uma modificação na estrutura dos textos da história universal compostos na Idade Média. De igual modo, expressões como *"era entonces en uso"*, *"en el tempo antíguo tal costumbre solié seer"* são marcas textuais de um esforço de demarcar um decurso de tempo, sem simplesmente apenas enumerar povos, descrevendo-os tal como se vivessem na época de seu narrador.

Para Francisco Rico, a *General Estoria* constitui um esplêndido "espelho da Espanha do século XIII":

[145] Menéndez-Pidal, R. *Op. Cit.*, p. 852.
[146] A. Solalinde, Introdução à *General Estoria,* I, p. X.

"Por suas páginas desfila uma variada caravana: os leprosos que pedem esmola fazendo soar as tablillas (GE, I, p. 534)*; o professor que repassa uma lição diante de seus alunos, à espera de perguntas* (p. 707)*; os que fazem promessa de recluir-se no claustro por uns anos* (p. 617)*; os peregrinos a Santiago, Rocamador, Santa María de Salas, Roma, Jerusalém (GE,* II, p. 255)*; os devotos que 'comiendan sus bestias a Sant Antón, e los ganados a Sant Pastor e las gargantas a Sant Blas, quando espina o huesso les fiere ý, o alguna exida' (GE,* I, p. 607)*; os "imagineros" que talham e vendem, e os artesãos que fazem filigranas de "orebzía" ou ourivesaria* (p. 89, 21)*; os agonizantes, no leito de morte* (p. 684)*, e tantos mais. Assim se evocam os vestidos de noiva* (568) *e os duelos* (p. 257, II, p. 1; 172)*; as disputas entre os mouros (GE,* I, p. 289) *e os convites às confrarias castelhanas* (p. 503)*; 'los arcos e los caualiellos e los otros estrumentos de las alegrías de la fiesta de Sant Johan e de Sant Pedro, que dizen de los arcos e la pala'(GE,* II, p. 164)*; o batizado das naus* (p. 59)*; as cantigas de escárnio e as de encômio (GE,* II, p. 37)*; a domação dos cavalos de combate (GE,* I, p. 563)*; a escrita 'de los godos [...] a que llaman agora letra toledana, e as antigua, e non qual la que agora fazen'* (p. 167)*, e uma grande quantidade de outros deliciosos particulares. Si a tudo isso se somam os freqüentes comentários sobre a moral, a religião ou a sociedade, haverá que conceder que o enfoque até um hoje, a partir de um aqui e agora, apartado o fato de não atentar contra o sentido da história, enriquece sobremaneira a obra afonsina precisamente enquanto tal história: não há mera crônica ou registro, mas sim cabal e proficua história."*[147]

Da *General Estoria* chegaram até nós seis partes, das quais apenas quatro estão completas, e uma versão galego-portuguesa da *Primeira Crônica Geral,* que servirá de inspiração ao início da historiografia também no território português. Voltaremos à historiografia afonsina após uma breve apresentação do quadro português do período, no que se refere ao tema.

A contribuição de Pedro de Barcelos à historiografia portuguesa

A primeira obra do gênero, publicada por D. Pedro entre 1340 e 1344, será um *Livro de Linhagens*, em que se aproveitam, além de nobiliários anteriores, informações recolhidas na *Primeira Crônica Geral de Espanha,* obra de seu bisavô Afonso X. Estas informações

[147] Francisco Rico, *Alfonso X y la "General Estoria"*, p. 95-96.

serão definitivamente incorporadas ao verdadeiro projeto cronístico do Conde D. Pedro quando este idealiza, por volta de 1344, a sua *Segunda Crônica Geral de Espanha* (ou *Crônica de 1344*), na qual narram-se os eventos ocorridos desde a criação do mundo até o reinado de D. Afonso IV de Portugal (1321-1357)[148]. As semelhanças com a obra afonsina são muitas, mas o que sobressai é essa necessidade manifesta de "alargar o horizonte histórico"[149] através da inserção de elementos internacionais.

Os *Livros de Linhagens* não são exatamente relatos cronísticos, uma vez que na listagem das genealogias dos nobres estão ausentes as datas, o que não retira delas seu grande interesse historiográfico[150]. Chegaram até nós três Livros de Linhagens: o *Livro Velho* ou *Primeiro Livro*[151], escrito em português no mosteiro de Santo Tirso após 1282 (formado talvez por cinco partes, embora conheçamos apenas duas); o *Livro do Deão* (1337-1340)[152], obra que se afasta da oralidade do *Livro Velho* e evita as digressões lendárias, ainda que faça algumas alusões a estas; e, por fim, o *Livro de Linhagens* do Conde D. Pedro, de cerca de 1340. Este livro será de fundamental importância para este estudo, uma vez que, ao contrário da *Crônica de 1344*, ele incorpora integralmente as genealogias contidas na refundição navarra do *Liber Regum* que Diego Catalán denomina *Livro das Gerações* (1260-1270)[153]. Desta obra D. Pedro teria retirado as informações contidas na *Historia Regum Britanniae*, que teriam, por sua vez, sido incorporadas pelo autor do *Livro das Gerações* através do *Roman de Brut*, de Wace.

---

[148] Oliveira Marques, *Op. Cit.*, p. 71.
[149] Cintra, *Op. Cit.*, p. CDXVII. É importante não perder de vista as observações de Philippe Ariès (capítulo I) no que concerne à possibilidade de abarcar todos os fatos do mundo.
[150] A. J. Saraiva. *O Crepúsculo da Idade Média em Portugal*, p. 153.
[151] Designações adotadas respectivamente por José Mattoso e Lindley Cintra (Saraiva, *Op. Cit.*, p. 154).
[152] Mattoso defende a hipótese de que este *Livro do Deão* seria um resumo da primeira versão perdida do *Livro de Linhagens* de Pedro de Barcelos, hipótese refutada por A. de Almeida Fernandes em 1990.
[153] Diego Catalán, "Estudio Historico" da *Crônica de 1344*, Vol. I, p. LVI.

As relações de parentesco eram muito importantes na Idade Média, tanto para a monarquia e a nobreza quanto para os clérigos, pela necessidade do conhecimento de suas origens, afinidades e consangüinidades[154]. Antes de qualquer outra coisa, portanto, o conhecimento das genealogias possuía um papel político evidente, como vimos na corte plantageneta. D. Pedro de Barcelos, em seus escritos genealógicos, buscava fornecer subsídios para reafirmar a hierarquização social e convencer os membros da nobreza hispânica da necessidade de se promover uma espécie de solidariedade ("amizade") entre eles com base no parentesco, que os deveria aproximar[155].

A *Crônica de 1344*, obra posterior ao *Livro de Linhagens* se dividiria, em sua redação original, entre a concepção genealógica e a cronística da história. Será somente no momento em que a obra passar a relatar o reinado de Ramiro I que haverá uma efetiva narração cronística, e não mais estritamente genealógica, ainda que este modo de narrar não desapareça por completo na obra. Sua fonte básica é a *Versão Galego-Portuguesa da Crónica Geral de Espanha,* uma espécie de versão ampliada da *Crónica Geral* de Afonso X, segundo Cintra[156]. As genealogias teriam tomado como base a *Crônica do Mouro Rasis*, do historiador cordobês Ahmad al-Razi, do século X, traduzida do árabe por volta de 1315, "uma animada novela histórica"[157] que apresenta também uma descrição geográfica da península, a história das últimos reis godos, da invasão muçulmana e dos emires de al-

[154] Ver: José Mattoso, *História de Portugal*, Vol. 2, p. 190. A este respeito, são bastante importantes também os diversos trabalhos de G. Duby sobre a nobreza medieval (ver bibliografia).
[155] Mattoso explica o papel conciliador que exerceu o Conde D. Pedro durante a guerra civil de 1320-1324. Ver: "A literatura genealógica e a cultura da nobreza em Portugal (s. XIII e XIV)". In: *Portugal Medieval: novas interpretações*, 2ª ed., p. 314. No Prólogo do seu *Livro de Linhagens* o Conde D. Pedro esclarece os propósitos de sua obra.
[156] Para Cintra, esta distinção entre a Primeira Crônica Geral e esta "versão ampliada" é fundamental, uma vez que se apresentam de forma independente e divergente no relato de alguns acontecimentos. Cintra, *Op. Cit.*, p. CCCLXI.
[157] A. J. Saraiva, *Op. Cit.*, p. 160.

Andaluz; também são incorporados dados da *Crónica de Castilla*, que trata desde o reinado de Fernando I (1037) até a morte de Afonso IX de Leão (1230), ou seja, da definitiva união entre os reinos de Leão e Castela; da *Crónica Portuguesa de Espanha e Portugal*, incorporada através da IV parte das *Crônicas Breves de Santa Cruz*; e, finalmente, também foi utilizada pelo Conde D. Pedro, na execução da sua *Crónica*, o *Liber Regum*, o que faz com que se retome o esquema das seis idades estabelecido por Agostinho e incorporado por Santo Isidoro, cuja produção historiográfica serve de base, como vimos, para os primeiros compêndios castelhanos.

As duas edições que se possui atualmente da *Crônica de 1344* - a primeira feita por Lindley Cintra e a segunda por Diego Catalán e M. Soledad Andrés - diferem-se e se complementam ao mesmo tempo. Cintra pretendia, na sua edição, reconstruir uma edição *X portuguesa (que teria sido a segunda redação do texto tal como escrito por Pedro de Barcelos - protótipo *Y - e que não chega até nós), tomando como base os manuscritos L, P e castelhanos. Já a edição de Catalán-Andrés utiliza o manuscrito M e sua intenção é aproximar-se do que teria sido a versão *N[158]. Não há qualquer manuscrito em português que tenha sobrevivido, somente chegaram até nós versões castelhanas da *Crônica*, mas que teriam sido, certamente, traduzidas de um original em português do qual não se tem vestígios[159].

Como este estudo prioriza a análise dos textos históricos peninsulares que incorporam narrativas arturianas, não nos dedicaremos ao exame deste importante relato que é a *Crônica de 1344*, na medida em que somente no manuscrito M (portanto, edição de

---

[158] Para uma melhor compreensão dos manuscritos e suas derivações, ver esquema nos anexos.
[159] Maiores detalhes sobre a incontestável autoria de Pedro de Barcelos encontram-se no estudo de Cintra, na Introdução ao texto da *Crônica de 1344*, volume I.

Catalán, embora também citada nos anexos da edição de Cintra) aparece uma rápida informação acerca dos sucessores de Artur, coincidente com o mesmo trecho do *Livro de Linhagens* e do qual não nos ocuparemos por se tratarem de eventos posteriores a Artur e, por isso, pouco relevantes na composição do personagem e de sua literatura.

Outra crônica que também terá como uma de suas fontes a *Historia Regum Britanniae* através do *Livro das Gerações* é a *Crônica de 1404*. Constituída de quatro partes desiguais, na sua primeira parte apresentam-se os eventos ocorridos desde a criação do mundo até a chegada dos godos à Península, com o apoio de várias fontes, inclusive o texto de Geoffrey de Monmouth e a *Primeira Crônica General* de Afonso X. Catalán, na sua edição da *Crônica de 1344*, faz uma análise comparativa entre esta *Crônica de 1404*, o *Livro das Gerações* e o *Livro de Linhagens* quanto às passagens em que se reconhecem fontes comuns[160].

Como nosso interesse centra-se nas fontes arturianas incorporadas largamente pelo *Livro de Linhagens*, esta será a obra sobre a qual nos debruçaremos mais detidamente no próximo capítulo.

A introdução da Matéria de Bretanha na Península Ibérica

Ao que tudo indica, a Matéria de Bretanha seria conhecida na Península Ibérica desde 1170, aproximadamente, quando o trovador catalão Guerau Cabrera mostrava-se já familiarizado com as personagens arturianas. Disseminada pela Inglaterra mais precisamente no final do século XII (embora tenha sido composta por volta de 1136), a

[160] Ver: Catalán, "Apêndices" da sua edição da *Crônica de 1344*, p. 215-337.

Historia Regum Britanniae já devia ser conhecida na Península Ibérica, de forma direta ou indireta, no início do século XIII, por volta de 1219, o que se conclui por uma breve e um tanto deformada menção ao rei Artur nos *Anales Toledanos Primeros*[161].

Nos estudos sobre a forma como ocorreu a introdução da obra de Monmouth (e, portanto, da literatura arturiana) na Península Ibérica, apontam-se várias hipóteses, dentre elas a de W. Entwistle, de que o casamento entre Leonor de Aquitânia - filha de Henrique II Plantageneta - e Afonso VIII, em 1170, teria sido uma ocasião possível para o conhecimento da *Historia Regum Britanniae* que, como já sabemos, foi uma das obras mais copiadas da Idade Média.[162] Lloyd Kasten afirma a pertinência da hipótese, mas aponta a pouca possibilidade de verificação da mesma, optando pela idéia de que tenha havido um empréstimo, junto a algum mosteiro que manteria uma cópia da obra em seu poder, uma vez que tal prática era bastante recorrente da Idade Média.

No que diz respeito à veiculação dos ciclos de romances na Península, muito provavelmente o ciclo da *Vulgata* parece não ter conhecido versões portuguesas, sendo este conhecido apenas em catalão e castelhano através de traduções incompletas, inseridas em outros textos. O ciclo de *Tristão* foi pouco difundido e houve aparição de algumas versões em catalão, aragonês, castelhano e galego-português. Já o ciclo da *Post-Vulgata* apresenta uma quantidade abundante de manuscritos no ocidente peninsular, em contraposição à sobrevivência de versões francesas das quais, notoriamente, eles teriam sido traduzidos. Tal inexistência de manuscritos coloca a Península Ibérica em um lugar privilegiado nos

[161] M. R Lapa, *Lições de Literatura Portuguesa: época medieval*, p. 205; e Lloyd Kasten, "The utilization of the *Historia Regum Britanniae* by Alfonso X". *Hispanic Review*, 38 (5), 1970, p. 97. Não confundir com a obra de Rodrigo Ximenez de Rada, o *Toledano*, escrita após 1236.

[162] Com cerca de 200 manuscritos, segundo Bernard Guenée em sua obra *Histoire et culture historique*, p. 250. Ver nota 49.

estudos arturianos, uma vez que as traduções em língua portuguesa e castelhana são os únicos testemunhos de todo um ciclo de romances[163].

Acerca da introdução deste ciclo de romances na Península Ibérica, tem-se o esclarecedor artigo de Ivo Castro[164], em que este apresenta uma série de elementos de ordem histórica para corroborar a hipótese de que a primeira tradução peninsular de uma obra do ciclo da *Post-Vulgata* foi feita por um português, amigo de Afonso III, o Bolonhês (hipótese esta formulada por estudiosos como Carolina Michäelis, José Joaquim Nunes e Manuel Rodrigues Lapa). Castro coloca a Península Ibérica como incontestável local de difusão daquele ciclo de romances já por volta de 1245-1279, ou seja, muito próximo ao período em que se teriam dado as versões originais do ciclo (1230-1240).

> *"(...) uma tradução feita nas décadas imediatas só poderia ter por base um manuscrito extremamente chegado ao original, o que conferiria a esse arquétipo do ramo peninsular uma enorme antigüidade e uma autoridade superior à da maioria dos testemunhos que constituem a tradição manuscrita francesa do ciclo."*[165]

Uma vez que já nos ocupamos em analisar a obra mais representativa da *Post-Vulgata* na Península Ibérica - a *Demanda do Santo Graal* -, deter-nos-emos agora na apreensão desta Matéria de Bretanha na Península através dos escritos historiográficos, ou seja, em seu uso enquanto fonte da historiografia.

---

[163] Há que se destacar aqui a polêmica estabelecida entre estudiosos castelhanos e portugueses a fim de provar a supremacia do texto português sobre o espanhol (e vice-versa) da *Demanda do Santo Graal*. Traços lingüísticos e literários aproximariam mais a tradução portuguesa de um original francês, ao qual não temos acesso. Além disso, "portuguesismos" presentes, segundo Lapa, na edição castelhana, indicariam o parentesco desta com o manuscrito português e não com o original em francês. Ver: M. Rodrigues Lapa. *Lições de Literatura Portuguesa: época medieval*, p. 235.

[164] "Sobre a data da introdução na Península Ibérica do ciclo arturiano da *Post-Vulgata*". In: *Boletim de Filologia*, 28, fasc. 1-4, 1983, p. 81-98.

[165] Ivo Castro, *Op. Cit.*, p. 83.

A *General Estoria*, de Afonso X, e a recuperação do elo entre Artur e o mundo antigo

> *"El rey faze un libro non por quel él escriva con sus manos, mas por que compone las razones d'él, e las emienda e yegua e endereça, e muestra la manera de cómo se devem fazer; e desi escrívelas qui él manda; pero dezimos por esta razón que el rey faze el libro".*
>
> (Afonso X, *General Estoria*, I, p. 477).

O intento de Afonso X, também chamado "O Sábio", ao idealizar a *General Estoria*, era produzir uma completa história do mundo, o que ele mesmo explicita no seu prefácio à obra.

Este intento de levar a cabo uma história que abarcasse todos os acontecimentos do mundo estaria calcado, segundo Francisco Rico, em um determinado conceito de saber que orientava o Rei Sábio: o saber, aqui, é visto como "totalidade", coerente com um universo hierarquizado, um círculo que enlaça o homem com o mundo e com Deus e que pode traçar-se a partir de qualquer um deles, em qualquer sentido, para levar aos restantes e empreender o processo novamente.[166] Conforme já vimos, a historiografia guarda, neste momento, uma profunda relação com o divino, na medida em que serve para mostrar os feitos dos homens e, mais do que isso, evidenciar a obra de Deus enquanto criador deste universo em que os estes feitos estão inseridos. Assim, *"cada uno, quanto más a del saber*

[166] Francisco Rico, *Op. Cit.*, p. 142.

e más se llega a el por estudio, tanto más aprende e crece e se llega por ende más a Dios."[167]

Infelizmente, ainda que tenha trabalhado com muito empenho e com a ajuda de diversos colaboradores que com ele recolhiam, selecionavam, traduziam e compilavam todo o material aos quais conseguiam ter acesso, o rei acaba morrendo sem ver seu projeto finalizado[168]. Ao que consta, Afonso X trabalhou na *General Estoria* de 1272 até 1284, ano de sua morte. No entanto, ainda que tenha chegado até nós uma obra incompleta, não só pela morte do autor, mas pela não localização de todos os seus manuscritos, é inegável que se trata de um importante documento histórico, tanto para os domínios de língua castelhana, que tem aqui a sua primeira obra historiográfica escrita em "língua romance", como para o conhecimento de outras obras das quais se valeram Afonso X e seus colaboradores na sua elaboração.

A *General Estoria* tem início com a criação o mundo e vai dividindo a história, da mesma forma como o faz Santo Agostinho, em seis idades[169]. A obra contempla os vários saberes enciclopédicos, como a astronomia, a filosofia e as sete artes liberais, agregando a este conhecimento a cronologia estabelecida pela *Bíblia*, pelos historiadores, poetas latinos e compêndios medievais dos poemas de Homero, além de aproveitar o conhecimento de autores árabes.

---

[167] *GE*, II, p. 31.

[168] Sobre a busca das fontes em Afonso X e na historiografia do fim da Idade Média, ver: B. Guenée, *Histoire et Culture Historique dans l'Occident Médiéval*, p. 109-112.

[169] *"(...) los sanctos padres dela nuestra ley partieron en esta razon el tiempo del comiençó del mundo fastal cabo em tres tiempos, maguer quelas edades dellos son seys (...)."* (*General Estoria*, I, ed. Solalinde, p. 426). Afonso X fala de três tempos: o tempo anterior à lei - pacto de Deus com Moisés; sob a lei - anúncio da boa nova de Cristo, a concepção; e do tempo sob a graça - Encarnação. A história, portanto, seria primeiramente sudividida em duas partes: antes e depois de Cristo, e, a partir dessa divisão, encontrar-se-ia subdividida primeiramente em três e depois em seis idades conforme já explicitado anteriormente.

Afonso X segue as tábuas cronológicas estabelecidas por Eusébio de Cesaréia (c. 265-340) em seus *Canones Cronicos* (c. 303). Tal obra, incompleta, foi retomada, traduzida, ampliada e atualizada por São Jerônimo (c. 347- c. 419) até 387. Mais tarde, Isidoro de Sevilha (c. 560-636) unifica o sistema de datação e organiza os anos do mundo segundo a *hebraica veritas*. Deste autor, o Rei Sábio toma também as indicações geográficas para sua obra, embora não o cite em nenhum momento. Pedro Comestor (séc. XII), Paulo Orósio (séc. IV-V), Godofredo de Viterbo, Abuoabaid el Becrí (séc. IX) e Ibrahim Benausif (séc. VII) são o que Solalinde chama de "os outros poderosos auxiliares para esta combinação de história eclesiástica e gentílica"[170].

A cronologia organizada por Eusébio-Jerônimo será, portanto, a espinha dorsal do "corpo histórico" que se montará sobre esta estrutura. Na sua formação, o Rei Sábio contará com diversas fontes, dentre as quais, dirá ele, serão escolhidas as "mais verdadeiras e melhores". Assim, a *Bíblia* - e a leitura de muitos de seus comentadores como Orígenes, Santo Agostinho, Beda, Rábano Mauro e glosas anônimas - é o ponto de partida e o exemplo de organização dos fatos históricos a ser seguido, mas a ela são agregadas outras informações a fim de conjugar a história sagrada e a história profana[171].

A escola alfonsina teve, segundo Menendez-Pidal, dois períodos de trabalho. O primeiro período iria de 1250 a 1260 e o segundo de 1269 a 1284. No primeiro período, o trabalho se resumiria à tradução de textos - continuação do trabalho da "escola toledana" com a diferença de que os textos eram vertidos para a "língua romance" e não para o latim. As traduções se faziam principalmente a partir de textos árabes. Já durante o segundo período,

[170] A. Solalinde, Prefácio à *General Estoria*, I, p. XIV.
[171] A junção do sagrado e dos eventos relativos aos povos pagãos através da cronologia bíblica é o procedimento corrente na historiografia européia do século XIII, conforme vimos no capítulo I.

a preocupação não era mais a simples tradução, mas a compilação das obras. A estes período pertencem, entre outros textos, a *General Estoria.*

Os "trabalhadores intelectuais" da corte de Afonso X se dividiriam em *transladadores* - aqueles que faziam a tradução do material selecionado; os *ayuntadores* - que compilavam os textos traduzidos e elaboravam uma nova exposição da matéria; e os *capituladores* - que dividiam e obra em suas partes expositivas e as rotulavam. O papel de Afonso X era o de formular a obra que deveria ser empreendida, ordenar os livros que deveriam ser copiados, distribuir os tradutores e os compiladores e, em alguns casos, pedir a refacção das traduções quando estas não eram de seu agrado. Afonso X também costumava escolher dentre os livros relacionados à matéria tratada aqueles que julgava melhores e os "mais verdadeiros" para a elaboração de seu projeto. Além disso, ele assinalava o plano a ser seguido na elaboração do texto e, após a obra composta, o rei adicionava ou suprimia aquilo que julgava necessário, emendando, ele mesmo, a linguagem dos escritos[172].

Diante de tal diversidade de fontes documentais, muitas delas narrativas ficcionais, a obra de Afonso X aparece como um interessante trabalho de integração entre textos de vários gêneros e procedências. Tomados como historiadores aparecem os poetas antigos Ovídio, Lucano, Estácio e Homero. Cícero, Virgílio, Horácio e Sêneca também aparecem em algumas citações. Dentre os autores medievais há, além de Geoffrey de Monmouth, Gautier de Chatillon, John de Garland (ou Juan, o Inglês), Pedro de Riga, Lucas de Tui (o Tudense), Rodrigo Ximenez de Rada (o Toledano) e algumas obras anônimas. Também são aproveitados *"romans"* como o *Roman de Thébes*, *Ovide Moralisé*, o *Libro de Alexandre*

[172] Para informações pormenorizadas sobre a metodologia de trabalho do Rei Sábio, ver artigo de Gonzalo Menendez-Pidal, "Cómo trabajaron las escuelas alfonsíes". *Nueva Revista de Filología Hispánica*, 5 (1951), p. 363-380.

(castelhano), além de parte da *Estoria de Espanna*, do próprio Afonso X, entre muitas outras fontes.

Afonso X, ao levar adiante seu projeto de escrever uma história do mundo em que fossem contempladas as mais diversas fontes, das mais diversas línguas e nações, não poderia destituir de sua historiografia a figura de outro importante rei: Artur. As menções feitas por Afonso X ao rei Artur foram retiradas da obra de Geoffrey de Monmouth, a *Historia Regum Britanniae,* texto a que chamamos fundador da Matéria de Bretanha, na medida em que dá a ela seus contornos mais específicos, depois retomados pelas narrativas que mais tarde recuperarão o tema.

A introdução da *HRB* na obra de Afonso X, diz Lloyd Kasten[173], se daria pela necessidade de acrescentar uma "cronologia suplementar" ao seu esquema histórico. É o caso mais claro de "preenchimento" das lacunas das tábuas cronológicas de Eusébio-Jerônimo com fatos que, julgava o rei, eram fundamentais para compor a sua história do mundo e, portanto, deveriam ser mencionados. O mesmo já havia ocorrido anteriormente no momento em que é narrada a história da guerra de Tróia, cujo final adapta-se perfeitamente ao início da *HRB* - que tem como ponto de partida justamente o momento posterior a tal conflito e os descendentes dos nobres troianos; um deles, Brutus, será, como sabemos, o fundador da Bretanha, dando início à história da ilha que será governada por Artur[174].

Vestígios da obra de Monmouth aparecem em muitos momentos da *General Estoria*, desde a parte II até, provavelmente, a parte V, segundo Kasten. Nos trechos em que a *HRB*

[173] "The utilization of the *Historia Regum Britanniae* by Alfonso X". *Hispanic Review,* 38 (5), 1970, p. 97-114.

[174] Alguns estudiosos acreditam na existência de um ciclo unindo a tríade clássica aos textos produzidos na corte normanda de Henrique II, tais como o *Roman de Brut.* Ver: Victoria Cirlot, *La novela arturica*, p. 16-17.

está presente, ela aparece intercalada, muitas vezes, a outros títulos dos quais Afonso X se valeu para construir sua obra. Não há um uso contínuo da *HRB* em determinado momento do texto, mas sim uma escolha de vários recortes da obra, o que demonstra um cuidado muito grande em respeitar um projeto previamente pensado e organizado, ao qual as fontes iam servindo aos poucos, adaptando-se a ele e alternando-se umas às outras.

Infelizmente não foi possível o cotejo de uma edição completa da *General Estoria,* uma vez que ela ainda não foi publicada integralmente[175]. Das partes a que tivemos acesso, a segunda, em que se encontram os ancestrais de Artur e fundadores da Bretanha, ocupa um lugar de bastante importância dentro da obra, sobretudo do ponto de vista do uso dos elementos arturianos. Este trecho não se dedica explicitamente a relatar algum feito do rei Artur ou de sua vida, mas diz muito acerca deste monarca, sendo fundamental para a construção do personagem, pois tenta dar conta de um outro aspecto da vida do rei bretão: sua ligação com o mundo antigo como forma de atestar, mais uma vez, a sua grandiosidade.

Tal preocupação com a recuperação desde elo dos monarcas com a Antigüidade permite verificar o uso da *Historia Regum Britanniae* como instrumento de legitimação. Muito antes da *General Estoria*, em 1155, a obra de Monmouth, originalmente escrita em latim (língua que vai aos poucos deixando de ser conhecida por um grande número de pessoas), ganha, conforme já vimos anteriormente, uma versão francesa, o *Roman de Brut*, executada por Wace. Tal obra inseriu-se em um contexto histórico bastante particular: a corte dos plantagenetas, interessada em recuperar o "passado glorioso" do território do qual, naquele instante, tinha a supremacia. A aproximação entre a intervenção da corte plantageneta, que

[175] Desde 1930 há um projeto de edição de toda a obra, mas a morte de seu principal empreendedor, A. García Solalinde, interrompeu um trabalho que somente trinta anos mais tarde seria retomado por Victor Oelschläger e Loyd Kasten, que editam mais uma parte - a segunda - da obra. Na década de oitenta novos projetos de edição surgiram, mas somente teve-se a publicação de alguns trechos inéditos e uma antologia (ver referência

verte o texto latino para sua língua vernácula, e a obra de Afonso X, que traduz a *Historia* para o castelhano, é interessante para compreender o amplo alcance que se desejava que tivessem estas obras junto ao público. A acessibilidade que se procurava conseguir ao traduzir tal texto para a língua dominada por um público mais amplo é coerente com um projeto de divulgação de informações que, certamente, beneficiavam estas cortes.

Para Henrique II (1154-1189), em consonância com a idéia da *translatio imperii*[176], cultivar o mito de rei Artur seria como abrir caminho para a demonstração de que, se o heróico Brutus precedeu o corajoso Artur, este, agora, se via sucedido pelos igualmente valorosos nobres da "casa normanda", cuja maior prova de poder, naquele momento, residia no fato de submeter os vários povos da "ilha de Artur", sede da mais poderosa de todas as civilizações de seu tempo. Afonso X, da mesma forma, procura, na *General Estoria*, demonstrar uma conexão sua - ele que era, àquela altura, candidato ao trono imperial - com seus antepassados godos, que outrora se haviam feitos merecedores de uma *translatio imperii*. Como diz Gomez Redondo:

> *"Foi essa segunda obra historiográfica* [a General Estoria] *a que absorveu, a partir de então, todo o interesse do Rei Sábio; parece que para isso contribuiu o fracasso de sua pretensão de ser eleito Imperador; lhe urgia, antes, demonstrar sua conexão com o mundo romano e como o povo godo (do qual ele descendia) se havia feito merecedor de uma translatio imperii (...)"*[177].

Antes de entrarmos na análise do trecho escolhido dentro da *General Estoria*, se faz necessário um retrospecto da história da ida de Brutus para a ilha de Bretanha. Segundo

---

completa na bibliografia). Na década seguinte viu-se a publicação da terceira parte da *General Estoria*, com a promessa de, finalmente, concluir a edição da obra.

[176] Noção segundo a qual o poder se "transfere" de uma nação para outra em determinados momentos da história. Victoria Cirlot, *Op. Cit.*, p. 15 e Ernst Robert Curtius, *Literatura Europea y Edad Media Latina*, Vol. 1, p. 53.

[177] F. Gómez Redondo, "Historiografia Medieval". In: *La prosa y el teatro en la Edad Media*, p. 18.

Monmouth, Brutus era neto de Enéias, portanto, filho de Ascânio. Quando de seu nascimento, faz-se a previsão de que a criança mataria seu pai e sua mãe, profecia que se realiza quando a mãe de Brutus morre ao dar à luz e, após quinze anos, quando acidentalmente ele atinge seu pai com uma flecha mortal. Cumprida a cruel profecia, Brutus é expulso da Itália pelos seus parentes e, indo até à Grécia, lá encontra os troianos que se achavam submetidos pelo rei daquele país, Pandraso. Estes prisioneiros resolvem lutar por suas liberdades e, após a vitória conquistada, Brutus, que os chefiara, nada pede senão a mão da filha do rei e condições para navegar e buscar aquela que seria a "Nova Tróia".

Depois de muito navegarem, eis que chegam a uma ilha, com uma cidade deserta em que encontram um templo de culto à deusa Diana. Este trecho da *HRB* aparece integralmente transcrito na segunda parte da *General Estoria*[178].

Em muito pouco, ou em quase nada se diferem a versão de Monmouth e a de Afonso X. Aliás, este faz questão de nomear a fonte da qual faz uso naquele momento de sua *Estoria*:

> *"E aquellas palavras de la oración de Bruto son en aquella estoria de Bretaña en latín como todas las otras razones d'esse libro, e dizen d'esta guisa:"*[179]

Em seguida, Afonso X reproduz a passagem latina tal como nos apresenta Monmouth, sem qualquer modificação expressiva no texto[180]:

> *"Diva potens nemorum, terror silvestribus apris,*
> *Cui licet anfractus ire per etereos,*
> *Infernasque domos; terrestria jura revolve,*
> *Et dic quas terras nos habitare velis?*

---

[178] A edição aqui utilizada é a de Solalinde-Kasten-Oelschläger, *General Estoria,* segunda parte, tomo II. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Cientificas - Instituto "Miguel de Cervantes", 1961.
[179] Afonso X, *General Estoria,* cap. LXIV, p. 272.
[180] Sempre é bom lembrar que a edição da *Historia Regum Britanniae* que estamos utilizando neste trabalho é aquela estabelecida por Edmond Faral na sua *La Légende Arthurienne*, tomo III, 1969.

Dic certam sedem, qua te venerabor in euum,
Qua tibi virgineis sacrabo templa choris."[181]

Brutus oferece seus sacrifícios à deusa Diana e a ela pede que lhe diga onde ele e seus companheiros poderão encontrar a terra em que a deusa deseja que vivam. O troiano faz sua invocação por nove vezes e, após realizar todo o ritual de culto à deusa, adormece e tem um sonho revelador. Nele, Diana lhe fala sobre a terra que lhes será consagrada, onde ela se encontra e como ela é constituída:

"Brute, sub occasu solis trans gallica regna,
Insula in occeano est undique clausa mari:
Insula in occeano est habitata gigantibus olim,
Nunc deserta quidem, gentibus apta tuis.
Hic de prole tua reges nascentur et ipsis
Totius terre subditus orbis erit."[182]

Este trecho, mais uma vez, reproduziria na íntegra o relato de Monmouth, embora suprima dois versos que estariam na *Historia Regum Britanniae*: *"Hanc pete; namque sedes vobis erit illa perennis;/ Hic fiet natis altera Troja tuis"*[183]. Tais versos devem ter sido suprimidos pela incompletude do manuscrito ao qual Afonso X teve acesso[184]. De qualquer forma, ainda assim, o trecho aponta para algo que nos é mais importante e que vem colocado logo nos versos finais da fala de Diana: que da prole daqueles homens nascerá uma linhagem de reis aos quais será submetida toda a terra[185]. Essa é a linhagem do rei Artur.

---

[181] *GE*, p. 272.
[182] *GE*, p. 272.
[183] "Busca-a, pois será vossa residência perene. Ali vossos filhos construirão uma Nova Tróia". *Historia Regum Britanniae*. In: *La Légende Arthurienne*, tomo III, p. 84.
[184] Sobre os demais trechos traduzidos da *HRB* e utilizados por Afonso X na *General Estoria*, suas ampliações, omissões, paráfrases e clarificações, ver: Lloyd Kasten, *Op. Cit.*, p. 109-114.
[185] *"Hic de prole tua reges nascentur et ipsis/Totius terre subditus orbis erit"*, *GE*, p. 272.

Tanto na *Historia Regum Britanniae* quanto na *General Estoria* esta será a primeira vez em que se falará da poderosa linhagem que precedeu Artur e a ele deu origem, revelando uma outra face do poderio deste monarca, relacionada à sua ascendência no mundo greco-romano.

Afonso X segue em seu relato falando, agora, da ilha na qual finalmente se estabelecem Brutus e seus homens. Após elencar suas numerosas qualidades quanto ao relevo, às paisagens e à caça, Brutus decide ali permanecer e, a partir de então, nomeia aquela que será a sua "nova Tróia"[186]:

> *"E Bruto puso de su nombre Bretania a la isla, e a sus compañas llamó bretones del nombre d'ella por que fuese nombrado siempre por ý el su nombre."*[187]

Mas ainda que tenha encontrado um lugar ameno e com as condições ideais para se formar uma nova nação, a ilha era habitada por gigantes que, embora em pequeno número, poderiam atrapalhar o bom convívio no lugar. Corineo – caudilho de Brutus e conhecido vencedor de gigantes - livra a região da Cornualha, que havia recebido de Brutus, combatendo e vencendo o perigoso gigante Gormagoc[188].

O combate com os gigantes, além de retomar as façanhas próprias dos relatos do mundo antigo, servirá também para fazer a ligação entre a força de Artur, enquanto combatente, e de seus antepassados fundadores da ilha, já que, mais tarde, uma das maiores façanhas do

---

[186] Segundo Monmouth, a cidade de Londres foi primeiramente fundada com o nome de "Nova Troya", mas, por corrupção do nome acaba por se cristalizar o nome "Trinovanto". O rei Lud, irmão de Casibelauno, vai reconstruir a cidade e ela passará a se chamar "Kaerlud" ou "Cidade de Lud", a que hoje chamamos "Londres" (*HRB*, p. 23).

[187] *GE*, p. 278.

[188] Segundo Luis Alberto de Cuenca, o nome deste gigante é formado pela junção dos nomes de dois personagens do Apocalipse, Gog e Magog (ver nota do tradutor à p. 22 da edição castelhana da *Historia Regum Britanniae*). Já Laurence Mathey-Maille acentua o caráter civilizatório do mito troiano expresso nestes textos através da fundação de cidades e extermínio dos gigantes. "Mythe Troyen et histoire romaine: de

monarca bretão será, também, desbaratar um perigoso e horrendo gigante, pouco antes da decisiva batalha do Monte Badon[189].

No que diz respeito não só aos fatos, mas também à perspectiva sobre a história adotada pela obra de Monmouth e seguida por Afonso X, vale enfatizar mais uma vez a questão da *translatio imperii* que não é incorporada à *General Estoria* por obra do acaso, mas dentro de uma tradição medieval que atendia às pretensões do Rei Sábio. Para entender seu significado, é fundamental pensarmos que a obra de Afonso X não se organiza como mera reunião de fragmentos de variadas obras às quais aquele rei teve acesso. É preciso ter em mente que também Afonso X se preocupou em recuperar o parentesco de seu povo com Roma, quando tentava demonstrar que o império godo, do qual dizia descender, se fazia merecedor de uma *translatio imperii*[190]; ou seja, mais do que uma idéia "emprestada" da obra de Monmouth, a questão da *translatio* se mantém como mais uma forma de atestar o poder de que estes reis, tanto Artur quanto Afonso X, seriam merecedores, dado seu parentesco com uma linhagem "clássica".

A fundação mítica da Bretanha, narrada por Monmouth e reaproveitada por Afonso X, também apresenta seu paralelo com a história da fundação da Espanha. Tanto um país quanto o outro tem sua origem determinada por personagens da mitologia clássica: Brutus, na Bretanha, e Hércules, na Espanha. Estas figuras equivalem-se e ambas emprestaram sua glória às terras que fundaram e nomearam. O trecho a seguir da *General Estoria* mostra o exato momento em que Hércules dá nome à terra que ora visita:

Geoffrey de Monmouth au *Brut* de Wace". In: *Entre Fiction et Histoire - Troie et Rome au Moyen Age.* Sourbonne Nouvelle, 1997, p. 113-125.

[189] Ver: *HRB,* p. 170-171.

[190] F. Gomez Redondo, "Historiografia Medieval". In: Alvar, C. et alii (org.). *La prosa y el teatro en la Edad Media,* p. 18.

"E Ercules traye vn omne consigo que auia nonbre Espan; e era omne muy hiodalgo, e criarase com Ercules muy de pequenno, e con el visquiera toda via. E tomo Ercules a este, e diolo por adelantado en Espanna, e puso a la tierra el nonbre del. De Esperia - que la llamauan antes del nonbre de vna estrella, commo auemos ya contado en las razones de las duennas esperidas -, dixeronle Espanna de alli adelante del nombre de Espan."[191]

Ainda que a denominação do país não seja dada por Hércules, como ocorre com a Bretanha, é um homem muito fidalgo, e que fora criado junto de Hércules, quem empresta seu nome à terra em que se estabelecem. A ligação com uma linhagem clássica se faria a partir já desta fundação e Hércules serviria como legitimador deste elo ao dar origem às principais cidades espanholas.

Além do episódio de Hércules e da evocação de Brutus na *General Estoria,* pode-se perceber outras menções que revelam as pretensões imperiais de Afonso X. Francisco Rico aponta em seu estudo[192] o fato de o Rei Sábio incluir seu bisavô Frederico Barbarossa († 1190) - *"el primero don Frederico, que fue primero emperador delos romanos (...)"* - e seu tio, Frederico II († 1250) - *"el segundo deste don Frederic, que fue este otrossi emperador de Roma que alcanço fastal nuestro tiempo,* e *los uienen del linage dond ellos* e *los sos, e todos los altos reyes del minde del uienen"* -, entre os nobres descendentes da linhagem de Júpiter, ao lado de *"el grand Alexandre (...) los reyes de Tróia,* e *los de Grécia,* e *Enéias,* e *Romulo,* e *los cesares,* e *los emperadores*[193].

Embora não tenhamos clara aqui nenhuma menção direta a Artur, há que se pensar no ideário que fundamenta esta descrição da "fundação" da Bretanha, sobretudo de seus agentes formadores. E é daí que se torna essencial a inserção de um personagem como o rei bretão na constituição de uma obra histórica como a de Afonso X. Artur não é descendente

[191] *GE,* II, 2ª parte, p. 34.
[192] *Alfonso el Sabio y la* General Estoria, p. 114.
[193] *GE,* I, p. 200 - 201.

de qualquer nação, ele é um dos remanescentes daquele mundo troiano. Sua linhagem antiga já nos diz sobre sua persistência, coragem e destreza em desbravar um mundo novo e fazer dele uma grande nação, como teria sido a região da Bretanha.

A Matéria de Bretanha no *Livro de Linhagens*

A iniciativa de Afonso X em escrever uma história da humanidade em língua romance influenciará o surgimento, também, de uma historiografia em língua românica, no século XIV, na corte de D. Dinis, por iniciativa de seu filho bastardo, o Conde D. Pedro de Barcelos[194]. Tal influência de Afonso X em Pedro de Barcelos estende-se, inclusive, à forma de composição de seu *Livro de Linhagens*, análoga àquela praticada pelo Rei Sábio. Desta forma, assim como Afonso X, Pedro de Barcelos agia como compilador, encarregando seus colaboradores de realizar a obra sob sua orientação, fazendo a compilação das fontes, mandando traduzi-las quando necessário, oferecendo indicações sobre sua utilização e revisando a obra uma vez acabada.[195]

O interesse do Conde D. Pedro pela história se mostra evidente pelo fato de este autor, ao escrever uma genealogia dos nobres portugueses, manter a preocupação de introduzir a história destes nobres dentro de um contexto universal. Assim, ao mesmo tempo em que fala dos nobres da Península, apresenta informações acerca dos demais imperadores do

---

[194] Diego Catalán, *De Alfonso X al Conde de Barcelos*, p. 303. Ver também L. F. Cintra na sua "Introdução" à *Crônica de 1344*, p. CDXII-CDXIX.
[195] J. Paredes, *Las narraciones de los Livros de Linhagens*, p. 26.

mundo[196]. Podemos considerar, portanto, que Pedro de Barcelos foi o primeiro historiador em sua língua.

A primeira obra de Pedro de Barcelos inserida neste contexto historiográfico nascente é o seu *Livro de Linhagens*[197]. Não se conhece a versão original desta obra e tudo indica que houve pelo menos duas refundições do *Livro de Linhagens*, uma entre 1360-1365 e outra entre 1380-1383, datação que é possível inferir pelas modificações substanciais em determinados eventos narrados e ocorridos muito provavelmente durante a vida dos refundidores[198]. Esta obra, ao lado dos demais livros de linhagens, foi publicada pela primeira vez por Alexandre Herculano, que apenas se encarregou de transcrever os manuscritos da Torre do Tombo e o fragmento da Biblioteca da Ajuda, nos *Portugaliae Monumenta Historica - Scriptores*. Este trabalho foi recuperado mais tarde por José Mattoso em uma edição crítica dos *Portugaliae*[199].

Amplamente conhecido em toda a idade média, Rodrigues Lapa chega a dizer que o *Nobiliário* foi "*o livro mais útil, e mais consultado da Península, exceptuada a* Bíblia"[200], a "mais célebre fonte da historiografia portuguesa deste período."[201]

---

[196] *Crônica de 1344* (edição de Diego Catalán e Maria Soledad de Andrés). Madrid: Gredos, 1970, p. L.

[197] Além deste *Livro de Linhagens*, composto em 1340, chegaram até nós outros dois livros deste tipo: o *Livro Velho* ou *Primeiro Livro* (designações adotadas, respectivamente, por José Mattoso e Lindley Cintra), escrito em português no mosteiro de Santo Tirso após 1282 e o *Livro do Deão* composto entre 1337 e 1340 (A. J. Saraiva. *O Crepúsculo da Idade Média em Portugal*, p. 154).

[198] Luís Krus, *A concepção nobiliárquica do espaço ibérico*, p. 113. Para maiores detalhes sobre a elaboração das refundições, ver cronologia elaborada por J. Mattoso na sua Introdução aos *Portugaliae Monumenta Historica: nova série*, Academia das Letras de Lisboa, II, Lisboa, 1980, p. 41-50.

[199] Ver informações completas sobre a edição idealizada por Mattoso na nota anterior. Infelizmente, não nos foi possível o acesso a esta obra para a realização do presente trabalho que toma como base a edição do *Livro de Linhagens* publicada por Catalán-Andrés nos "Apêndices" à *Crônica de 1344*, cujo texto é aquele que se encontra no manuscrito da Torre do Tombo, datado de c. 1400.

[200] Manuel Rodrigues Lapa, *Lições de Literatura Portuguesa. Época medieval*, p. 301.

[201] Juan Paredes, *Las narraciones de los Livros de Linhagens*, p. 21.

Estudo da obra

> *"Nas suas páginas, sente e vive a Idade Média, ouve-se a anedota cortesã, de amor, de vingança ou se dissolução, como a contavam os escudeiros e pájens por salas de armas, e as lendas que corriam de boca em boca, narradas pela velha curvilheira junto do lar no Inverno. Assistimos, por meio dele, às façanhas dos cavaleiros em desagravo à própria honra, aos feitos de lealdade, às covardias dos fracos, às insolências dos fortes, e, enfim, a grande parte da vida íntima do solar do infanção, do rico-homem e do paço real (...)".*
>
> (Alexandre Herculano, acerca do *Livro de Linhagens* do Conde D. Pedro. *Portugaliae Monumenta Historica*, Vol. I).

O Conde D. Pedro de Barcelos, no prólogo ao seu *Livro de Linhagens,* nos diz as razões que o levaram a executar este seu primeiro projeto historiográfico:

> *"(...) eu, conde Dom Pedro, filho do muy nobre rrey Dom Denis, ouue de catar por gram trabalho por muitas terras escripturas que fallauam dos linhagees. E veemdo as escripturas com grãde estudo e em como fallauam doutros gramdes feitos, cõpuge este liuro por gaanhar o seu amor e por meter amor e amizade antre os nobres fidallgos da Espanha. E como quer que antre elles deue auer amizade segumdo seu ordinamento antiigo em damdosse fe perasse nom fazerem mall huus aos outros a meos de tornarem a este amor e amizade per desfiaremsse."*[202]

Os propósitos de Pedro de Barcelos aparecem neste seu prólogo claramente explicitados: incentivar a paz e o auxílio mútuo entre aqueles que pertencem à mesma linhagem e que possuam o mesmo grau de nobreza, o que confere a estas obras genealógicas certa função prática e educativa, ao lado de uma função política evidente.

No entanto, ao invés de nos dedicarmos ao estudo desta enquanto busca constante pela recuperação de um "elo" entre os nobres e o mundo antigo, nos deteremos na análise da matéria arturiana na sua "reinserção" no mundo da historiografia (uma vez que fora desta

[202] *Livro de Linhagens* ("Apêndices" da *Crônica de 1344* editada por Diego Catalán e María Soledad de Andrés), p. 215.

última que a Matéria de Bretanha se difundira, através do texto de Geoffrey de Monmouth), tendo os *romans* como uma de suas fontes.

Das diversas fontes de que se valeu o autor do *Livro de Linhagens,* cabe destacar uma como fundamental para o estudo dos eventos relacionados ao rei Artur: o *Liber Regum.* Esta obra recupera uma genealogia universal, de Adão até Jesus Cristo - no plano do sagrado - e os reis persas, gregos e romanos - no plano do "profano" -, além da enumeração da linhagem dos reis de Castela, Aragão e França.

O *Liber Regum* conheceu uma série de refacções ao longo dos séculos XIII e XIV, mas aquela que teria sido a base da obra de Pedro de Barcelos é produzida por volta de 1260, em Navarra, nomeada por Diego Catalán, "según el título de la copia del siglo XV que nos conserva"[203], de *Livro das Gerações.* Será nesta versão que encontraremos, além das menções às genealogias de Cristo e dos reis persas, etc., a descrição das genealogias dos reis de Tróia e da Bretanha, compilados de acordo com o *Roman de Brut,* de 1155[204], e com outras fontes que teriam sido conservadas também num poema inglês denominado *Le Morte Arthur* (escrito por volta de 1400[205]), recuperadas também por Thomas Malory no seu *Le Morte Darthur,* no século XV.

Nosso principal objetivo, a partir da análise propriamente dita daquele primeiro escrito historiográfico do Conde D. Pedro - o *Livro de Linhagens* -, será, conforme já dissemos anteriomente, procurar perceber as definições de história que guiavam estes homens de letras na composição de seus escritos. Para tanto, seguiremos algumas pistas deixadas pelo

[203] Diego Catalán, "Estúdio Histórico". In: *Crônica de 1344*, p. LVII.
[204] Ver: Diego Catalán Menendez-Pidal, *De Alfonso X al Conde de Barcelos*, p. 370-382.
[205] Diego Catalán, *Op. Cit,* nota 1, p. LVII-LVIII.

autor tanto na estruturação de sua obra, como no uso que faz de suas fontes, sobretudo as arturianas, para organizar historicamente os fatos narrados.

Enquanto discurso historiográfico, percebemos, em alguns momentos, que há uma tentativa de orientar o leitor cronologicamente através do uso de expressões como *"en aquell tempo"* e *"Em este tempo"*, além da recorrência a algumas datas. Na primeira parte da obra nos deparamos, inclusive, com o aparecimento da palavra "história"(*estorea*), o que não ocorre muitas vezes ao longo do *Livro de Linhagens*, diferentemente do que se dá na *General Estoria*, por exemplo. Assim, pouco antes do final da enumeração da linhagem de Cristo (ou seja, final da Quinta Idade), diz Pedro de Barcelos:

> *"Diz na estorea que, desque foy criado o çeeo e a terra..."*[206]

A "estorea", como podemos perceber, é a própria *Bíblia*. Não é estranha a evocação, que faz o autor, do texto sagrado como sua fonte de informações acerca dos eventos do mundo. Mas, o que é a história além da *Bíblia*? Com exceção deste texto, nenhum outro é capaz de fornecer as origens do mundo até o início da última Idade (a Sexta ou aquela que principia com Cristo e terminará no seu retorno final) e, mesmo que houvesse, ele não poderia ter autoridade maior do que a Palavra de Deus[207] que, afinal, foi quem criou os céus e a terra.

Mas, o que acontece quando os eventos são oriundos do mundo pagão? Em um trecho mais adiante novamente aparece a palavra "história", quando o autor fala da destruição da cidade de Tróia:

---

[206] *Livro de Linhagens*, p. 237.

[207] *"(...) a Bíblia contava uma história de importância muito superior a qualquer outra e, por conseguinte, oferecia-se como forçoso ponto de partida: não adotá-lo significaria uma inconcebível ruptura de toda uma hierarquia."* (Francisco Rico, *Alfonso X y la "General Estoria"*, p. 52).

"E ouue hi grandes fazemdas e mortas grãdes cauallarias, assy como falla na ssa estorea."[208]

Luís Krus diz, acerca deste trecho - não contido na fonte que o autor seguia, o *Livro das Gerações* -, que aqui haveria uma demonstração de que D. Pedro conhecia, além daquele livro do qual retirava suas informações acerca do mundo antigo, uma obra mais elaborada sobre Tróia e sua história. Para nós é importante o fato de Pedro de Barcelos chamar tal escrito de *estorea,* pois percebemos que tal denominação não serve apenas para designar uma fonte bíblica, mas qualquer escrito que possa ser "digno de confiança", ou seja, que possa ser tomado como base para o relato de um fato histórico. É possível que esta obra seja alguma tradução do *Roman de Troie* (1165-1170)[209], de Benoit de Sainte-Maure, o que seria mais um indício de como transitam livremente os *romans* pelo campo da história.

Mas, a parte que mais propriamente nos interessa no relato, no entanto, tem início a partir do que Pedro de Barcelos chama de "Titullo Segumdo", momento de sua narrativa no qual ele irá tratar *"Dos rex de Troya, como vem da linhagem de Dradanus. E dos rex de Roma; e de Julius Çesar, e de Çesar Augustu e de Brucus que pobrou Bretanha ataa Cadualem e Cauadies ataa Gormon"*[210] (grifos meus).

Segue-se, a partir daqui, a narração dos eventos de Tróia, até o início da linhagem de Roma[211]. Percebemos, então, que a *Bíblia* é fonte de inspiração para os fatos relativos à criação do mundo, enquanto outras obras, como os *romans*, possuem um grau de credibilidade também grande no que diz respeito aos eventos de seu tempo. Interpretadas

---

[208] *LL*, p. 243.
[209] As obras que se ocuparam da "Matéria Antiga" já foram apresentadas no capítulo I.
[210] *LL*, p. 240.
[211] *LL*, p. 245.

como fonte histórica, suas palavras são prontamente incorporadas pela literatura do período que, desde o século XII, já recuperava as ações dos heróis clássicos inserindo-os, no nascente gênero do *roman*, dentro da temática do que se convencionou chamar de "Matéria Antiga".

Sem nos determos na forma como o autor do *Livro de Linhagens* trabalha com estes eventos oriundos da Matéria Antiga, uma vez que aqui nosso foco de interesse é a Matéria de Bretanha, nos é suficiente dizer que esta recuperação da linhagem relacionada ao mundo antigo chega até Brutus, o mítico fundador da Bretanha.

O *Livro de Linhagens*, no que concerne aos fatos que precedem o que poderíamos chamar de literatura arturiana propriamente dita, ou seja, a fundação da Bretanha, segue sua fonte bem de perto. Desastres naturais - como a chuva de sangue e moscas que acomete a Bretanha - e a sucessão dos reis (incompleta em relação às fontes com a supressão de 40 reis[212]) daquela ilha são narrados tais como no *Brut* e na *Historia Regum Britanniae*.

A primeira menção a Merlim feita pelo *Livro de Linhagens*, embora sem nomeá-lo e apenas chamando-o de "huum profeta em Jerusalém"[213], é o ponto de partida para o nosso trabalho de mapeamento e discussão dos elementos arturianos que compõem este livro, na medida em que estes eventos já se ligam diretamente ao universo do rei mais famoso da Bretanha na Idade Média. Assim, embora o *Roman de Brut* sirva como fonte de

[212] Pedro de Barcelos omite Peredur, Regin e atribui a Marga uma filiação diferente (o filho de Artgalon passa a ser, no *LL*, filho de Gobordiam, rei não enumerado pelas fontes primitivas). Depois ainda deixa de citar os nomes de mais 29 reis: Eniauno, Idvalon, Ruvio, Geroncio, Catelo, Coilo, Querin, Fulgêncio, Eldado, Andragio, Urian, Eliud, Elidauco, Cloteno, Gurgintio, Meriano, Bleduddo, Cap, Oeno, Sisilio, Bledgabred, Artinail, Eldol, Redion, Redérquio, Samuel Penisel, Pir, Capoir, Cligüeil; enumera mais três reis que constam na genealogia da Bretanha e suprime mais onze monarcas: Tenuâncio, Cimbelino, Güiderio, Arvirago, Mário, Coilo, Lúcio (curiosa supresão daquele que será o primeiro monarca cristão da Bretanha), Severo, Basiano, Carausio e Alecto.

[213] *LL*, p. 278.

praticamente toda a segunda parte do *Livro de Linhagens*, nos concentraremos apenas na descrição e análise do momento imediatamente anterior ao nascimento de Artur, a saber, no momento em que se dá o relacionamento entre Igerna e Úter e o posterior casamento dos dois.

Assinalamos anteriormente que Merlim aparece referido como Profeta e não como mago, título com que é normalmente citado na literatura arturiana. Aliás, esta não será a única vez em que o autor optará por não referir elementos míticos no relato dos acontecimentos. Esta poderia ser uma demonstração de que a história quer diferenciar-se da ficção pela objetividade dos fatos relatados? Se é isso, por que o autor do *Livro de Linhagens* opta, como veremos, por descrever a batalha final entre Artur e Mordred de forma tão "fantasiosa", apoiada em um texto que, muito provavelmente, era oriundo do campo da ficção? Explicação possível seria recorrer ao que Cintra diz a respeito da relativa vulnerabilidade do trabalho compilatório de Pedro de Barcelos se comparado ao que fora executado pelos colaboradores de seu bisavô, Afonso X:

> *"As suas tentativas* [de Pedro de Barcelos] *nesse sentido são desordenadas, ocasionais; nenhum critério seguro se vislumbra, por exemplo, na escolha das fontes: um* Liber Regum, *obra incompletíssima, pôde ser tomado como fonte quase única sobre a história da antigüidade, encontrada ou mandada fazer a* Tradução da Variante Ampliada *que só começava com Ramiro I, e obtida a* Crónica de Vinte Reis, *que começava com Fruela II, nem sequer se procurou um texto completo da* Crónica Geral, *que fornecesse informação sobre a história antiga da Península. Parece ser o acaso, mais do que uma procura metódica, como a que realizou Afonso X, que preside à reunião das fontes utilizadas."*[214]

Desta forma, não haveria uma seleção pensada e elaborada das fontes, de acordo com um projeto historiográfico pré-estabelecido, mas sim uma modelação do texto de acordo

---

[214] L. F. Cintra, *Op. Cit.*, p. CDXVII.

com as fontes disponíveis. Assim, embora haja provas suficientes de que Pedro de Barcelos não inventou tal episódio, há que se perceber, pelo menos, uma aparente despreocupação com a apuração das fontes enquanto detentoras de um saber confiável e isso já indica, portanto, um modo de fazer história próprio do autor, pautado justamente nesse "descuido" que aparenta transitar por toda a sua obra. No entanto, é preciso atentar para o fato de que as condições de trabalho foram, certamente, muito diversas em ambos os casos, o que não nos permite analisar, com os mesmos parâmetros, os procedimentos da escola afonsina e de Pedro de Barcelos.

Quanto ao Merlim propriamente dito, a sua cristianização no relato parece ser uma herança evidente de Robert de Boron[215]. Este autor será o grande responsável pela cristianização e descrição de Merlim como um sábio homem cuja bondade e religiosidade da mãe o fazem utilizar o grande engenho recebido do íncubo - seu pai - a serviço do bem, através da revelação das mentiras das pessoas ao seu redor. Mais adiante, o *Livro de Linhagens* nomeia o mago (ou profeta), sem atribuir-lhe o papel de homem de saberes sobrenaturais encarregado de aproximar Úter e Igerna, como acontece na maioria dos relatos acerca das origens de Artur. Esta é a mais marcante supressão dos elementos sobrenaturais por parte de Pedro de Barcelos, o que acaba diferenciando muito sua obra das demais narrativas arturianas ditas ficcionais. Não se sabe se em nome da concisão ou se apenas é uma questão de copiar a fonte imediata, mas o fato é que Pedro de Barcelos acaba empreendendo uma grande modificação nas origens míticas de Artur e o personagem ficcional acaba ficando muito parecido com os monarcas da história oficial. O monarca bretão é descrito, apenas, como *"boõ rey e lleal e [que] comquereo todollos seus emmiigos,*

[215] O texto homônimo, que retrata o nascimento e criação do mago, foi anteriormente apresentado no capítulo dedicado aos textos arturianos.

e passou por muytas auentuyras e fez muitas bomdades que todollos tempos do mundo fallarom dello."[216]

No entanto, é inegável que a fonte de Barcelos esteja já totalmente imersa na tradição arturiana que se fez ao longo dos séculos. O texto menciona, por exemplo, uma afirmação que nos parece, após tantas obras centradas no tema, bastante corriqueira, mas que tanto no *Brut* como na *Historia Regum Britanniae* não aparece:

> *"O rei Loth (...) ouue della* [filha de Igerna] *huu filho que ouue nome Galuam, que foy dos boos caualleyros do mundo* (grifos meus)."[217]

Gawain, desde Chrétien de Troyes, conhece a fama de bom cavaleiro e homem admirado pelo rei Artur, característica que só se modificará na *Post Vulgata* quando aquele cavaleiro comporta-se de forma vil, causando grande número de mortes, inclusive de alguns de seus companheiros da Távola Redonda, durante a *Demanda do Santo Graal*[218].

Portanto, se é verdade que os textos narrativos arturianos da Península Ibérica trabalham de maneira mais próxima aos textos baseados na *Post Vulgata*[219], é curioso que se mantenha a boa imagem de Gawain, tão rebaixada durante aquele ciclo de romances (o que mais uma vez nos chama a atenção para o fato de que a matéria arturiana não se resumia, na Península, aos escritos deste ciclo).

---

[216] *LL*, p. 281.
[217] *LL*, p. 280.
[218] Texto apresentado e analisado no capítulo II deste trabalho.
[219] Para informações acerca da introdução da Matéria de Bretanha na Península ver: Ivo Castro, "Sobre a data da introdução na Península Ibérica do ciclo arturiano da *Post-Vulgata*". In: *Boletim de Filologia*, 28, fasc. 1-4, 1983, p. 81-98.

O capítulo dedicado a Artur e sua corte - *"De rrey Artur, filho de Vterpamdragõ, e das cortes que fez, e aqueeçeo aa rrainha sua molher com seu sobrinho Mordech a que leixou a terra passamdo em Bretanha"*[220] - vai tratar da batalha final entre aquele rei e seu sobrinho. Mordred, como nos romances arturianos anteriormente descritos, aproveita a posse provisória da Bretanha para impor um "golpe de Estado" ao tio.

Conforme já dissemos, o Conde D. Pedro nada acrescenta acerca de tudo que se disse anteriomente a respeito de Artur: sua bondade, seus feitos heróicos e seu poderio diante das demais nações que, segundo dizem, teria dominado em seu tempo[221]. Segue-se um resumo dos fatos que acometeram sua corte, como a investida de Lúcio Hibério - imperador de Roma -, seu combate com um gigante[222] e sua vitória contra aquele imperador romano. Então, o autor diz que, enquanto Artur guerreava com Roma, havia deixado sua corte a cargo de seu sobrinho Mordred (ou Mordech), que aproveita este momento e inflige ao seu tio uma grande traição:

> *"Este Mordech que auia a terra em guarda de rrey Artur e a molher, quando elrrey foy fora da terra, alçousse com ella e quislhe jazer com a molher. E elrrey quando o soube, tornousse com sa oste e veo sobre Mordech. E Mordech quando o soube, filhou toda sa companha e sayo a elle aa batalha. E elles tiinham as aazes paradas pera lidar no monte de Camblet; e acordousse Mordech que avia feito gramde traiçom e, se emtrasse na batalha que seria vencido."*[223]

Mais adiante segue-se a batalha entre Artur e seu sobrinho Mordred, descrita pelo *Livro de Linhagens* :

---

[220] *LL*, p. 281.

[221] No *Livro das Gerações*, também incluído por Diego Catalán no "Apêndice" da sua edição da *Crônica de 1344* (p. 281), há ainda mais uma informação dos feitos de Artur: *"mato muchos gigantes"*, informação que o Conde suprimiu.

[222] O gigante do Monte San Michel, segundo o *Livro das Gerações*, o mesmo da *Historia Regum Britanniae* e, conseqüentemente, do próprio *Roman de Brut*, do qual o autor do *Livro das Gerações* retirou suas informações.

[223] *Livro de Linhagens*, p. 282-283.

"E emuiou a ellrey que saysse a departe e falaria cõ elle, e elrrey assy o fez. E elles que estauam assy em esta falla, sayo huua gram serpente do freo a elrrey Artur, e quando a vyo meteo mão a espada e começou a emcalçalla, e Mordech outrossi. E as gentes que estauam longe virom que hia huu apos ho outro, e foromsse ferir huuas aazes com as outras, e foy grãde a batalha, e morreo Galuam, o filho de rrey Artur, de huua espadada que tragia sobresaada, que lhe dera Lamçarote de Lago quando emtrara em reto ante a çidade de Ganes. Aqui morreo Mordech e todollos boos caualleiros de hua parte e da outra. Elrrey Artur teue o campo e foy mall ferido de tres lamçadas e de huua espadada que lhe deu Mordech. E fezesse leuar a Islaualõ por saar."[224]

E no *Livro das Gerações*, suposta fonte do *Livro de Linhagens:*

"Mordret inbio masage al rrey quel ysiese a fabla e quel faria lo que mandaria. E el rrey ysiol a fabla a vna paret e ouo y grant fenar e yssio d'i vna grant serpient. E el rrey que la vio, metio mano a la espada e enpeço lo de encalçar, e Mordret con el. Lures gentes, que estauam de luent, cuydauam que encalçauam l'uno al outro, e van a se ferir las vnas azes con las otras. Et quoando uieron el rrey e Mordret que lures gentes assi se dauan, fo el rrey a su part e Mordret a la suya, e fo grant batalla. E morio y Mordret e todos los demas de caueros de la vna parte e de la outra. En esta batalla morio Galuam, el sobrino de Artus. Et el rrey Artus touo el canpo e fo mal ferido de tres lançadas. E fezo se leuar ad Islaualon por sanar."[225]

Uma série de fatos nos chama a atenção naquele trecho do *Livro de Linhagens*. O primeiro que podemos destacar é o modo como tem início a batalha entre Mordech e Artur.

Como bem nos informa Diego Catalán, embora a fonte utilizada pelo autor do *Livro das Gerações* - fonte do Conde D. Pedro para os acontecimentos relativos a Artur - tenha sido o *Roman de Brut*, é inegável que neste trecho a fonte utilizada não foi a obra de Wace, mas sim uma narrativa também incorporada mais tarde num poema inglês denominado *Le Morte Arthur* escrito provavelmente em 1400, conforme já dissemos anteriormente, e na obra de Thomas Malory, já no século XV[226]. Por estes escritos, a batalha entre Artur e Mordred se dá quase de forma casual. Os dois, ao se aproximarem para conversar antes do combate, são

[224] *Idem*, p. 283.
[225] *Livro das Gerações*, "Apêndice" à *Crônica de 1344*, editada por Diego Catalán e María Soledad de Andrés, p. 282.
[226] Diego Catalán Menendez-Pidal. *De Alfonso X ao Conde de Barcelos*, p. 357-401.

surpreendidos pela súbita aparição de uma serpente que, ao ser atacada por Artur, dá início ao combate entre os que observavam de longe e viram o monarca desembainhar sua espada diante do sobrinho traidor, ato que eles interpretam como sinal de que o enfrentamento deveria começar.

Poderíamos tentar estabelecer um elo entre a aparição da serpente e uma simbologia dos acontecimentos, afinal, a imagem daquele animal está ligada à traição e à desobediência, de acordo com a tradição bíblica. Seria, então, a serpente uma espécie de personificação do ato traiçoeiro de Mordred de tentar usurpar o trono e a esposa de seu tio. Mais uma vez, portanto, estaria se recorrendo a um evento ou a uma interpretação bíblica dos fatos históricos, o que reforça ainda mais a importância das Escrituras não só na hermenêutica da história, mas também na escolha do que deve ou não fazer parte dela[227].

Outro fato importante a ser levado em consideração na análise desta passagem é a forma como Gawain (ou Galuam) é mencionado no texto. Aqui ele é chamado *"o filho do rrey Artur"*, o que não seria de se estranhar dada a extrema admiração que o rei nutre por este seu sobrinho[228]; no entanto, esta é a única vez em que isso ocorre, pois, na primeira menção a Gawain no texto, ele é chamado "sobrinho" do rei.

---

[227] É preciso atentar também para o que Soares Amora chama de "luta entre a verdade e o erro", característica fundamental deste tipo de "história moral" que pratica Pedro de Barcelos. Segundo aquele autor, os preceitos desta história seriam: "demonstrar a origem e destino divinos da humanidade; demonstrar a existência dos princípios eternos do Bem e a infalibilidade das leis e da justiça de Deus; acordar no coração dos homens o sentimento da amizade, uma vez que se demonstra serem todos irmãos perante Deus, e quase todos parentes entre si" (Soares Amora, *O nobiliário do Conde D. Pedro*, p. 68).

[228] No *Livro das Gerações*, Gawain é chamado mesmo de "sobrinho" de Artur (*Livro das Gerações*, "Apêndice" à *Crônica de 1344* - edição de Diego Catalán e María Soledad de Andrés, p. 283). Sobre Gawain diz Rosemary Morris em seu *The Character of King Arthur in Medieval Literature*: *"In all our material, Gawain is Arthur's nephew, not his son"* (*Op. Cit*, p. 110).

O fim de Artur é o mesmo que todas as tradições evocam: o rei, ferido, é trasladado para a Ilha de Avalón para sarar as suas feridas. Porém, a partir daí surgem mudanças. Como já vimos, enquanto na *Morte* da *Vulgata* Artur é dado como morto, na *Post-Vulgata* lança-se a hipótese de sua sobrevivência, uma vez que seu túmulo é encontrado vazio por Gilfrete. Por sua vez, Pedro de Barcelos não se compromete a dar qualquer versão a respeito, salientando o silêncio da Merlim. Wace, no *Brut*, também deixa a dúvida quanto à morte de Artur, mas reforça a dúvida com as palavras do próprio Merlim. Assim, no texto de Pedro de Barcelos:

> *"Daqui adiamte nom fallemos del* [Artur] *se he viuo se he morto, nem Merlim nõ disse dell mais, nem eu nom sey ende mais. Os bretõoes dizem que aimda he viuo."*[229]

E no *Brut:*

> *"Maistre Wace, ki fit cest livre,*
> *Ne volt plus dire de sa fin*
> *Qu'en dist li prophetes Merlin;*
> *Merlin dist d'Arthur, si ot dreit,*
> *Que sa mort dutuse serreit."*[230]

Como se houvesse feito uso apenas das informações fornecidas por Merlim, o Conde D. Pedro recusa-se a afirmar qualquer verdade acerca da morte de Artur, e a esperança na sua possível sobrevivência fica a cargo dos bretões.

Sobre a data da morte de Artur também temos uma variação:

> *"Esta batalha foy na era de quinhemtos e oytenta annos."*[231]

---

[229] *Livro de Linhagens*, p. 284.
[230] *"Mestre Wace, que fez este livro, não quer mais falar de seu fim, pois sobre isso diz o profeta Merlim. Ele diz de Artur, se ouvi corretamente, que sua morte será duvidosa". Brut*, vv. 13282-13286.
[231] *Idem*, p. 284. No estabelecimento das datas exatas dos eventos nota-se, portanto, a preocupação com a cronologia.

De acordo com Monmouth, Artur teria morrido *"no ano 542 da Encarnação do Senhor"*[232], data que é repetida por Wace, o que significa uma diferença de quarenta anos entre a datação estabelecida pela *Historia Regum Britanniae* e aquela do *Livro de Linhagens.*[233]

Os eventos narrados a seguir dão conta do paradeiro de Genebra, de sua reclusão em um convento e da "queda" final do reino da Bretanha - que agora chamar-se-á "Inglaterra"-, e dos sucessores de Artur.

Tendo em vista esta cena final do trecho que diz respeito a Artur, é importante assinalar que, embora o *Roman de Brut* , através do *Livro das Gerações,* seja dado como fonte destes fatos incorporados pelo *Livro de Linhagens*, é notória a inclusão de elementos advindos de outras obras, muito provavelmente de romances. Em alguns momentos, pudemos identificar elementos já mencionados anteriormente no capítulo II deste trabalho, como a dúvida sobre a morte de Artur e o conflito entre Gawain e Lancelote. Outras vezes, vimos fatos que não fizeram parte do universo de obras a que tivemos acesso durante as análises, como a cena final do combate entre Artur e Mordred. Porém, o mais importante é que tivemos a oportunidade de enxergar a figura de Artur tal como foi incorporada por uma historiografia que surge depois da transposição deste personagem para o plano dos *romans.* Artur continua transitando entre o romance e a história, levando consigo seus aspectos míticos e lendários, ao mesmo tempo em que se busca, o tempo todo, comprovar sua ligação com o "mundo real" dos grandes reis-heróis.

---

[232] Geoffrey de Monmouth. *Historia Regum Britanniae,* p. 189.
[233] Não se considerou aqui a existência de mais de uma forma de datação na tradição medieval.

Após o relato das ações relacionadas ao rei Artur segue-se a narração daquelas relacionadas a seus descendentes, com ênfase na crise que vive a Bretanha a partir de então dentro do seu território. A dominação bárbara ganha destaque, tornando-se necessária a intervenção dos homens fortes da igreja para restabelecer a verdadeira religião na Ilha.

De uma perspectiva que abrange a narrativa como um todo, o que fica claro é a intenção do autor de relatar eventos que se relacionam e se complementam, independentemente de qualquer marcação temporal. O rei Artur, descendente do neto de Enéias, Brutus, merece ser relembrado pela sua origem nobre - afinal, trata-se de um livro sobre linhagens. A história ensina e este deve ser o seu dever maior. A literatura, no nosso caso específico a arturiana, deve contribuir para isso, sendo fonte de informações. Estas devem servir àqueles que desejavam saber sobre as coisas passadas, sobretudo para reafirmar a nobreza dos homens mais ilustres do reino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

> "El-Rei em-na temda, segumdo parece, nom foy bem comtento dalguuns que se nom chegarom como el quisera, desy fallando nas cousas que se no combate aqueçerom, veeo a dizer como em sabor: *Gram mingua nos fezerom oge este dia aquy os boons caualleros da Tauolla Redomda, ca certamente se elles aquy forom, nos tomáramos este logar.*
>
> Estas pallauras nom pode ouujr com paçiemçia Meem Rodriguez de Vasconcellos, que hij era com outros fidalgos, que logo nom respondeo e disse: *Senhor, nom fezerom aquy myngua os caualleiros da Tauolla Redomda; ca aquy estaa Martym Vaasquez da Cunha que he tam boom come dom Galluaam, e Gomçalo Vasquez Coutinho que he tam boom come dom Tristam, e ex aqui Joham Fferrnandez Pacheco que he tam bom come Lançarote,* - e assy doutros que uio estar acerca, -, *e ex-me eu aqui que valho tamto como dom Quea; assy que nom fezeron aquy myngua esses caualleros que dizees. Mas fez-nos a nos aquy gram mynguoa o boom Rey Artur, senhor delles, que conhecia os boons seruidores, fazemdo-lhes muytas merçees, per que auyam desejo de o bem servir.*"
>
> (Fernão Lopes, *Crônica delRei Dom Joham,* parte II, cap. LXXVI)

A literatura arturiana conheceu uma difusão muito importante na Península Ibérica através das traduções da *Post-Vulgata*, a partir do século XIII. Porém, as lendas arturianas tiveram ali, no mesmo período, um papel igualmente importante enquanto fonte de textos historiográficos. Assim, ao lado de uma obra tão notável como a versão portuguesa da *Demanda do Santo Graal,* surgem textos fundamentais da historiografia hispânica - como a obra de Pedro de Barcelos - que também contribuem para a configuração da matéria arturiana na península.

Sem perder de vista as distinções entre gêneros a que se referem os autores do próprio período, acreditamos que a tensão entre o histórico, o lendário e o ficcional acompanha todo o percurso da literatura arturiana, desde os seus primórdios anglo-normandos, no século XII, até suas mais tardias manifestações ibéricas. Assumir o fato inquestionável de que as histórias literárias castelhana e portuguesa são mutuamente dependentes neste

período favorece, no caso, esta outra constatação: o acervo de textos historiográficos peninsulares também deve ser examinado ao formularmos as hipóteses sobre a presença e a importância da Matéria de Bretanha no mundo da cultura ibérica. Assim sendo, buscando recuperar algumas etapas fundamentais deste percurso, tentamos refazer, em primeiro lugar, o itinerário da "matéria" desde seu primeiro relato escrito importante, a *Historia Regum Britanniae*. A partir daí, observamos sua veiculação através dos *romans* até chegar às páginas da nascente historiografia vernácula da Península Ibérica.

O espinhoso do trânsito entre ficção e história aparece já a partir de seu início anglo-normando e se constitui como questão decisiva. Examinando os textos ibéricos e seus antecessores, buscamos tentar entender o que cada um oferecia acerca de uma possível diferença entre os gêneros. Assim, por exemplo, no Prólogo à *General Estoria* há indicações sobre o que se entende e a que se pretende um escrito histórico. Segundo o autor da obra, Afonso X, o saber deve ser estendido a todos os homens, pois o exame dos fatos e a curiosidade pelo conhecimento são inerentes aos seres humanos. Atendendo a esta propriedade humana, existiram sábios que se dedicaram a "meter por escrito" os feitos praticados ao longo dos tempos, a fim de que fossem lembrados. Estes sábios fizeram, então, muitos livros a que se chamam

> "estorias e gestas, *em que contarom delos fechos de Dios,* e *delos prophetas,* e *delos sanctos et outrossi delos reyes* e *delos altos omnes* e *delas cauallerias* e *delos pueblos;* e *dixieron la uerdat de todas las cosas* e *non quisieron nada encobrir (...). Et esto fizieron, por que delos fechos de los buenos tomassem los omnes exemplo pora fazer bien, et delos fechos delos malos que reçibiessen castigo por se saber guardar delo non fazer.*"[234]

[234] *GE*, I, p. 3.

O relato dos acontecimentos passados deve servir então, na perspectiva de Afonso X, não somente como fonte de informações, mas como exemplo daquilo que deve ou não ser feito, cuja avaliação se faz a partir das conseqüências que cada ato produz e, não raro, pela própria interferência do autor que dignifica ou condena abertamente aquilo que narra. O rei Artur e suas façanhas atenderiam muito bem a essa vocação da história de contar sobre os *reyes* e os *altos omnes* e *delas cauallerias*.

Como o Rei Sábio, o Conde de Barcelos também deixa claro seus propósitos "morais e educativos", embora estes sejam dirigidos ao fortalecimento do que ele chama de "laços de amizade" entre os nobres. A inclusão da matéria arturiana está justificada através da recuperação de uma linhagem nobre, pois mantém um importante elo entre uma figura antiga - Brutus - e um dos monarcas que a Idade Média conheceu e reverenciou, Artur. Mas não é apenas por isso que a Matéria de Bretanha permanece e se institui como fonte fundamental dentro de importantes escritos historiográficos do período. A sua identificação com o público em geral deveria ser bastante grande, competindo ao historiador, sobretudo no caso específico daqueles que se ocuparam em compilar o *Livro de Linhagens*, ser aquele que "monta uma arquitetura da história e arquiva o que de lendas e narrativas conservou a tradição"[235]. Desta forma, Artur, diante do seu prestígio e imensa difusão, não poderia ver ignorados os seus feitos, nem sua incontestável existência histórica, cristalizada até o século XVI.

O último capítulo deste trabalho concentrou-se, no caso da obra do Rei Sábio, no episódio da fundação mítica da Bretanha por Brutus, neto de Enéias, momento no qual Afonso X recupera *ipsis litteris* a invocação de Brutus à deusa Diana e a resposta desta em

[235] Soares Amora, *Op. Cit.*, p. 79.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES

sonho. A grandiosidade de Artur também se conserva em momentos como este, na medida em que o objetivo de Monmouth quando reproduziu esta cena era construir um elo entre aquele rei bretão e o mundo antigo, evidenciando, mais uma vez, a nobreza deste monarca. A inclusão desta passagem na obra de Afonso X não deve ser interpretada como meramente ocasional, mas sim manifestação da persistência do tema da *translatio* na época do Rei Sábio, interessado também em recuperar um elo com um mundo anterior pleno de glória.

Na análise do *Livro de Linhagens* do Conde D. Pedro de Barcelos, nosso foco foi a porção portuguesa da Península, através da obra deste bisneto e "discípulo" de Afonso X, já que é inegável a influência das narrativas históricas do rei de Castela nas suas obras. Ao que tudo indica, Pedro de Barcelos teria utilizado, nas passagens relativas aos monarcas da Bretanha, o *Liber Regum,* em uma refundição navarra, do século XIII, que traria, entre outros dados, a genealogia dos reis daquela ilha, conforme estabelecida por Geoffrey de Monmouth. É importante notar que estamos diante de uma obra - o *Liber Regum* - que se valeu não só deste escrito historiográfico de Monmouth, mas também de informações contidas nos *romans* que deviam circular naquele momento. Assim, ainda que retomemos o percurso inicial da popularização da história de Artur - com Wace, baseado no relato histórico de Geoffrey de Monmouth -, quando voltamos ao campo historiográfico estamos diante de uma nova realidade na qual os *romans* servem, também, como base para a história. Da mesma forma, uma obra dita historiográfica como a de Monmouth foi incorporada pelos *romans*, constituindo-se ela própria uma recolha de lendas e temas que já circulavam oralmente entre os jograis.

Na obra de D. Pedro Artur, enquanto personagem histórico, ainda mantém seus contornos heróicos, mas não há um grande desenvolvimento das suas ações, principalmente pela descrição extremamente resumida dos fatos relativos ao monarca. No entanto,

momentos importantes podem ser destacados, como o início "romanesco" da batalha entre o rei bretão e Mordred (uma serpente teria desencadeado "por acaso" o combate) e a identificação de Gawain como filho de Artur, embora no livro-base de Pedro de Barcelos a personagem conste como "sobrinho" do rei. Deve-se levar em conta também que o fato de se estabelecer determinada obra como fonte de informações não garante que esta tenha sido seguida de forma fiel. É natural que o autor, ao se valer de determinado texto, selecione os fatos de modo a valorizar determinados aspectos em detrimento de outros. Portanto, o exame do *Livro de Linhagens* oferece a possibilidade de vermos incorporados dados que, ainda que advindos de fonte conhecida, indicam - a partir da apropriação e seleção - o ponto de vista do seu compilador, o que nos permite conhecer melhor o pensamento do historiador e até mesmo o lugar e o *status* ocupado pela Matéria de Bretanha em seu tempo.

O rei Artur, questionado enquanto personagem histórico, lendário, ficcional, permanece alheio a estas classificações, transitando livremente por páginas que os estudiosos insistem em tentar limitar a gêneros literários específicos. Se real ou imaginário, o fato é que se construiu a seu respeito toda uma literatura que venceu as barreiras do tempo e dos gêneros e se propagou durante séculos, desde sua primeira aparição na cultura escrita, com Geoffrey de Monmouth.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA

ACKERLIND, Sheila R. *King Dinis of Portugal and the Alfonsine Heritage.* (American University Studies, series IX, History, Vol. 69). N.Y.: Peter Lang, 1990.

AFONSO X. *General Estoria: primera parte.* Madrid: Junta para ampliación de estudios e investigaciones científicas - Centro de estudios históricos, 1930.

_____. *General Estoria: segunda parte,* tomos I e II (edição de Antonio Garcia Solalinde, Lloyd Kasten e Victor Oelschläger), Madrid: Consejo superior de investigaciones científicas - Instituto "Miguel de Cervantes", 1957-1961.

_____. *General Estoria - Antologia.* Barcelona: Plaza & Janes, 1984.

_____. *Prosa Historica.* Madrid: Cátedra, 1990.

AGOSTINHO, Santo. *La Ciudad de Dios. (Obras de San Augustin,* tomo XVI), Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1958.

_____. *Confissões.* S.P.: Nova Cultural, 1999.

_____. *A Doutrina Cristã: manual de exegese e formação cristã.* S.P.: Edições Paulinas, 1991.

ALBORG, Juan Luís. *Historia de la Literatura Española - Vol. 1: Edad Media y Renacimiento.* 2. ed., Madrid: Gredos, 1992.

ALVAR, Carlos et alii. *La prosa y el teatro en la Edad Media.* Madrid: Taurus, 1991.

ALVAR, C., GÓMEZ MORENO, A. *La poesía épica y de clerecía medievales.* Madrid: Taurus, 1ª reimpressão, 1990.

AMORA, A. S. *O Nobiliário do Conde D. Pedro: sua concepção da História e sua técnica narrativa.* S.P.: 1948.

ARIÈS, Philippe. "A atitude diante da história: na Idade Média" (1950). In: *O Tempo da História.* R. J.: Francisco Alves, 1989, p. 89-134.

BAUMGARTNER, Emmanuèle. *Le récit medieval.* Paris: Hachette, 1995.

BERTHELOT, Anne. *Arthur et la Table Ronde: la force de une légende.* Paris: Gallimard, 1996.

BEZZOLA, R. R.. *Les Origines et la Formation de la Littérature Courtoise en Occident (500-1200)*. Genève/Paris: Slatkine/Champion, 1984.

BLOCH, Marc. *A Sociedade Feudal*. Lisboa: Edições 70, 1987.

_____. "A memória coletiva". In: *A Sociedade Feudal*. Lisboa: Edições 70, 1987, p. 106-120.

BOEHNER, P., GILSON, E. *História da Filosofia Cristã*. Petrópolis: Vozes, 1982.

BRAGA, Teófilo. *História da Literatura Portuguesa: Idade Média*. Lisboa: IN-CM, 1984.

BUNSON, Matthew. *The Encyclopedia of the Middle Ages*. New York: Facts On File, 1995.

CASTRO, Ivo. "Livro de José de Arimatéia". In: TAVANI, G., LANCIANI, G. (org). *Dicionário de Literatura Medieval Galega e Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1993, p. 409-411.

_____. "Matéria de Bretanha". In: TAVANI, G., LANCIANI, G. (org). *Dicionário de Literatura Medieval Galega e Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1993, p. 445-450.

_____. "Sobre a data da introdução na Península Ibérica do ciclo arturiano da *Post-Vulgata*". *Boletim de Filologia*, 28, fasc. 1-4, 1983, p. 81-98.

CATALÁN, Diego. "Entre Alfonso El Sábio y el canciller Ayala: poesía, novela y sentido artístico en las crónicas castelhanas". In: DEYERMOND, A. *Historia y Crítica de la Literatura Española: Edad Media,* Primer Suplemento. Barcelona: Ed. Crítica, 1991, p. 207-212.

_____. Sobre uma tradução portuguesa da *General Estoria* de Alfonso X. *Boletim de Filologia*, 22, fasc. 2, 1951, p.: 184-191.

CIRLOT, Victoria. *La novela arturica: los orígenes de la Ficción en la Cultura Europea*. Barcelona: Montesinos, 1987.

CLASSEN, Peter. "Res Gestae, Universal History, Apocalipse. Visions of Past and Future". In: BENSON, Robert et alii (ed.). *Renaissance and Renewal in the Twelfth Century*, Toronto: UTP, 1982, p. 387-417.

CHRÉTIEN DE TROYES. *Œvres Complètes*. Paris: Gallimard, 1994.

_____. *Perceval ou O Conto do Graal*. S. P.: Martins Fontes, 1992.

_____. *Romances da Távola Redonda*. 2. ed., S. P.: Martins Fontes, 1998.

Crónica de 1344 do Conde de Barcelos. (preparada por Diego Catalán y María Soledad de Andrés en el Seminario Menendez Pidal de la Universidad de Madrid). Madrid: Gredos, 1970.

Crónica Geral de Espanha de 1344. 2 Vols. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1960.

Crónica de Moro Rasis. (preparada por Diego Catalán y María Soledad de Andrés en el Seminario Menendez Pidal de la Universidad de Madrid). Madrid: Gredos, 1974.

CURTIUS, Ernst Robert. *Literatura Europea y Edad Media Latina*, Vol. 1. México: Fondo de Cult. e Economia, 1995.

Demanda do Santo Graal: manuscrito do século XIII. S. P.: T.A.Queiroz/ EDUSP, 1992.

DUBY, G. *Le Chevalier, la femme et le prêtre: le mariage dans la France féodale*. Paris: Hachette, 1981.

_____. *Damas do século XII: a lembrança das ancestrais*. S.P.: Cia. Das Letras, 1997.

_____. *Idade Média, Idade dos homens: do amor e outros ensaios*. S.P.: Cia das Letras, 1989.

_____. "Le Lignage. Xe-XIIIe siècle". In: NORA, P. (ed.) *Les lieux de la mémoire: la Nation*, Vol. I, Paris: Gallimard, 1986, p. 31-56.

_____. "Memórias sem historiador". In: *Idade Média, Idade dos Homens: do amor e outros ensaios*. S.P.: Cia das Letras, 1989, p. 166-174.

_____*A Sociedade Cavaleiresca*. S.P.: Martins Fontes, 1989.

FARAL, Edmond. *La Legénde Arthurièn*ne - *Première Partie: les plus ancients textes: études e documents* (Tome I: Des origines a Geoffrey de Monmouth; Tome II: Geoffrey de Monmouth; Tome III: "Documents"). Paris: Champion, 1969.

GANDILLAC, Maurice de. "Cidade dos homens e Cidade de Deus". In: *Gênesis da Modernidade*. R.J.: Ed. 34, 1995, p. 11-22.

GILSON, Etiénne. *Introduction a l'étude de Saint Augustin*. Paris: J. Vrin, c. 1982.

GILSON, Etiénne. "Le Moyen age et l'histoire". In: *L'esprit de la Philosophie Médiévale*. Paris: J. Vrin, 1989, p. 365-382.

GÓMEZ REDONDO, F. "Historiografia Medieval: constantes evolutivas de un género". In: *Estudios Ofrecidos a Don Emilio Sáez*, t. III (Anuario de Estudios Medievales, 1989), p. 3-15.

_____. "El Personaje en la Estoria de España Alfonsí". In: DEYERMOND, A. *Historia y Crítica de la Literatura Española: Edad Media,* Primer Suplemento. Barcelona: Ed. Crítica, 1991, p.160-166.

GARCÍA GUAL, Carlos. *Primeras Novelas Europeas*. Madrid: Istmo, 1990.

_____. *Historia del rey Arturo y de los nobles y errantes caballeros de la Tabla Redonda*. Madrid: Alianza Editorial, 1996.

GEOFFREY DE MONMOUTH. *Historia de los Reyes de Britania*. 5. ed., Madrid: Ed. Nacional/Siruela, 1994.

_____. *The History of King of Britain*. Londres: Penguin Books, 1966.

GREEN, Tom. "The historicity and historicisation of Arthur." Artigo disponível na Internet: http://www.users.globalnet.co.uk/~tomgreen/arthur.htm [junho 2001].

GUENÉE, Bernard. *Histoire et Culture Historique dans l'Occident Médiéval*. Paris: Aubier, 1980.

_____. *Occidente durante los Siglos XIV y XV - los Estados*. Barcelona: Labor, 1985.

_____. "Histoire et Chronique: nouvelles réflexions sur les genres historique au Moyen Age". In: POIRION, Daniel (org.). *La Chronique et la histoire au Moyen Age: coloque de 24 et 25 mai 1982*. Paris: Sorbonne, 1986, p. 3-12.

HANNING, Robert W. *The vision of History in early Britain, from Gildas to Geoffrey of Monmouth*. New York: Columbia University Press, 1966.

ISIDORO DE SEVILHA. *Etimologías*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristãos, 1982.

KASTEN, Lloyd. "The utilization of the *Historia Regum Britanniae* by Alfonso X". *Hispanic Review: studies in memory of Ramón Menendez Pidal*, Vol. 38, n. 05, nov./1970, p. 97-114.

KRUS, L. *A concepção nobiliárquica do espaço ibérico* (1280-1380). Lisboa: Fund. C. Gulbenkian - JNICT, 1994.

_____. "O discurso sobre o passado na legitimação do senhorialismo português dos finais do século XIII". In: *Passado, memória e poder na sociedade medieval portuguesa. Estudos*, Redondo, Patrimonia, 1994, p. 197-207.

_____. "Historiografia Medieval". In: TAVANI, G., LANCIANI,G. (org.). *Dicionário de Literatura Medieval Galega e Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1993, p. 312-315.

_____. *Passado, memória e poder na sociedade medieval portuguesa. Estudos*, Redondo, Patrimonia, 1994.

_____. "A vivência medieval do tempo". In: *Estudos de história de Portugal*. Vol. I: séculos X-XV. Lisboa: Estampa, 1982, p. 343-355.

LACY, Noris et alii. *The Arthurian Handbook*. New York: Garland, 1997.

LAPA, M. Rodrigues. *Lições de Literatura Portuguesa: época medieval*. Coimbra: Editora Coimbra, 1973.

Liber Regum (ed. M. Serrano y Sanz). *Boletín de la Real Academia Española*, 6 (1919), p. 192-220 e 8 (1921), p. 367-382.

Libro de las Generaciones. "Apêndice" à Crónica de 1344 do Conde de Barcelos. (preparada por Diego Catalán y María Soledad de Andrés en el Seminario Menendez Pidal de la Universidad de Madrid). Madrid: Gredos, 1970, p. 213-358.

Libro de las Generaciones. (ed. Josefa Ferrandis Martínez). Valência: Anubar, 1968.

Livro de Linhagens do Conde D. Pedro. "Apêndice" à Crónica de 1344 do Conde de Barcelos (preparada por Diego Catalán y María Soledad de Andrés en el Seminario Menendez Pidal de la Universidad de Madrid). Madrid: Gredos, 1970, p. 213-358.

LORENZO, R. "Geral Estoria". In: TAVANI, G., LANCIANI, G. (org.) *Dicionário de Literatura Medieval Galega e Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1993, p. 291-293.

LOYN, Henry R. (org.). *Dicionário da Idade Média*. R. J.: Jorge Zahar, 1992.

MALORY, Thomas. *Le Morte Darthur: Sir Thomas Malory's Book of King Arthur and of his Noble Knights of the Round Table*, 2 Vols. (Edição eletrônica do texto de William Caxton em inglês moderno). The MacMillan Company New York, 1903 (1470).

MARQUES, A. H. de Oliveira. *Antologia da Historiografia Portuguesa*, Vol. 1: das origens a Herculano. Lisboa: Publicações Europa-América, 1974.

MARTINS, Joaquim Pedro Oliveira. *História da Civilização Ibérica*. Lisboa: Guimarães Editora, 1994.

MATHEY-MAILLE, Laurence. "Mythe Troyen et Histoire Romaine: de Geoffrey de Monmouth au Brut de Wace". In: *Entre Fiction et Histoire: Troie et Rome au Moyen Age* (org. Emmanuèle Baumgartner e Laurence Harf-Lancner). Paris: Sorbonne Nouvelle, 1997, p. 113-125.

MATTOSO, J. (dir.). *História de Portugal, Vol. 2: A Monarquia Feudal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

MATTOSO, J. "A literatura genealógica e a cultura da nobreza em Portugal (s. XIII-XIV)". In: *Portugal Medieval: novas interpretações*. Coimbra: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985, p. 309-328.

_____. "Livros de Linhagem". In: TAVANI, G., LANCIANI, G. (org). *Dicionário de Literatura Medieval Galega e Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1993, p. 419-420.

_____. *A Nobreza Medieval Portuguesa: a família e o poder*. Lisboa: Estampa, 1994.

_____. "Perspectivas actuais sobre a nobreza medieval portuguesa". *Revista de História das Idéias - A Cultura da Nobreza*. Vol. 19, 1997, p. 7-37.

MEGALE, Heitor. "Matéria da Bretanha: da França ao ocidente da Península Ibérica". In: *Anais do II Encontro de Estudos Românicos*, UFMG, 1995, p. 11-21.

MENENDEZ-PIDAL, Diego Catalán. *De Alfonso X al Conde de Barcelos - cuatro estudios: sobre el nacimiento de la Historiografía Romance en Castilla y Portugal*. Madrid: Gredos, 1962.

MENENDEZ-PIDAL, Gonzalo. "Cómo trabajaron las escuelas alfonsíes". *Nueva Revista de Filología Hispánica*, 5 (1951), p. 363-380.

_____. "El rey faze un libro....". In: DEYERMOND, A. *Historia y Crítica de la Literatura Española: Edad Media,* Primer Suplemento. Barcelona: Ed. Crítica, 1991, p. 152-156.

MENENDEZ-PIDAL, Ramón. "La prosa de Alfonso El Sabio en la Primera Crónica General". In: DEYERMOND, A. *Historia y Crítica de la Literatura Española: Edad Media,* Primer Suplemento. Barcelona: Ed. Crítica, 1991, p. 187-191.

MORA-LEBRUN, Francine. *L'Enéide Médiévale et la naissance du roman*. Paris: Presses Universitaires de France, 1994.

MORAN, Fr. José. "Introducción General". In: *La Ciudad de Dios*. (*Obras de San Augustin*, tomo XVI), Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1958, p. 3-55.

Morte do rei Artur: romance do século XIII. S. P.: Martins Fontes, 1992.

Narrativas dos Livros de Linhagens (seleção, introdução e comentários por José Mattoso). Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1983.

ORCÁSTEGUI, Carmem, SARASA, Esteban. *La historia en la Edad Media: historiografía e historiadores en la Europa Occidental: siglos V - XIII.* Madrid: Cátedra, 1991.

PAREDES, Juan. *Las narraciones de los libros de Linhagens.* Granada: Editora da Universidade, 1995.

PIMENTA, A. *Fontes Medievais da História de Portugal* (vol. 1). Lisboa: Sá da Costa, 1948.

Primera Crónica General de España (editada por Ramón Menéndez-Pidal com estudo atualizado de Diego Catalán). 2 Vols. Madrid: Gredos, 1977.

PROCTER, E. S. "Materials for the Reign of Alfonso X of Castile, 1252-1284". *Transactions of the Royal Historical Society* (Londres), 4th Ser., 14 (1931), p. 39-63.

RICO, Francisco. *Alfonso el Sabio y la General Estoria: tres lecciones.* Barcelona: Ariel, 1984.

_____. "Pasado y presente en la General Estoria". In: DEYERMOND, A. *Historia y Crítica de la Literatura Española: Edad Media,* Primer Suplemento. Barcelona: Ed. Crítica, 1991, p. 191-194.

RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa,* tomo I. S.P.: Papirus, 1994.

RUBIO TOVAR, Joaquín. "Algunas características de las traducciones medievales". *Revista de Literatura Medieval,* IX (1990), p. 197-243.

RUIZ DOMENEC, J. E. *La Memoria de los feudales.* Barcelona: Argot, 1984.

SARAIVA, António José. *O crepúsculo da Idade Média em Portugal.* Lisboa: Gradiva, 1995.

SIMÕES, João Gaspar. *Perspectiva Histórica da Ficção Portuguesa: das origens até o século XX.* Porto: D. Quixote, 1987.

SPINA, Segismundo. *Presença da Literatura Portuguesa: era Medieval.* 9. ed., R.J.: Bertrand-Brasil, 1991.

TAVANI, G. e LANCIANI, G. (org.). *Dicionário de Literatura Medieval Galega e Portuguesa* Lisboa: Caminho, 1993.

TATLOCK, J. S. P. *The Legendary history of Britain. Geoffrey of Monmouth's Historia Regum Britanniae and its early vernacular versions.* Berkeley: University of California Press, 1950.

TOLEDO NETO, Sílvio de Almeida. "Breve notícia da Matéria Arturiana anterior às traduções ibéricas da *Post-Vulgata*". *Textos Medievais Portugueses e suas fontes: Matéria de Bretanha e cantigas com notação musical*. S.P.: Humanitas, 1999, p. 129-156.

UITTI, K. D. A. "Note on Historiographical Vernacularization in thirteenth-century France and Spain". In: *Homenaje Galmés de Fuentes* (1985), I, p. 573-592.

VERGER, Jacques. *Homens e saber na Idade Média*. S.P.: EDUSC, 1999.

VIEIRA, Yara Frateschi. "Prefácio" à *Morte de Artur: romance do século XIII*. S. P.: Martins Fontes, 1992

WACE. *Roman de Brut: a history of the British*. Exeter: University of Exeter Press, 1999.

ZUMTHOR, P. "Roman et Histoire aux sources d'univers narratif". In: *Langue, texte, énigme*. Paris: Seuil, p. 237-324.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Afonso X .. 112, 113, 115, 117, 119, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 141, 154, 155, 156
Agostinho 32, 33, 34, 118, 123, 124
Agravain 90
amor cortês 62, 74
amplificatio 62, 65
Ana
  irmã de Artur 54
anão 74, 77
André Capelão 70, 76
Anfitrião e Alquimena 54
Aurélio Ambrósio 52, 53
Avalón 54, 57, 58, 68, 69, 92, 147

B

Bandemaguz 78
Bedevere 55
Besta Ladradora 95
Bíblia 32, 113, 123, 124, 135, 138, 139
Boorz 92
Boron
  Robert de Boron 83, 84, 85, 86, 88
Bretanha. 24, 39, 43, 44, 46, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 57, 58, 64, 67, 70, 86, 88, 91, 113, 126, 127, 128, 133, 137, 139, 140, 144, 148, 149, 155, 156, 157
Brutus 24, 39, 50, 52, 67, 113, 126, 128, 130, 131, 140, 149, 155

C

canções de gesta 37
Carlos Magno 23, 28, 35, 38, 97
Cavaleiro da charrete 77, 78
Cavaleiro Vermelho 81
Cervo Branco 95
Chrétien de Troyes .. 55, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 90, 92, 93, 94, 143
Cliges 72, 73, 74, 75, 76
Constante 52, 53
cortesia 62, 64, 65, 74, 76, 79, 94
Cristo 32, 33, 34, 52, 84, 123, 137, 138
Crônica de 1344 ..... 116, 117, 118, 119, 134, 135, 136, 137, 144, 146
Crônica de 1404 119
Crónica de Castilla 118
Crônica do Mouro Rasis 117
Crónica Portuguesa de Espanha e Portugal ... 118
Crônicas Breves de Santa Cruz 118

D

De Amore
  Tratado do Amor Cortês 70
De Excidio et Conquestu Britanniae 43
Deus ... 33, 52, 56, 74, 77, 87, 88, 93, 97, 123, 138, 146
Diana 39, 50, 129, 130, 155

E

Enéias 39, 50, 55, 56, 67, 129, 133, 149, 155
Eneida 53, 55, 56
Erec 55, 72, 73, 74, 78
Eusébio de Cesaréia 124
Eusébio-Jerônimo 124, 126
Excalibur 55, 56, 58, 91, 94, 96

F

Filipe de Flandres 73, 80
Fonte da Virgem 95

G

Galaaz 93, 94, 95, 97
Galvão 54, 55, 73, 77, 79, 81, 93, 97
Genebra
  esposa de Artur 23, 56, 57, 65, 66, 67, 76, 77, 79, 89, 90, 91, 93, 94, 95, 97, 148
General Estoria 113, 114, 115, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 138, 154
Geoffrey de Monmouth . 19, 23, 39, 41, 43, 46, 47, 50, 52, 56, 58, 63, 67, 83, 90, 91, 113, 119, 125, 126, 132, 148, 156
Geste des Bretuns
  o mesmo que *Roman de Brut* 61
Gilfrete 96, 147
Gorlois 53, 54, 63
Graal 67, 81, 83, 84, 88, 89, 90, 93, 95, 96, 97, 98, 121, 143
Guilherme de Malmesbury 58
Gwentian Brut 46

H

Heitor 92
Henrique de Huntigton 58
Henrique II 51, 60, 61, 69, 70, 120, 128

Henrique Plantageneta 37
história. 26, 32, 33, 34, 39, 43, 47, 50, 57, 80, 123, 128, 132, 134, 137, 138, 141, 142, 146, 148, 149, 154, 155
Historia Britonum
Nennio 39, 44, 50, 55
Historia Regum Britanniae.. 19, 25, 39, 41, 43, 44, 47, 53, 57, 59, 61, 67, 69, 77, 91, 92, 94, 113, 116, 119, 120, 126, 127, 129, 130, 131, 143, 144, 148
história universal 32, 33, 34, 38, 113
historiografia medieval 52
Homero 52, 113, 123, 125
HRB
Historia Regum Britanniae.... 43, 46, 54, 56, 57, 58, 63, 65, 85, 86, 126, 127, 129, 130, 131, 132

I

Igerna..... 53, 54, 63, 64, 81, 85, 86, 141, 142, 143
Ivain 73, 76, 78, 79, 80, 95

J

Jerônimo 38, 52, 124
José de Arimatéia 83, 85, 93

K

Kai 55, 77, 79, 86

L

lais 71
Lancelote 70, 73, 76, 77, 78, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 97
Layamond
tradução em inglês do *Brut* 61
Leonor Plantageneta 61, 70, 120
Liber Regum 116, 118, 137, 141, 156
literatura arturiana 41, 43, 55, 89, 95, 97, 120
Livro das Gerações.. 116, 119, 137, 139, 144, 145, 146, 148
Livro de Linhagens.. 115, 116, 117, 119, 134, 135, 136, 137, 138, 140, 141, 142, 144, 145, 147, 148, 155, 156, 157
Livro do Deão 116, 135
Livro Velho 116, 135

M

Mabinogion 78
Malory 137, 145
Marie de Champagne 70, 76
Matéria de Bretanha. 25, 58, 60, 67, 72, 73, 82, 88, 93, 119, 121, 126, 134, 137, 140, 143, 157
Meleagant 73, 78
Merlin 53, 68, 89, 93, 147
Monte Badon 43, 55, 132
Mordred. 54, 55, 56, 57, 62, 67, 68, 77, 89, 90, 91, 94, 97, 141, 144, 146, 148, 157
Morgana 79, 92, 95

O

Ovídio 73, 125

P

Paulo Orósio 124
Pedro Comestor 124
Pedro de Barcelos 116, 117, 118, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 141, 142, 146, 147, 156, 157
Península Ibérica 101, 103, 119, 120, 121, 143, 154
Pentecostes 79, 80, 87
Perceval 73, 80, 81, 83, 93, 95
plantagenetas 51, 60, 127
Post-Vulgata 93, 97, 120, 121, 143, 147
Pridwen
escudo de Artur 55
Primeira Crônica Geral 113, 115, 117
Primeira Crônica Geral de Espanha 113, 115

Q

Quéia
o mesmo que Kai 86

R

rei Artur. 19, 23, 24, 44, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 60, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 73, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 119, 120, 122, 126, 127, 128, 130, 131, 132, 133, 137, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 154, 155, 156, 157
rei Bam 92, 97
rei Lear 51
Robert de Boron 82, 83, 86, 142
Roma.. 35, 52, 55, 57, 66, 74, 80, 91, 94, 132, 133, 139, 144
roman 71, 89, 140
Roman d'Alexandre 71
Roman d'Eneas 16, 71
Roman de Brut
Wace .. 23, 59, 60, 61, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 116, 127, 137, 140, 144, 145, 148
Roman de Rou 37, 60, 61
Roman de Troie 17, 71, 139
romances arturianos 55
Ron
lança de Artur 55

S

Saint Michel 56
Salisbury 91
Santo Isidoro 118

seis idades 34, 118, 123
Stonehenge 54, 58

T

Távola Redonda 66, 85, 97, 143
Toledano 120, 125
translatio imperii 67, 75, 84, 128, 132
Tristão e Isolda 67, 72, 89
Tudense 125

U

Urfin 85

Ú

Úter 52, 53, 54, 63, 84, 85, 86, 95, 141, 142

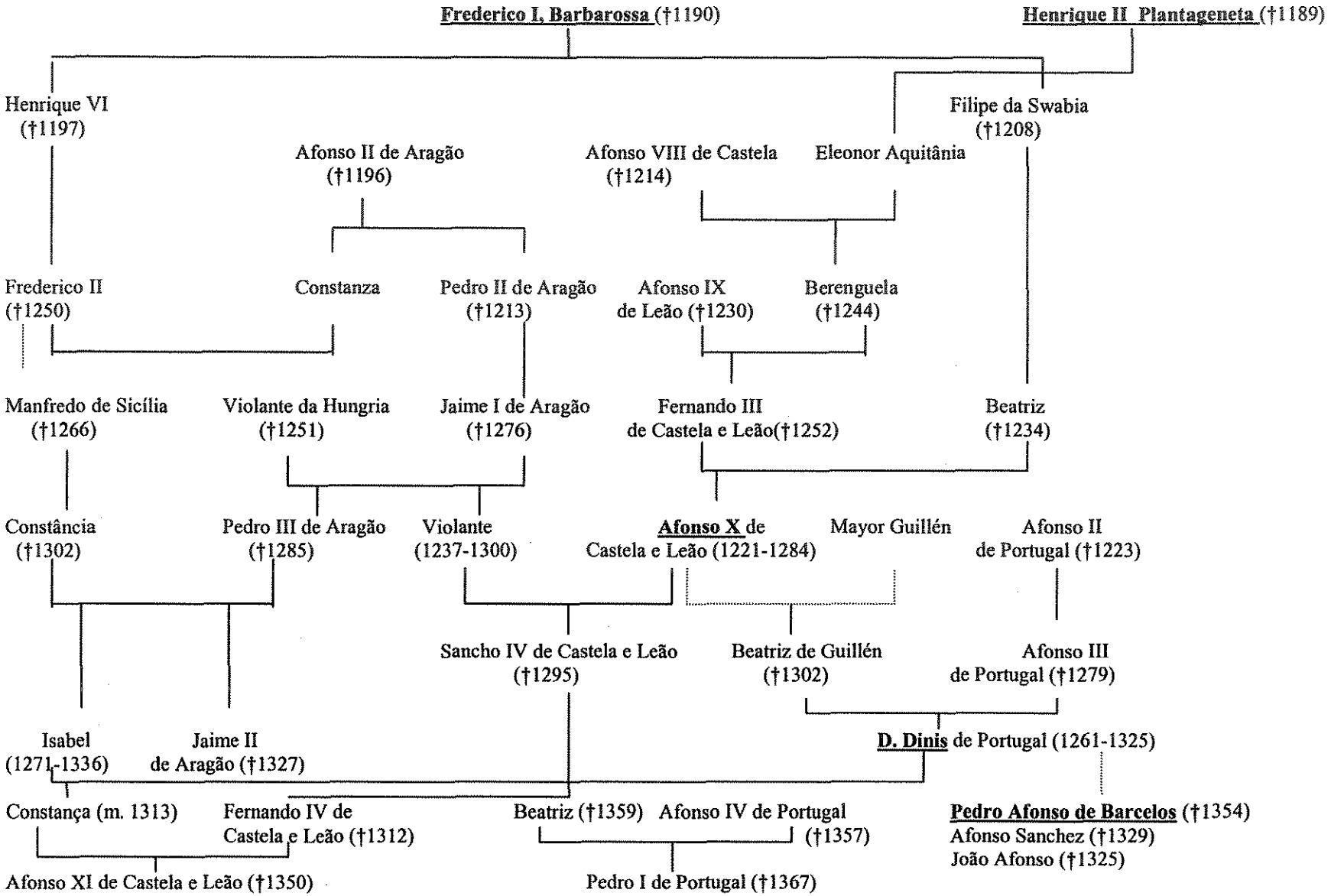
V

Versão Galego-Portuguesa da Crónica Geral de Espanha 117
Virgílio 53, 125
Vortegirn 53, 54, 57, 84
Vulgata ... 67, 89, 90, 93, 94, 95, 98, 120, 121, 143, 147

W

Wace 37, 53, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 77, 84, 85, 116, 127, 132, 145, 147, 148, 156
Walter de Oxford
suposto autor da *HRB* em língua bretã 58

ANEXOS



Fonte: Sheila R. Ackerlind, *King Dinis of Portugal and the Alfonsine heritage,* Apêndice A (adaptado), p. 167.

A SUCESSÃO DOS REIS DA BRETANHA DE ACORDO COM GEOFFREY DE MONMOUTH

Brutus (reina 24 anos)
Divisão do reino entre seus filhos:
- Locrino - Logres (Inglaterra)
- Albarracto - Albânia (Escócia)
- Cambrio - Cambria (Gales)

Guendolena (esposa de Locrino) (reina 15 anos)

Madan (reina 40 anos)
- Memprício
- Malim

Memprício (tirano) (reina 20 anos)

Ebrauco (50 filhos) (reina 39 anos)

Brutu do Escudo Verde (reina 12 anos)

Leil (reina 25 anos)

Rud Hudibrás (reina 39 anos)

Bladud (reina 20 anos)

Lear (reina 60 anos)

Filhas de Lear:

	Esposos
Goneril	(Maglauno)
Regan	(Hervino)
Cordélia	(Aganipo)

(Divisão do reino: Maglauno fica com a Bretanha)

Lear (reina 2 anos)

Cordélia (reina 5 anos)

Sobrinhos:
- Margano
- Cunedágio

(Nova divisão da Bretanha)

Cunedágio (reina 33 anos)

Fundação de Roma

Rivalón

Chuva de sangue e moscas mortais

Gurgústio

Sisilio

Yago (sobrinho de Gorgústio)

Kinmarco (filho de Sisilio)

Gorbodugo
- -Ferreux
- -Porrex

Guerra Civil
Briga entre cinco reis

(Píner, rei de Logres)

Dunvalón Molmucio (dá a si mesmo a condição de rei)

Reunião da Bretanha esfacelada, a Cambria e a Albânia.

- Belino
- Brênio

Nova divisão da Bretanha

Belino

Conquista da Gália
Pelos dois irmãos (Itália)

Gurguint Barbtruc

Güitelino

Marcia (esposa)

Sisilio

Kimaro | **Damio** (irmão) | **Morvido** - cinco filhos - (Bastardo de Damio. É devorado por um monstro) | **Gorgobiano** | **Artgalón** – rei tirano, é deposto (irmão)

Elidur, o piedoso (irmão) reina por cinco anos | **Artgalón** (Novamente: reina 10 anos) | **Elidur** (pela Segunda vez) { - Yugenio - Peredur | Divisão do reino

---

Peredur (por morte do irmão) | **Elidur** (monarca pela 3ª vez) | **Regin** (filho de Gorgobiano) | **Margano** (filho de Artgalón) | **Eniauno** (irmão) reina 6 anos

---

Idvalón (filho de Yugenio) | **Ruvio** (filho de Peredur) | **Geroncio** (filho de Eridur) | **Catelo** | **Coilo** | **Porrex**

Querin { -Fulgêncio -Eldado - Andragio | (cada um dos filhos assume o reino de cada vez) | **Urian** (filho de Andrágio) | **Eliud** | **Elidauco** | **Cloteno**

Gurgintio | **Meriano** | **Bledudo** | **Cap** | **Oeno** | **Sisilio** | **Bledgabred** (cantor: "Deus dos jograis")

Artinail (irmão) | **Eldol** | **Redión** | **Redérquio** | **Samuel Penisel** | **Pir** | **Capoir**

Cligüeil | **Helí** (reina 40 anos) | Filhos { - Lud - Casibelauno - Nenio | **Lud** | Origem de Londres | Filhos de Lud { -Androgeo -Tenuancio (pouca idade)

Casibelauno (irmão)	Investida de Júlio César (1° vitória dos bretões)	Dois anos depois, novo ataque. (2° vitória dos bretões)	3° ataque de César: Paz entre Júlio e Casibelauno por intermédio de Androgeu	**Tenuâncio** (irmão de Androgeu)

Cimbelino (cavaleiro armado por Augusto César)	*Nascimento de Cristo*	Filhos de Cimbelino -Güiderio -Arvirago	**Güiderio** (se nega a pagar impostos a Roma)	Cláudio César é imperador em Roma. Novo combate.

Arvirago (irmão) Casa-se com a filha de Cláudio César	Acordo com entre os povos: submissão da Bretanha à Roma. Novo conflito tempos depois. Paz.	**Mário** (filho)	**Coilo** (criado em Roma)

Lúcio (É batizado na religião cristã. Seria o suposto fim do paganismo na Ilha de Bretanha) – 156 d. C.	**Severo** (mandado por Roma para controlar o domínio desta sobre a ilha)	Filhos: -Basiano (mãe bretã) -Geta (mãe romana) : é elevado a rei, mas recusado como tal pelos bretões.

Basiano	**Carausio** (toma o trono, enganando o domíno romano)	**Alecto**	**Asclepiodoto** - 10 anos - (derrota dos romanos)	**Maximiano Hercúlio** (chefe das tropas de Diocleciano de Roma, derruba as igrejas, queima as santas escrituras e mata os cléricos)

Coel (mata o rei e se consagra monarca)	**Constâncio** - 11 anos - (casa-se com a filha de Coel, depois da morte deste)	**Constantino**	Conquista de Roma (Majencio, tirano em Roma)	**Octavio** (toma o trono, vence o domínio romano)

Maximiano (sobrinho de Coel)	**Graciano, o munícipe**	Invasão dos reis bárbaros, morte do rei. Os bretões pedem ajuda a Roma. Inexistência de um exército eficiente, uma vez que foram despojados os guerreiros da ilha por Maximiano. Roma nega ajuda. Recorrem a Armórica.

Constantino (irmão de Aldroeno, rei da Armórica)	O rei é envenenado pelos Pictos.	- Constante - Aurélio Ambrósio - Úter Pendragón	Constante (assume a coroa embora seja monge professo. É ungido por Vortegirn que é, na verdade, quem governa. Vortegirn é chefe dos gewiseos, une-se aos pictos, incitando-os a matar o rei Constante.

Vortegirn Alia-se aos saxões (que têm Hengist como seu principal caudilho). Apaixona-se pela filha de Hengist, Ronwen.	Os irmão de Constante são levados para a "Bretanha Menor"	(filhos de Vortegirn , mas não de Ronwen) - Vortimer - Katigern - Pascêncio	O número de saxões cresce na ilha. Os bretões se revoltam.

Vortimer É aclamado rei pelo povo. Começa a expulsão dos pagãos. Acaba sendo morto pela madrasta Ronwen.	**Vortegirn** (novamente traz de volta os saxões que haviam sido expulsos)	Traição e Dominação Bárbara. Encontro de Vortegirn com Merlim. (história do nascimento e concepção do mago) Profecias de Merlim (cap. 110-118).

Aurélio Ambrósio Mata Vortegirn queimado em sua torre de refúgio, como previu Merlim. Hengist é degolado. (o rei morre envenenado)	Profecias sobre Artur Construção de *Stonehenge*, monumento onde deveriam ser enterrados os grandes homens mortos durante o combate com os saxões.

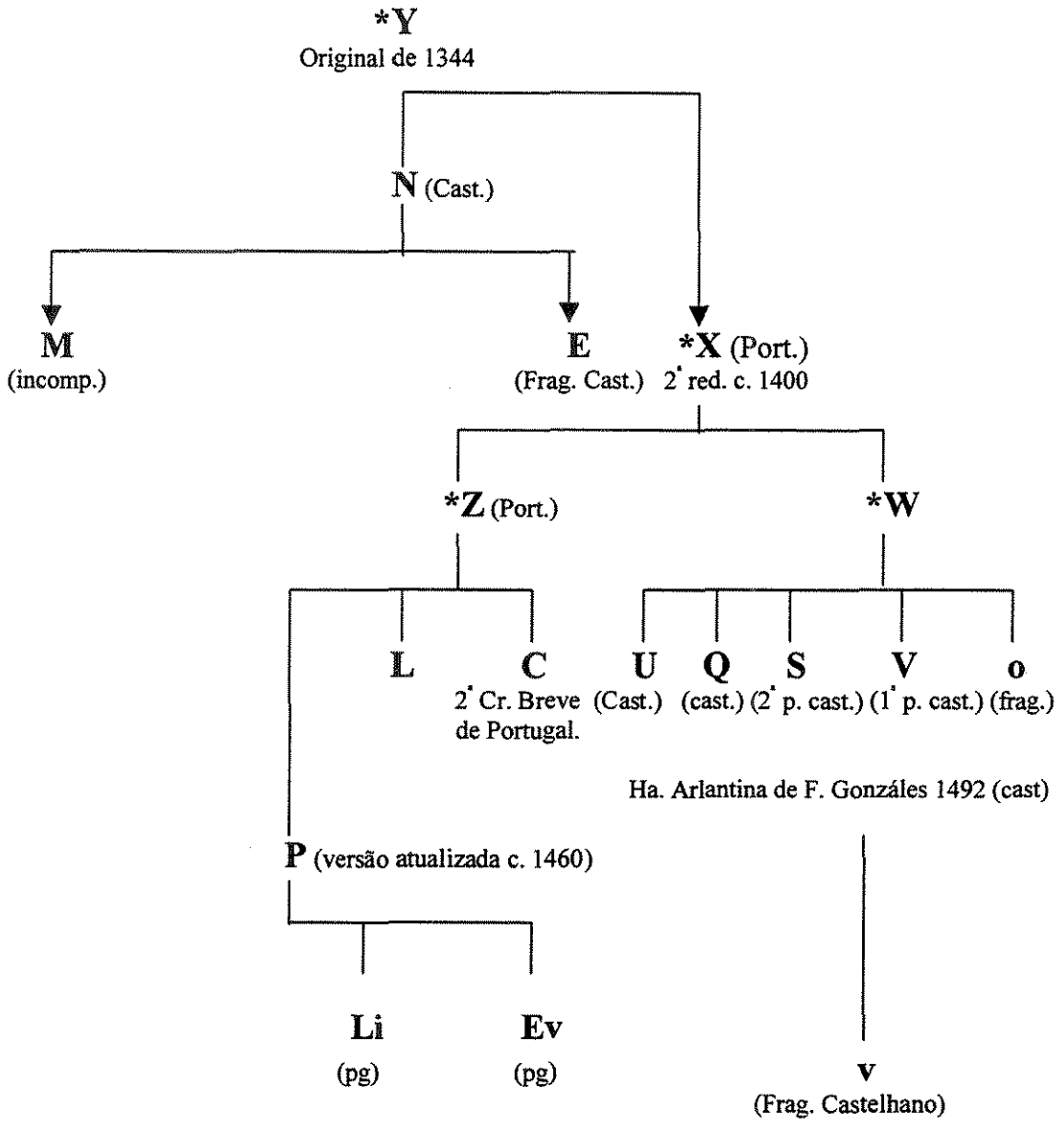
Úter Pendragón	Paixão do rei por Igerna (mulher de D. Gorlois de Cornúbia) no dia de sua coroação. Intervenção de Merlim (concepção de Artur). Morte de Gorlois, casamento de Úter com Igerna. Nascimento de Artur.	Lot recebe o trono enquanto Úter se recupera de uma enfermidade.

ARTUR (assume a coroa com apenas 15 anos)	Derrota os saxões. Casa-se com Genebra. Conquista da Dinamarca, Gália, Noruega. Combate com o gigante. Combate com os Romanos (vitória de Artur). Morte de Kai.	Morte de Gawain. Fuga de Genebra para o convento. Morte de Mordred. *Morte de Artur.*

Traição de Mordred: tomada da coroa e adultério de Genebra.

Constantino – 542 d. C. (reina 3 anos) Morto por Conan, enterrado em Stonehenge.			**Aurélio Conan** (reina dois anos)	**Vortipor** (reina quatro anos)	**Malgón**
Caretic	Tomada final dos bárbaros. Traição dos saxões.	**Cadvano**	**Cadvalón** (reina 48 anos)	**Cadvaladro**	Novas guerras civis entre os saxões e os bretões. Fome e peste. Abandono da ilha que permanecerá 11 anos inabitada.
Os saxões sobreviventes na ilha unem-se aos germânicos e dão início ao "reino Anglo".		**Adelstan** (1° Caudilho Saxão a reinar na Bretanha).			

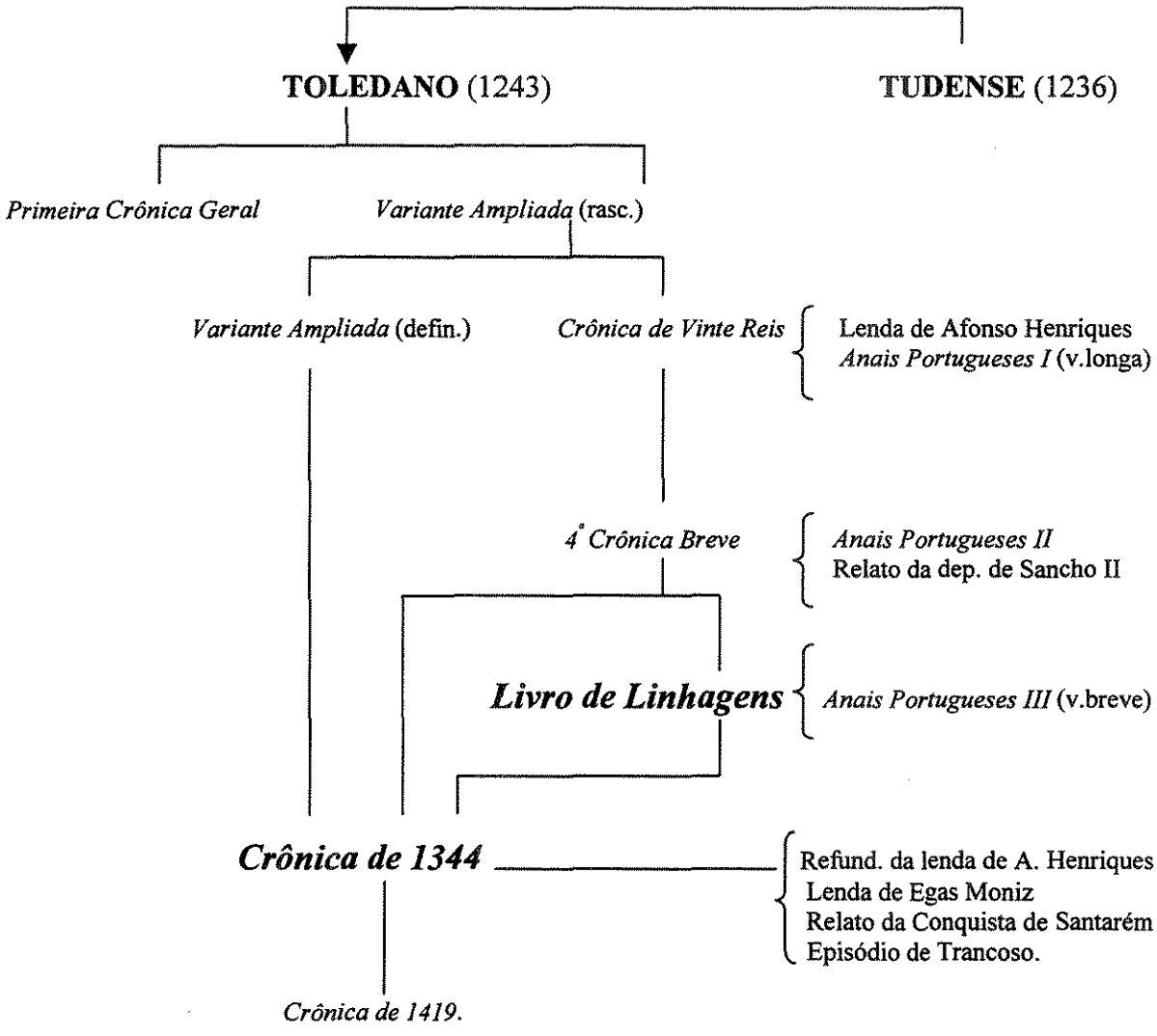
Ordenação dos manuscritos da *Crônica de 1344*



In: D. Catalán e M. S de Andrés, *La Crónica de 1344*, p. XV. A fonte é a edição da *Crônica Geral de Espanha de 1344,* de Cintra, com a inserção de alguns novos dados (a inclusão dos manuscritos "S", "o" e "v".

A intenção de Cintra era reconstruir a edição *X portuguesa e não o original *Y, tomando como base os manuscritos L, P e castelhanos. Já a edição de Catalán utiliza como sua base o manuscrito M e sua intenção é aproximar-se do que teria sido a versão *N. Não há, portanto, qualquer manuscrito em português que tenha sobrevivido, conforme podemos perceber pelo esquema acima, somente edições castelhanas mas que teriam, certamente, sido traduzidas de um original em português do qual não se tem vestígio.

Origens da Historiografia Portuguesa

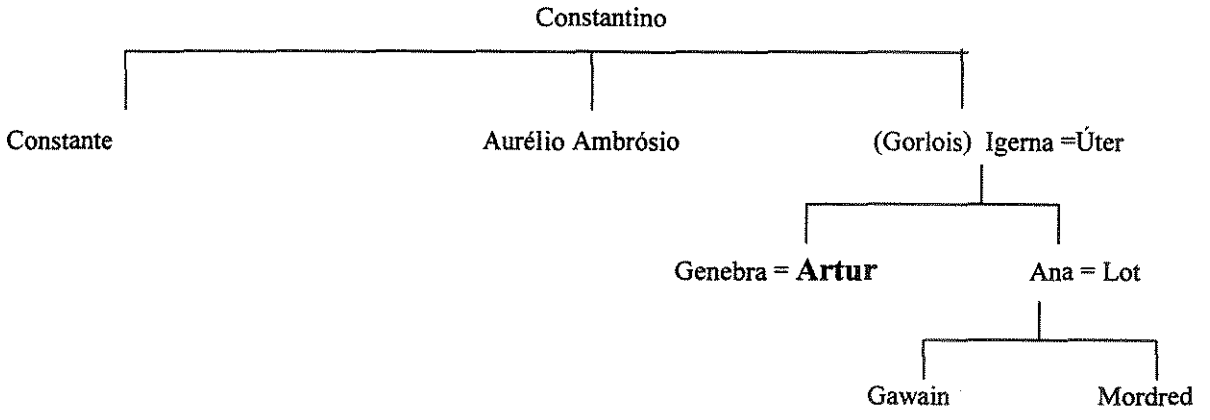


Fonte: L. F. Lindley Cintra. *Crônica Geral de Espanha de 1344,* Vol. I, p. CDXI, Lisboa: APH, 1951.

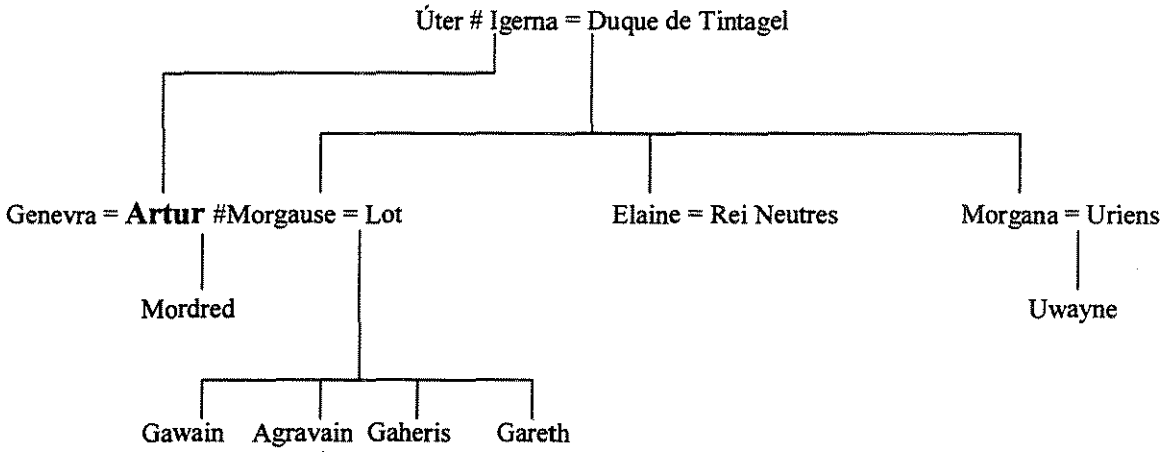
CRONOLOGIA DO MATERIAL ARTURIANO ATÉ O SÉCULO XV

Séculos V-VI	Período em que teria vivido o Artur "histórico"
c. 545	Na obra de Gildas (*Historia Ecclesiastica Gentis Anglorum*) encontram-se referências de possíveis eventos arturianos.
c. 600	O nórdico poema conhecido como *Gododdin* cita Artur como um herói familiar.
c. 800	A crônica de Nenius (*Historia Britonum*) lista doze batalhas lutadas por Artur contra os saxões.
c. 960	Os *Annales Cambriae* mencionam a morte de Artur e Mordred em Camlann.
c. 1000	Origens da mais antiga história arturiana galesa, *Culhwch and Olwen* (*Mabinogion*).
c. 1125	William de Malmesbury.
c. 1129	Henrique de Huntington.
c. 1135-1138	Geoffrey de Monmouth determina as principais características da biografia de Artur em sua *Historia Regum Britanniae.*
c. 1155	Wace faz sua adaptação francesa do texto de Geoffrey, o *Roman de Brut,* contendo a primeira menção à Távola Redonda.
c. 1160-1190	Chrétien de Troyes compõe seus romances arturianos em verso (primeira menção ao Graal, a lança que sangra, Camelot e Lancelote).
c. 1170	- A Matéria de Bretanha já seria conhecida na Península Ibérica (presente na obra do trovador catalão Guerau Cabrera). - Marie de France (*Lais*).
c. 1190-1191	Descoberta daquela que seria a sepultura de Artur em Glastonbury.
c. 1191-1212	Robert de Boron escreve suas obras (primeira menção à espada na pedra).
1200	- *Perlesvaus.* - *De Ortu Waluuanii* (latim). - *Historia Meriodoci* (latim).
c. 1210	- Composição do *Brut* de Layamond. - Wolfram von Eschenbach (*Perceval*).
c. 1215-1235	Ciclo da *Vulgata* (*Lancelot-Graal*) - *Morte do rei Artur.*
c. 1220	Primeiro manuscrito iluminado arturiano.
c. 1230-1240	Ciclo da *Post-Vulgata - Demanda do Santo Graal*
c. 1250	Composição do *Tristão* francês em prosa, trazendo a história de Tristão para o âmbito arturiano.
c. 1272-1284	Afonso X compõe sua *General Estoria* incorporando informações do texto de Monmouth acerca de Artur e sua origem na Antigüidade.
c. 1320	*Arthur e Gorlagon* (latim)
c. 1330	*Perceforest* (francês).
c. 1340	- O *Livro de Linhagens* do Conde D. Pedro incorpora fatos arturianos em sua composição. - *Amadís de Gaula.* - *Távola Ritonda* (italiano).
c. 1380	- *Sir Gawain and the Green Knight* (inglês). - *Meliador* (francês)
c. 1390	*Morte Arture* Aliterativa.
c. 1400	- *Morte Darthur* Estrófica. - *El cuento de Tristán de Leonís.*
c. 1469-1470	Malory completa seu *Morte Darthur.*
c. 1485	Caxton Publica *Morte Darthur.*

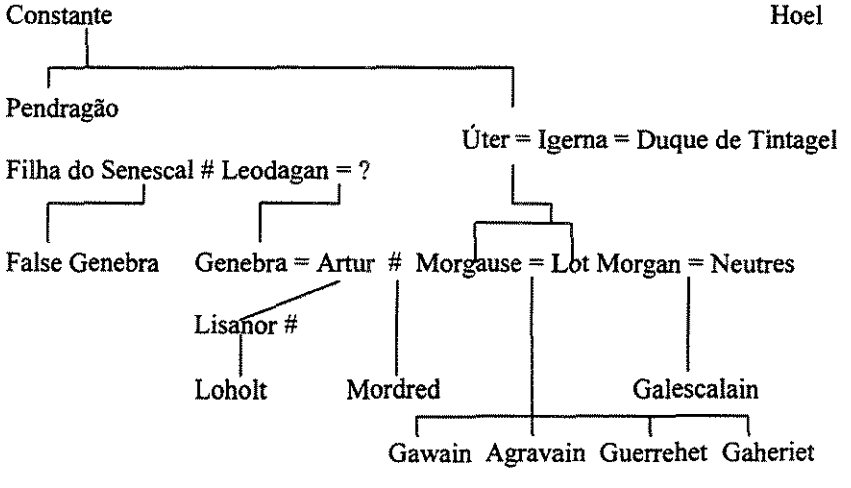
A genealogia de Artur segundo Geoffrey de Monmouth



A genealogia de Artur segundo Thomas Malory



A genealogia de Artur de acordo com o *Merlim* da *Vulgata*



LACY, N. J., ASHE, G., MANCOFF, D. N. *The Arthurian Handbook*, p. XXXVI - XXXVII.